



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 05 | maio 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: maio de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 31 de maio.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
Em Análise	33
Productivity in the last decade: The role of R&D and Digitalization	33
Comércio Internacional de Bens de Equipamento (2019-2020)	45
Comércio internacional de mercadorias	55
O efeito orçamental do envelhecimento em Portugal – Atualização de 2021	65
The impact of ICT investments on economic growth – Literature review	83
Iniciativas e Medidas Legislativas	93
Lista de Acrónimos	101

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No segundo trimestre de 2021, a economia mundial deve continuar a expandir-se, impulsionada pela aceleração da vacinação e da reabertura dos mercados, embora persistam algumas preocupações em torno das interrupções nas cadeias de fornecimentos provocadas pela pandemia de COVID-19.
- * No primeiro trimestre de 2021, a produção industrial mundial aumentou para 6,9% em termos homólogos (0,1% no quarto trimestre de 2020) e o comércio mundial de mercadorias também apresentou um forte crescimento, devido especialmente aos países emergentes.
- * Os indicadores disponíveis para os EUA no início do segundo trimestre indicam um forte crescimento da atividade económica (produção industrial e vendas a retalho) com alguns riscos inflacionistas. Em abril de 2021, a taxa de desemprego foi de 6,1% (6% no mês anterior) e a taxa de inflação homóloga subiu para 4,2% (2,6% em março) refletindo a combinação do aumento da procura e de problemas nas cadeias de fornecimento.
- * O PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) registou uma quebra de 0,4% e 0,6% em cadeia, respetivamente, no primeiro trimestre de 2021. Em termos homólogos, o PIB da UE e da AE caíram 1,7% e 1,8%, respetivamente (-4,6% e -4,9%, respetivamente, no quarto trimestre de 2020). O emprego da UE e da AE diminuiu 1,8% e 2,1% em termos homólogos, respetivamente, no primeiro trimestre de 2021 (-1,6% e -1,9%, respetivamente, no trimestre anterior). Em abril de 2021, a taxa de inflação homóloga da área do euro acelerou para 1,6% (1,3% em março) devido sobretudo ao forte crescimento dos preços de energia e, também subiu para 0,4% em termos de variação média dos últimos 12 meses (0,2% anteriormente).
- * O preço do petróleo Brent aumentou, em média, para 68 USD/bbl (56 €/bbl) em maio de 2021 (até ao dia 26), impulsionado pelas perspetivas de recuperação da atividade económica.
- * Em maio de 2021 e, até ao dia 26, as taxas de juro de curto prazo descenderam tanto nos EUA como na área do euro para 0,16% e -0,54%, respetivamente. As de longo prazo, têm estado a evoluir no sentido descendente nos EUA, corroborando a tese maioritária da Reserva Federal de ainda não ser o tempo de retirada dos estímulos monetários. Os prémios de risco de alguns países periféricos da área do euro (Portugal e Espanha) diminuíram ambos, para 66 p.b., no dia 25 de maio (68 p.b. no final de abril).
- * O euro situou-se em 1,22 face ao dólar em 26 de maio de 2021 (1,21 no final de abril) aproximando-se do nível registado no final de 2020.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, o PIB apresentou uma contração homóloga real de 5,4% no primeiro trimestre de 2021 (-6,1% no quarto trimestre de 2020).
- * No mês de maio, o indicador de clima económico registou uma melhoria significativa, superando o nível observado no início da pandemia, tendo-se verificado uma melhoria nos indicadores de confiança na indústria transformadora, na construção e obras públicas.
- * De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, o consumo privado no primeiro trimestre de 2021 apresentou uma quebra de 6,9% em volume, em termos homólogos, o que representa um agravamento face ao observado no trimestre anterior (-4,6%).

- * O índice de volume de negócios no comércio a retalho passou de uma variação homóloga de 1,7% em março para 28,3% em abril.
- * As vendas de automóveis ligeiros de passageiros apresentaram, em abril, um crescimento homólogo de 438,7%.
- * No primeiro trimestre de 2021, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 3,7% (que compara com um crescimento de 1% no quarto trimestre de 2020). Registou-se um crescimento no investimento em construção e em outras máquinas e equipamentos, tendo sido observado uma contração no investimento em material de transporte.
- * Em termos homólogos reais, os dados relativos ao comércio internacional de bens e serviços, divulgados pelo INE para o primeiro trimestre de 2021, registaram uma redução das exportações de 9,4% e uma diminuição das importações em 4,5% (-14,3% e -6,1% no quarto trimestre de 2020, respetivamente).
- * O défice acumulado da balança corrente, até março de 2021, foi de 473 milhões de euros. No mesmo período registou-se uma capacidade de financiamento da balança corrente e de capital de 336 milhões de euros.
- * A taxa de desemprego em abril aumentou para 6,9%, mais 0,3 p.p. relativamente a março, com o número total de desempregados registados no país a aumentar 8% face a abril de 2020.
- * A variação homóloga do IPC e do IPC subjacente foi de 0,6% e 0,1% respetivamente; no setor industrial, os preços aumentaram 4,9% em abril.
- * No final de abril de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 4 845 milhões de euros, um resultado pior que o verificado no período homólogo, quando o défice registado foi de 1 697 milhões de euros. O saldo primário registou um défice de 1 651 milhões de euros (deteriorou-se 3 177 milhões face ao período homólogo).
- * A queda da receita resultou sobretudo da diminuição da Receita Fiscal e das Contribuições de Segurança Social, fruto do impacto da COVID-19 que afetou a atividade económica. Do lado da despesa, destaca-se o crescimento das Transferência Correntes e das Despesas com Pessoal.
- * Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 5 346 milhões de euros, a Administração Regional e Local apresentou um excedente 275 milhões de euros, e a Segurança Social registou um excedente de 226 milhões de euros.
- * De acordo com o Banco de Portugal, no final de março de 2021, a dívida pública atingiu 275 268 milhões de euros, um agravamento de 1 179 milhões de euros face ao mês anterior, e mais 4 776 milhões de euros que no final de 2020. A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um aumento de 1 625 milhões de euros face ao final de fevereiro e mais 3 880 milhões de euros que no final de 2020.
- * Em abril, a dívida direta do Estado atingiu 270 038 milhões de euros, menos 4 328 milhões de euros que no final do mês anterior, em parte explicada pela amortização líquida de Obrigações do Tesouro de 4 035 milhões de euros. A dívida após cobertura cambial fixou-se em 269 661 milhões de euros.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados¹ apontam para um acréscimo homólogo das exportações de mercadorias de (6,2%) nos primeiros três meses de 2021. Neste mesmo período, as importações decresceram (-5,3%), o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 42,1%, correspondendo a 1 921 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 85,4%, mais 9,3 p.p. que em igual período de 2020.
- * Nos primeiros três meses de 2021, o acréscimo homólogo das exportações de mercadorias (6,8%), excluindo os produtos energéticos, foi superior ao acréscimo das exportações totais. As importações registaram uma variação homóloga negativa (-2,5%), o que levou a uma melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial em 41,3%.
- * No último ano a terminar em março de 2021, as exportações de mercadorias diminuíram 8% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (-2,4 p.p.), “Material de transporte terrestre e suas partes” (-1,7 p.p.), “Têxteis, vestuário e seus acessórios” e “Madeira, cortiça e papel” (ambos com -0,8 p.p.), “Calçado, peles e couros” e “Produtos acabados diversos” (ambos com -0,6 p.p.), “Aeronaves, embarcações e suas partes” (-0,5 p.p.), e “Máquinas e aparelhos e suas partes” e “Químicos” (ambos com -0,4 p.p.).
- * De janeiro a março de 2021, as exportações para o mercado comunitário registaram uma taxa de variação homóloga positiva de (7%) e contribuíram em (5 p.p.) para o acréscimo das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-14 aumentaram (6,5%) e as referentes aos países do Alargamento aumentaram (15,1%), sendo os respetivos contributos para o acréscimo do total das exportações de (+4,3 p.p.) e (+0,7 p.p.). As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (26% do total de janeiro a março de 2021), registaram o maior contributo Intra UE (+2,3 p.p.), seguidas da França (+1,4 p.p.), para o acréscimo das exportações.
- * Nos primeiros três meses de 2021, as exportações para os Países Terceiros aumentaram (4,3%), passando a representar 28% do total das exportações nacionais (-0,6 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para Marrocos (+85,7%) e China (+59,9%), e a redução significativa das exportações para o Brasil (-23,3%), Cabo Verde (-16,8%), e Angola (-12,1%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de março de 2021, as Exportações de Bens e Serviços registaram uma redução homóloga de (-7,4%) no ano de 2021. A componente de Bens registou um melhor desempenho relativo face à dos Serviços (+7,2% e -37,8%, respetivamente), tendo a componente de Serviços contribuído (-12,3 p.p.) para a redução do total das exportações.

¹ Resultados mensais preliminares de março de 2021.

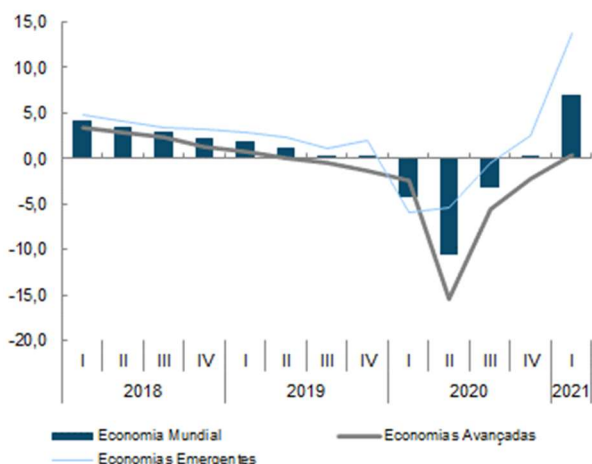
1. Enquadramento Internacional

No segundo trimestre de 2021, a economia mundial deve continuar a expandir-se, impulsionada pela aceleração da vacinação e da reabertura dos mercados, embora persistam algumas preocupações em torno das interrupções nas cadeias de fornecimentos provocadas pela pandemia de COVID-19.

Atividade Económica Mundial

No primeiro trimestre de 2021, a produção industrial mundial aumentou para 6,9% em termos homólogos (0,1% no quarto trimestre de 2020) devido sobretudo ao crescimento robusto verificado nos países emergentes.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias também apresentou um forte crescimento, tanto nas exportações como nas importações.

Com efeito, no primeiro trimestre de 2021, e em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou 6,7% (0,2% no último trimestre de 2020);
- as exportações e importações mundiais tiveram um crescimento de 6,7% e 6,6%, respetivamente (0,2% e 0,3%, respetivamente, no período precedente).

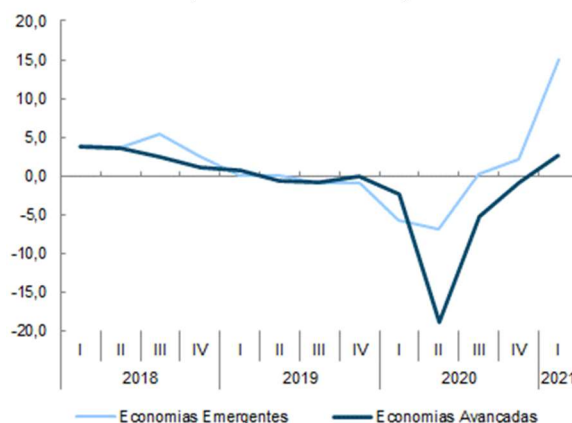
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A melhoria das trocas comerciais deu-se sobretudo nos países emergentes, especialmente em termos de exportações, as quais registaram um crescimento muito robusto (de quase 18%, o mais elevado desde meados de 2010).

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021		
			1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	-4,4	-4,2	-10,5	-3,1	0,1	6,9	1,1	7,5	6,5	6,7
Economias Avançadas	VH	-6,4	-2,4	-15,4	-5,7	-2,2	0,3	-1,3	-0,9	-2,6	4,7
Economias Emergentes	VH	-2,3	-5,9	-5,5	-0,4	2,5	13,8	3,5	16,7	16,3	8,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH real	-5,4	-3,4	-14,1	-4,3	0,2	6,7	1,2	5,0	5,2	9,8
Importações Mundiais	VH real	-5,4	-3,3	-13,4	-5,1	0,3	6,6	1,7	3,2	5,3	11,4
Economias Avançadas	VH real	-5,7	-4,0	-14,8	-4,9	0,8	4,6	1,7	1,5	2,8	9,8
Economias Emergentes	VH real	-4,7	-1,8	-10,3	-5,7	-1,0	11,0	1,4	7,0	10,9	15,0
Exportações Mundiais	VH real	-5,4	-3,4	-14,9	-3,4	0,2	6,7	0,8	6,9	5,1	8,2
Economias Avançadas	VH real	-6,8	-2,3	-18,9	-5,2	-0,7	2,7	0,2	1,3	-1,0	8,1
Economias Emergentes	VH real	-2,6	-5,7	-6,9	0,2	2,1	15,0	2,0	18,7	18,2	8,4

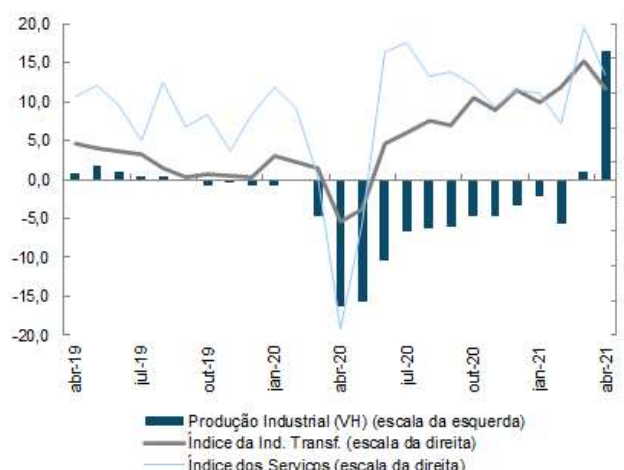
Fonte: CPB.

Atividade Económica Extra-UE

O PIB da **OCDE** desacelerou para 0,3% em cadeia no primeiro trimestre de 2021 (1% no trimestre precedente) e diminuiu 0,8% em termos homólogos (-2,9% no quarto trimestre de 2020) refletindo o reforço de medidas de confinamento associadas ao agravamento da pandemia em alguns países.

A taxa de desemprego da OCDE desceu marginalmente para 6,5% em março de 2021, apesar de ter ficado acima em 1,2 p.p. face a fevereiro de 2020 (antes da pandemia) e a taxa de inflação acelerou para 2,4% (1,7% em fevereiro) em resultado do forte crescimento dos preços de energia.

Figura 1.4. Produção Industrial e Indicadores de Confiança dos empresários dos EUA

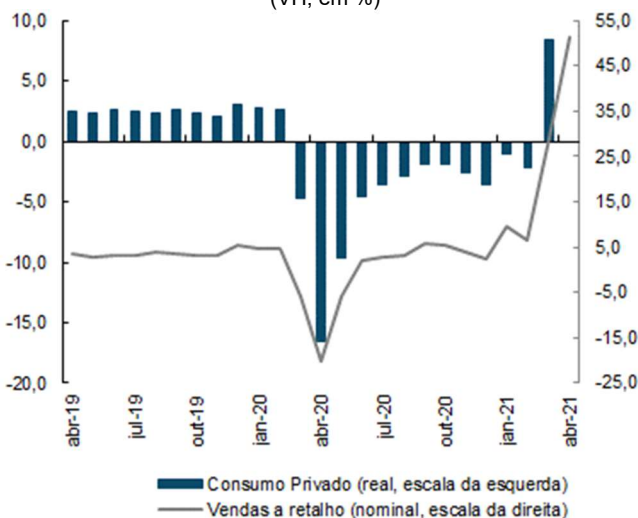


Fontes: Federal Reserve; ISM

Os indicadores disponíveis para os **EUA**, no início do segundo trimestre, indicam um forte crescimento da atividade económica, com alguns riscos inflacionistas. Em abril de 2021 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial aumentou 16,5% (1% em março) mas os indicadores de confiança dos empresários regrediram, em resultado dos atrasos nas cadeias de fornecimentos;
- as vendas a retalho e o consumo privado apresentaram um crescimento robusto; impulsionado, em parte, pelos efeitos de base;
- Em abril de 2021, a taxa de desemprego foi de 6,1% e a taxa de inflação homóloga subiu para 4,2% (2,6% em março), refletindo a combinação do aumento da procura e de problemas nas cadeias de fornecimento.

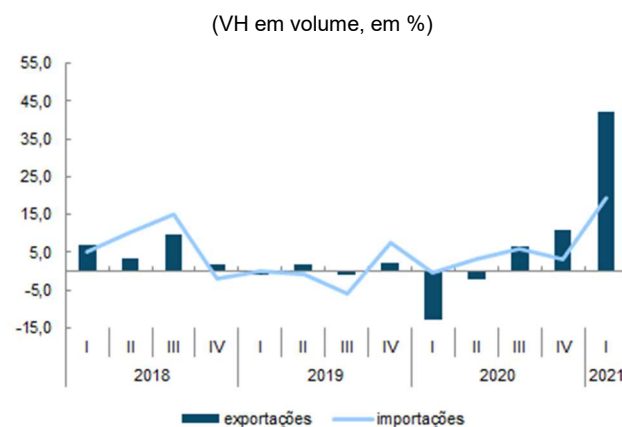
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA
(VH, em %)



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.

A economia da **China** continuou a consolidar-se, através do forte desempenho registado na produção industrial; vendas a retalho e comércio externo.

Figura 1.6 Comércio Externo de Mercadorias da China



Fonte: CPB.

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

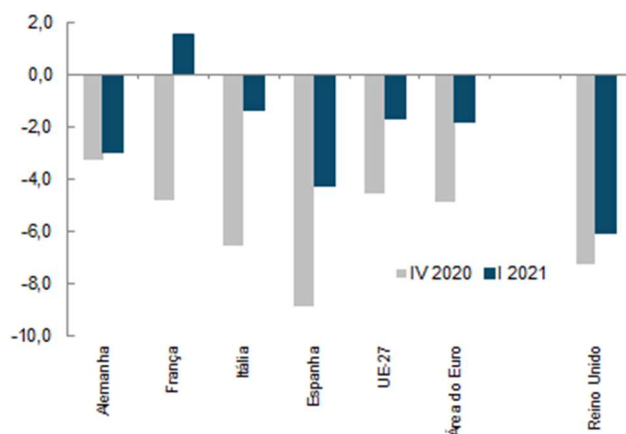
Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2021			
			1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
EUA – PIB real	VH	-3,5	0,3	-9,0	-2,8	-2,4	0,4	-	-	-	-
Produção Industrial	VH	-6,7	-19	-14,2	-6,3	-4,3	-2,3	-2,2	-5,7	10	16,5
ISM da Indústria Transformadora	Índice	53,8	50,0	45,7	55,2	59,1	61,4	58,7	60,8	64,7	60,7
ISM dos Serviços	Índice	56,0	55,6	44,3	64,2	59,9	61,6	59,9	55,5	69,4	62,7
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	815	96,6	74,1	75,7	79,8	80,2	79,0	76,8	84,9	88,3
Taxa de Desemprego	%	8,1	3,8	13,1	8,8	6,8	6,2	6,3	6,2	6,0	6,1
China – PIB real	VH	2,3	-6,8	3,2	4,9	6,5	13,3	-	-	-	-
Exportações mercadorias	VH real	0,6	-12,9	-2,1	6,5	11,1	42,1	57,2	59,0	15,9	-
Japão – PIB real	VH	-4,7	-2,2	-10,2	-5,5	-10	-18	-	-	-	-

Fontes: BEA, Federal Reserve, ISM, Michigan, BLS, NBSC, CPB e COGJ.

Atividade Económica da UE

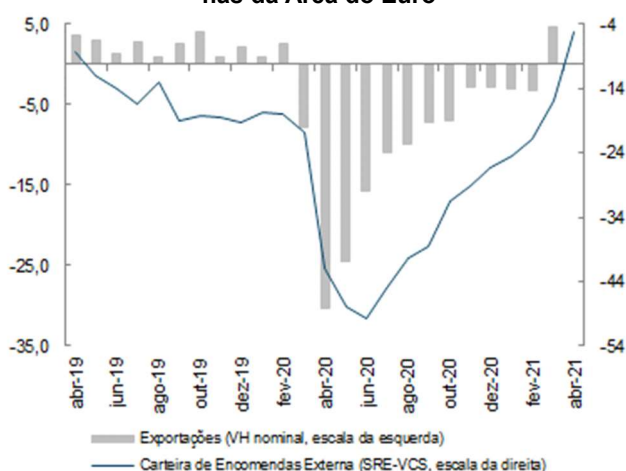
O PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) registou uma quebra de 0,4% e 0,6% em cadeia, respetivamente, no primeiro trimestre de 2021. Em termos homólogos, o PIB da UE e da AE caíram 1,7% e 1,8%, respetivamente (-4,6% e -4,9%, respetivamente, no período precedente).

Figura 1.7. PIB da Europa
(VH real, em %)



Fontes: Eurostat e OCDE.

Figura 1.8. Exportações de Bens e Encomendas Externas da Área do Euro



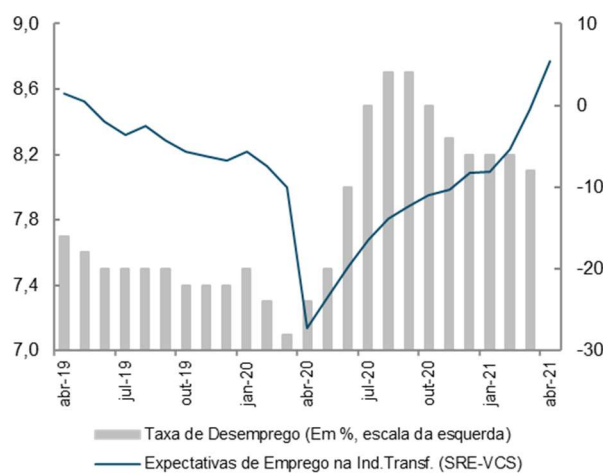
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em abril de 2021, o indicador de sentimento económico da UE e da AE apresentou uma forte recuperação, tendo superado, pela primeira vez, o nível anterior à pandemia de COVID-19.

No mercado de trabalho, constata-se uma ligeira descida da taxa de desemprego na UE e na AE, para 7,4% e 8,2%, respetivamente, no primeiro trimestre do ano; embora tenha subido 0,9 p.p. face ao período homólogo de 2020, em ambas as regiões.

O emprego da UE e da AE diminuiu 1,8% e 2,1% em termos homólogos, respetivamente, no primeiro trimestre de 2021 (-1,6% e -1,9%, respetivamente, no trimestre anterior).

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em abril de 2021, a taxa de inflação homóloga da área do euro acelerou para 1,6% (1,3% em março) devido sobretudo ao forte crescimento dos preços de energia, cujos preços aumentaram 10,4% (4,3% em março). Em termos de variação média dos últimos 12 meses, a taxa de inflação global da área do euro também subiu para 0,4% em abril (0,2%, entre janeiro e março).

Por outro lado, a reativação prevista nos serviços e as restrições de fornecimentos observados em diversos setores traduziram-se num aumento das expectativas dos preços de produção.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

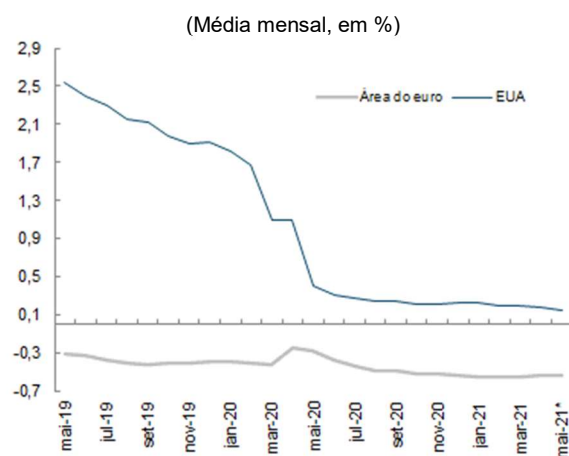
Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2021			
			1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	-6,1	-2,7	-13,8	-4,0	-4,6	-1,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico (UE-27)	Índice	87,7	101,0	71,2	87,9	90,6	94,7	91,1	93,1	99,9	109,7
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	-6,6	-3,3	-14,6	-4,1	-4,9	-1,8	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	88,2	100,8	72,0	88,5	91,4	95,3	91,5	93,4	100,9	110,3
Produção Industrial	VH	-8,5	-5,7	-20,1	-6,6	-1,3	2,7	-0,2	-1,6	10,7	:
Vendas a Retalho	VH real	-10	-1,3	-6,6	2,4	1,2	1,7	-4,8	-1,4	12,3	:
Taxa de Desemprego	%	8,0	7,3	7,6	8,6	8,3	8,2	8,2	8,2	8,1	:
IHPC	VH	0,3	1,1	0,2	0,0	-0,3	1,1	0,9	0,9	1,3	1,6

Fontes: Eurostat e CE.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em maio de 2021 (até ao dia 26), as taxas de juro de curto prazo desceram tanto nos EUA como na área do euro; embora de forma mais acentuada no primeiro caso, para 0,16% e -0,54%, respetivamente (0,19% no mês anterior nos EUA).

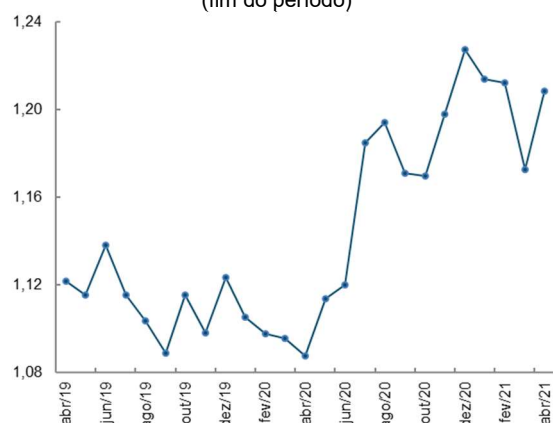
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário



Fonte: BCE. * Média até ao dia 26.

As taxas de juro de longo prazo dos EUA têm estado a evoluir no sentido descendente em maio de 2021 (de 1,56%, no dia 25) corroborando a tese maioritária da Reserva Federal de ainda não ser o tempo de retirada dos estímulos monetários.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar
(fim do período)



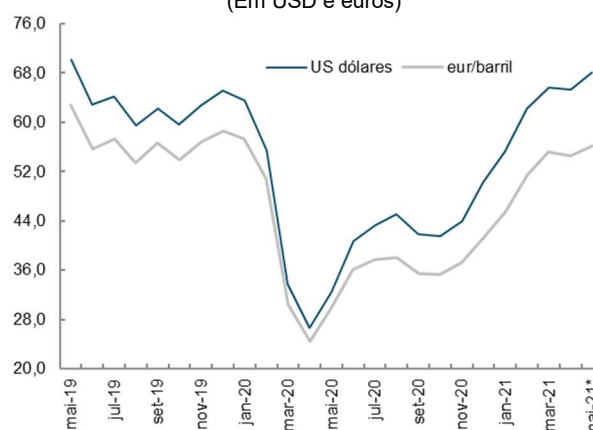
Fonte: Banco de Portugal. Para maio de 2021, o valor é do dia 26.

O euro continuou a apreciar-se face ao dólar em maio de 2021, para se situar em 1,22 no dia 26, aproximando-se do nível registado no final de 2020.

Em abril de 2021, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado desceu ligeiramente para 48,7 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

O preço do petróleo Brent aumentou, em média, para 68 USD/bbl (56 €/bbl) em maio de 2021 (até ao dia 26), impulsionado pelas perspetivas de recuperação da atividade económica e pelo aumento do número de vacinações.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent
(Em USD e euros)



Fontes: DGEG e Banco de Portugal. * Média até ao dia 26.

Em abril de 2021, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo aumentado 38% em termos homólogos (31% no mês precedente) com destaque para um aumento muito significativo dos preços dos *inputs* industriais, para cerca de 67% (55% em março).

Esta evolução resultou, em parte, dos efeitos de base; visto que os preços caíram de forma acentuada no pico da pandemia (abril de 2020).

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2021			
			1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
Taxa Euribor a 3 meses*	%	-0,55	-0,36	-0,42	-0,50	-0,55	-0,54	-0,55	-0,53	-0,54	-0,54
Yield OT 10 anos – EUA**	%	0,89	1,38	0,68	0,65	0,86	1,31	1,06	1,25	1,61	1,62
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	0,21	0,28	0,46	0,17	-0,05	0,05	-0,06	0,06	0,15	0,21
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	1227	1096	1120	1171	1227	1173	1214	1212	1173	1208
Dow Jones*	VC	7,2	-23,2	17,8	7,6	10,2	7,8	-2,0	3,2	6,6	2,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	-4,6	-25,6	16,0	-1,3	11,8	9,7	-2,5	4,5	7,8	1,4
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	43,22	50,94	33,29	43,40	45,26	61,10	55,31	62,29	65,70	65,35
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	-32,6	-20,3	-51,2	-30,0	-27,6	20,0	-13,0	12,3	94,8	145,4
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	-33,9	-17,9	-50,3	-33,5	-32,8	9,7	-20,7	12	81,1	122,5
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	36,9	48,4	23,2	34,2	32,8	44,9	40,8	44,7	49,2	48,7

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

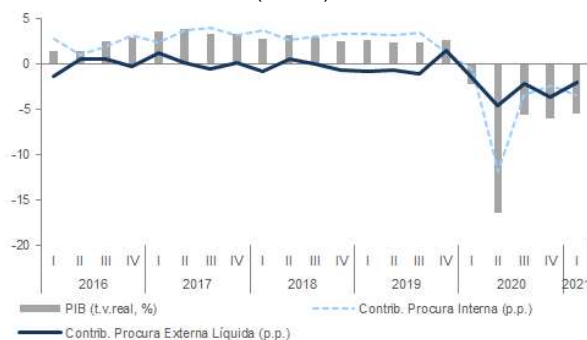
Fontes: BdP, Eurostat, Yahoo, DGEG e GEE.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As contas nacionais trimestrais do INE para o primeiro trimestre de 2021 apresentam uma contração homóloga real do PIB de 5,4% (-6,1% no quarto trimestre de 2020). Segundo o INE, esta variação resultou de um contributo mais negativo da procura interna, parcialmente compensada pelo contributo menos negativo da procura externa líquida. Face ao trimestre precedente registou-se uma contração de 3,3% em termos reais.

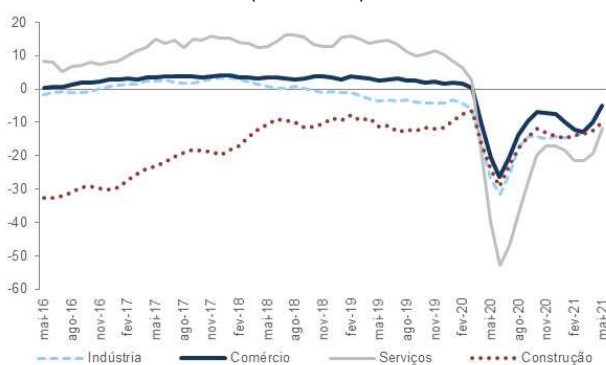
Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



Fonte: INE

De acordo com os dados publicados pelo INE, o indicador de clima económico, em maio, registou uma melhoria significativa, superando ligeiramente o nível observado no início da pandemia (março de 2020)

Figura 2.2. Indicadores de confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE

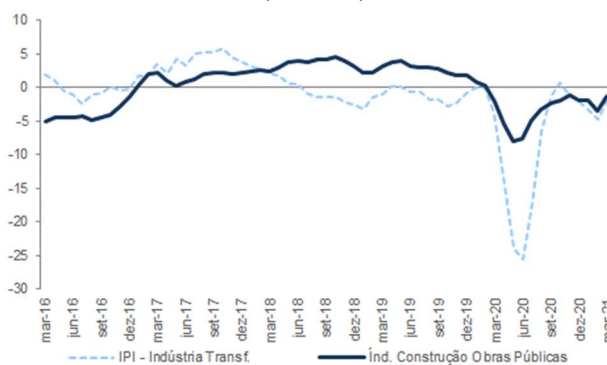
De acordo com o INE, em maio, observou-se uma melhoria, em termos mensais, dos indicadores de confiança de todos os setores considerados: indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e serviços. Apenas o indicador de confiança dos serviços não superou o nível registado em março de 2020.

No primeiro trimestre de 2021, o indicador de atividade económica registou uma queda de 1,2% (que compara com uma queda de 1,5% no quarto trimestre de 2020).

Numa perspetiva setorial, os dados, em termos médios homólogos, mostram que:

- Na indústria transformadora, no primeiro trimestre de 2021, o índice de volume de negócios apresentou uma redução de 0,8% (-6,7% no quarto trimestre de 2020) e o índice de produção apresentou uma queda de 2,2% (-1,4% no quarto trimestre de 2020);
- No setor da construção e obras públicas, o índice de produção registou uma queda de 1,4% no primeiro trimestre de 2021 (-2,6% no quarto trimestre de 2020);
- No setor dos serviços, o índice de volume de negócios apresentou uma contração de 12,7% no primeiro trimestre de 2021 (-13,4% no quarto trimestre de 2020);
- No setor do comércio a retalho, o índice de volume de negócios registou um crescimento de 4,6% no trimestre terminado em abril (-8,1% no primeiro trimestre).

Figura 2.3. Índices de Produção
(VH, MM3)



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2021				
			1T	2T	3T	4T		jan	fev	mar	abr	mai
PIB – CN Trimestrais	VH Real	-7,6	-2,2	-16,4	-5,6	-6,1	-5,4	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	-0,6	18	-4,7	-0,7	-0,3	-12	-0,9	-18	-0,9	0,8	18
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-16,6	-6,1	-31,7	-14,3	-14,3	-12,9	-15,1	-13,9	-9,6	-6,7	1,7
Indicador de Confiança do Comércio	"	-10,9	0,2	-26,3	-9,7	-7,6	-12,7	-12,2	-15,5	-10,4	-4,2	-0,6
Indicador de Confiança dos Serviços	"	-23,8	2,7	-52,9	-27,7	-17,2	-21,5	-17,6	-27,4	-19,4	-11,2	-4,4
Indicador de Confiança da Construção	"	-16,0	-6,4	-29,1	-14,4	-14,1	-13,4	-13,0	-13,6	-13,6	-10,6	-5,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-8,2	-3,7	-25,8	-14	-19	-2,2	-5,4	-5,9	5,7	:	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	-11,3	-3,1	-28,0	-6,5	-6,8	-12	-12,2	-6,1	15,9	:	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	-15,7	-4,2	-30,8	-14,4	-13,4	-12,7	-16,4	-19,9	0,7	:	:

Fonte: INE.

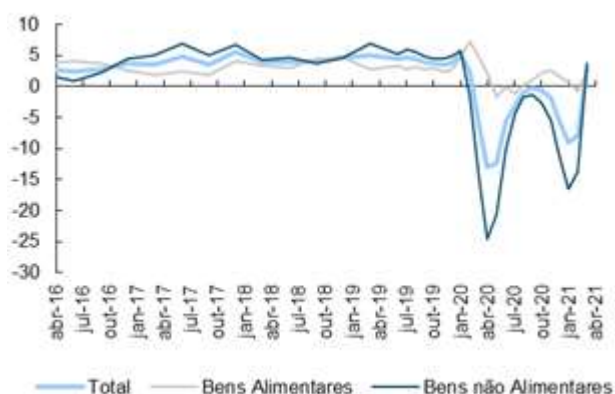
Consumo Privado

De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, o consumo privado no primeiro trimestre de 2021 apresentou uma quebra de 6,9% em volume, em termos homólogos, o que representa um agravamento face ao observado no trimestre anterior (-4,6%). Para esta evolução contribuiu fortemente a acentuação da quebra sentida ao nível dos bens não duradouros não alimentares e serviços, bem como dos bens duradouros.

O índice de volume de negócios no comércio a retalho passou de uma variação homóloga de 1,7% em março para 28,3% em abril, refletindo a forte recuperação nas vendas dos bens não alimentares (efeito base face ao primeiro mês completo de confinamento em 2020), tendo estas registado um aumento de 47,1%, (5,5% em março) e as de bens alimentares um aumento de 11,4% (-2% no mês precedente).

Em média, nos últimos três meses, o índice apresentou um crescimento de 3% em março, o que se traduz num aumento significativo em relação ao mês anterior (-7,8%).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)



Fonte: INE.

Em abril, o indicador de confiança dos consumidores voltou a aumentar, à semelhança do mês anterior, situando-se perto do nível observado em 2020. A evolução do mês em causa reflete o contributo positivo de todas as componentes, com exceção das opiniões sobre a evolução passada da situação financeira do agregado familiar, que registaram um contributo nulo.

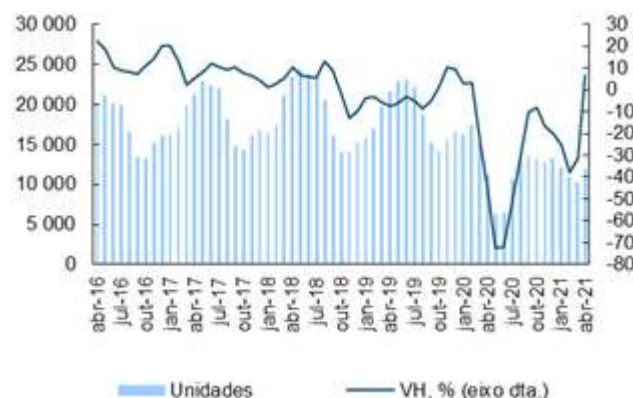
Figura 2.5. Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em abril de 2021 foram vendidos 14 809 veículos ligeiros de passageiros, mais 2 110 unidades do que em março e mais 12 060 unidades do que em abril de 2020, correspondendo a um crescimento homólogo de 438,7%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020			2021		
			1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar	abr	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	-5,9	-0,4	-14,4	-4,0	-4,6	-6,9	-	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	-8,1	-9,9	-33,1	-26,3	-26,2	-23,0	-24,3	-23,1	-25,8	-20,2	-17,1	-
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	4,2	3,3	-48,1	-29,4	-19,1	-28,2	-27,0	-18,1	-31,0	-35,5	-28,3	-
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho*	VH	0,6	2,3	-12,5	-1,0	-2,0	-7,8	-2,5	-10,7	-14,2	1,7	28,3	-
Bens Alimentares	VH	1,8	7,3	-1,7	0,1	2,6	-0,9	2,9	0,9	-1,4	-2,0	11,4	-
Bens não Alimentares	VH	-0,4	-1,6	-20,8	-1,8	-5,5	-13,7	-6,9	-18,1	-24,1	5,5	47,1	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	-6,3	-23,8	-71,7	-10,2	-20,1	-31,5	-19,6	-30,5	-59,0	19,8	438,7	-
Importação de Bens de Consumo***	VH	0,4	1,8	-14,2	-7,6	-5,9	-9,2	-4,0	-17,1	-13,5	3,5	-	-

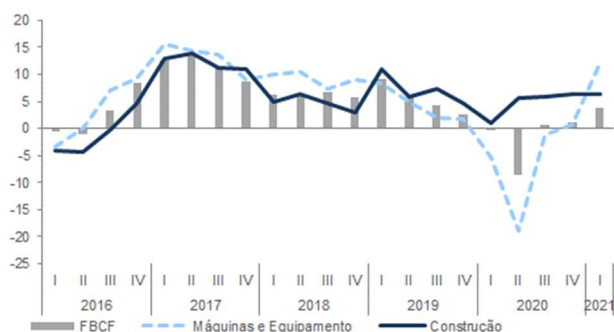
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Fontes: INE e ACAP

Investimento

De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, no primeiro trimestre de 2021, a FBCF, em termos homólogos, registou um crescimento de 3,7% (que compara com um crescimento de 1% no quarto trimestre de 2020). Registou-se um crescimento no investimento em construção e em outras máquinas e equipamentos (6,4 % e 12,2%, respetivamente) e uma diminuição de 25,9% no investimento em equipamentos de transporte.

Figura 2.7. FBCF e componentes
(VH, %)

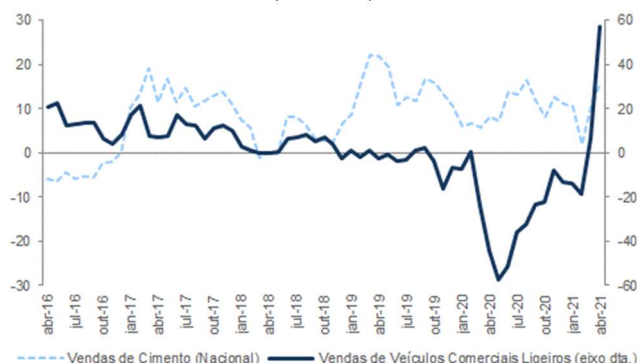


Fonte: INE.

Os dados disponíveis do trimestre terminado em abril, em termos homólogos, mostram que:

- As vendas de cimento apresentaram um crescimento de 16% (10,8% no primeiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento de 57,1% (6,4% no primeiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais pesados registaram um crescimento de 101,1% (29,1% no primeiro trimestre).

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

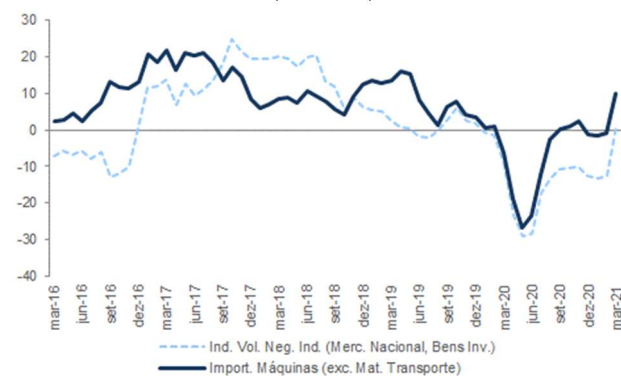


Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

No primeiro trimestre de 2021, em termos médios homólogos, observou-se que:

- as importações de máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte, registaram um crescimento de 9,6% (melhoria de 10,2 p.p. face ao observado no quarto trimestre de 2020);
- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 1,1% (melhoria de 14,4 p.p. face ao valor registado no quarto trimestre de 2020);
- as licenças de construção de fogos registaram um crescimento de 2,8% (redução de 5,7 p.p. face ao registado no quarto trimestre de 2020).

Figura 2.9. Bens de Investimento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

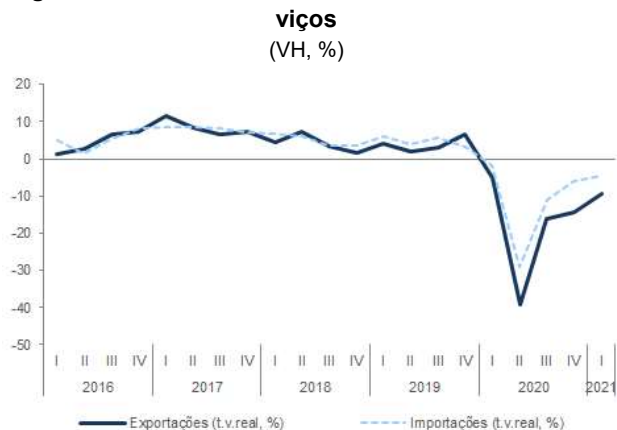
Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021			
			1T	2T	3T	4T		dez	jan	fev	mar	abr
FBC – CN Trimestrais	VH Real	-15,0	-2,4	-10,0	-7,2	0,8	3,5	-	-	-	-	-
da qual, FBCF	VH Real	-4,7	-0,3	-8,6	0,7	1,0	3,7	-	-	-	-	-
Indicador de FBCF	VH/mm3	44 166,0	-0,8	-10,1	14	1,1	3,4	1,1	0,0	-19	3,4	:
Vendas de Cimento	VH	-6,7	5,6	13,7	11,7	11,2	10,8	6,7	-2,8	2,4	31,0	13,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	10,6	-24,0	-51,5	-23,4	-13,1	6,4	-19,1	-19,2	-17,8	87,7	203,4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-28,3	-32,8	-68,2	6,0	-8,4	29,1	-18,6	-10,9	25,0	107,1	283,3
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	8487,9	805,0	246,5	642,4	578,2	596,8	-8,2	3,7	-12,1	-33,7	0,9
Licenças de Construção de fogos	VH	-28,0	2,1	7,9	-0,2	12,5	3,3	38,3	-19,2	-20,3	67,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	5,4	-6,1	-23,4	0,1	-1,1	10,0	-5,7	-3,5	7,5	27,3	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	-7,7	-8,3	-28,2	-10,7	-12,7	1,1	-16,3	-14,6	-6,3	26,8	:

*No Comércio por Grosso; ** Excepto Material de Transporte; *** Para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE referente ao comércio internacional de bens e serviços, no primeiro trimestre de 2021, em termos homólogos reais, registou-se uma redução nas exportações de 9,4% e uma diminuição nas importações de 4,5% (-14,3% e -6,1% no quarto trimestre de 2020, respetivamente).

Figura 2.10. Comércio Internacional de Bens e Serviços



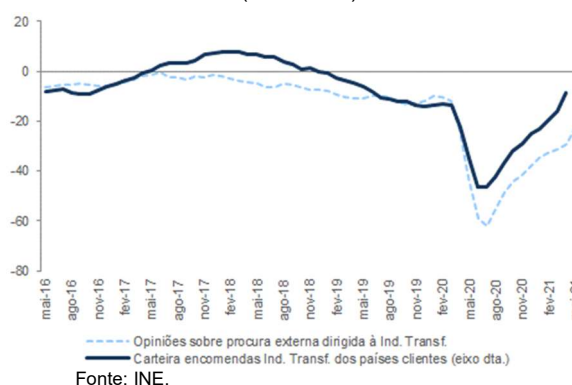
No primeiro trimestre e em termos médios homólogos nominais:

- nas exportações de bens, verificou-se uma variação de 6,5% na componente intracomunitária (-2,3% no quarto trimestre de 2020) e de 6,1% na componente extracomunitária (-6,1% no quarto trimestre de 2020);
- nas importações de bens, verificou-se uma variação de -3,6% no mercado intracomunitário (-7% no quarto trimestre de 2020) e de -11,3% no mercado extracomunitário (-20% no quarto trimestre de 2020);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 85,7% (76,1% em igual período de 2020).

No trimestre terminado em abril, as opiniões relativas à carteira de encomendas da indústria transformadora continuaram a recuperação, superando o nível registado no início da pandemia (março de 2020).

As opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora, no trimestre terminado em maio, continuaram a recuperação iniciada em julho de 2020, após os agravamentos verificados entre março e junho desse ano.

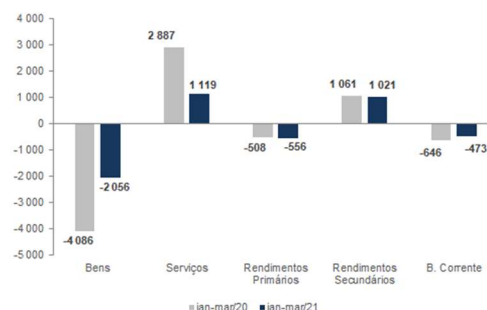
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria
(SRE, MM3)



De acordo com o INE, no mês de abril, o setor do alojamento turístico registou um crescimento de 762,6% no número de hóspedes totais e de 510,8% nas dormidas (517% nos residentes e 496,5% nos não residentes) relativamente ao mesmo mês de 2020, quando praticamente a atividade turística cessou.

Até março de 2021, o défice acumulado da balança corrente situou-se em 473 milhões de euros, representando uma melhoria de 173 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração dos saldos da balança de serviços e das balanças de rendimentos primários e secundários, compensada por uma melhoria no saldo da balança de bens.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



No mesmo período, registou-se uma capacidade de financiamento da balança corrente e de capital de 181 milhões de euros (o que representa uma melhoria na capacidade de financiamento em 66 milhões de euros face ao mesmo período de 2020).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020		2021		
			1T	2T	3T	4T	1T	nov	dez	jan	fev	mar
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-18,6	-5,3	-39,2	-16,0	-14,3	-9,4	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-119	-18	-29,1	-11,1	-6,1	-4,5	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	-2,0	0,0	-0,8	-12	-2,0	-2,4	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	0,1	12	10	0,1	0,1	:	-	-	-	-	-
Salidas de Bens	VH nom	-10,3	-3,3	-310	-2,6	-3,5	6,2	-0,7	-7,8	-10,0	2,6	28,8
Entradas de Bens	VH nom	-15,6	-4,6	-34,0	-12,8	-10,4	-5,3	-12,6	-6,9	-16,5	-10,4	12,2

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021	Dif.
			1T	2T	3T	4T	1T	jan-mar	jan-mar	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	256	15	-1384	988	537	181	15	181	66
Saldo Balança de Bens	"	-12 186	-4 086	-2 667	-2 605	-2 828	-2 056	-4 086	-2 056	2 029
Saldo Balança de Serviços	"	8 603	2 887	145	2 766	1806	1119	2 887	1119	-1768
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-3 034	-508	-1429	-756	-342	-556	-508	-556	-47
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 240	1061	945	1443	1091	1021	1061	1021	-40

Fonte: BdP.

Mercado de Trabalho

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de desemprego em abril de 2021 foi de 6,9%, um aumento de 0,3 p.p. relativamente ao mês anterior, igual por comparação com três meses antes e 0,5 p.p. superior relativamente a abril de 2020.

Figura 2.13. Emprego e Taxa da Desemprego

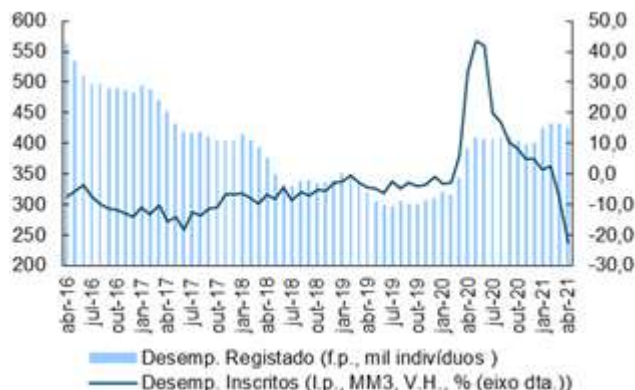


Fonte: INE

No final de abril, estavam registadas, nos centros de emprego, 423 888 pessoas desempregadas, o que corresponde a um aumento de 8% (mais 31 565 pessoas) face a abril de 2020. Em termos mensais, a evolução é positiva, com menos 8 963 desempregados (-2,1%).

O aumento dos desempregados inscritos é mais expressivo no setor dos serviços (com uma subida homóloga de 9,6%), nomeadamente nas atividades de alojamento, restauração e similares (mais 22,4%), transportes e armazenagem (mais 17,7%) e Comércio por grosso e a retalho (mais 9,8%).

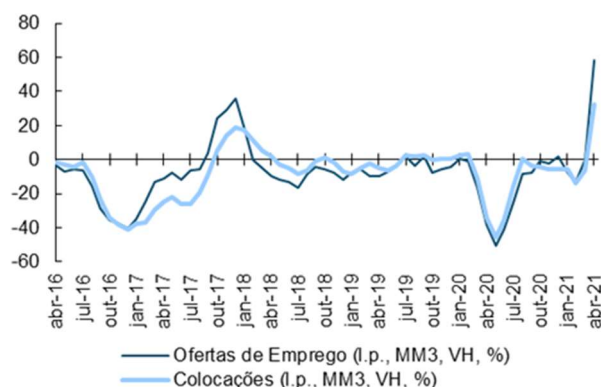
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de abril, foram de 16 862, traduzindo uma variação anual de 54,1% e mensal de 17,3%. Nos últimos três meses, o número de desempregados inscritos diminuiu, em média, 22,7% em abril (-6,9% e 2,6%, nos trimestres terminados em março e fevereiro, respetivamente), sendo que a cobertura das colocações diminuiu 4,7 p.p. em relação ao mês anterior, passando para 60% das ofertas de emprego.

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021			
			1T	2T	3T	4T		dez	jan	fev	mar	abr
Taxa de Desemprego*	%	6,8	6,8	5,7	8,0	7,3	7,1	6,9	6,9	6,8	6,6	6,9
Emprego Total*	VH	-2,0	0,1	-3,6	-3,1	-1,2	-1,3	-1,3	-2,2	-1,4	-0,3	1,2
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	-10,7	3,0	36,4	36,1	29,6	25,9	29,6	32,4	36,8	25,9	8,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-1,4	6,2	41,8	10,4	4,9	-6,9	8,4	-4,8	6,1	-18,7	-43,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-1,1	-16,3	-41,3	-7,9	1,7	-0,1	9,0	-18,6	-22,3	58,1	310,8
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	8,6	7,6	14,2	6,0	6,8	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,6	3,3	4,0	1,3	2,6	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

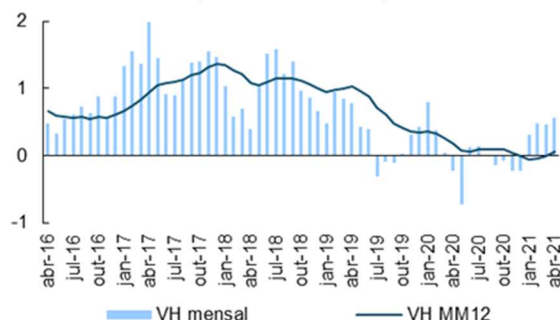
Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

No mês de abril, a variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) foi 0,6%, 0,1 p.p. superior à registada no mês anterior. Todavia, enquanto a taxa de variação na componente de bens foi de 1,4% (0,4% em março), a taxa de variação nos serviços foi de -0,7% (0,5% no mês anterior).

Em termos mensais, a variação do IPC foi de 0,4% (1,4% no mês precedente e 0,3% em abril de 2020). A variação média do índice nos últimos doze meses foi 0,1%, (nula em março).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH e VH MM12, %)

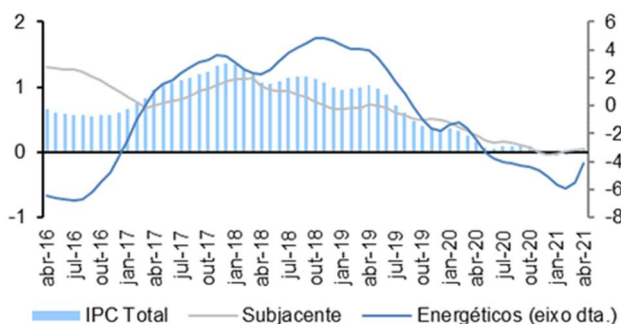


Fonte: INE.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 0,1% (igual ao mês anterior). O índice referente aos produtos alimentares não transformados registou uma redução para -1,1% (1,3% em março), enquanto o agregado relativo aos produtos energéticos aumentou para 8,1% (2,4% no mês precedente).

Em média, nos últimos doze meses, o IPC subjacente foi nulo em abril (igual ao mês anterior), com uma variação média de 3,1% nos produtos alimentares não transformados e de -4,1% nos produtos energéticos.

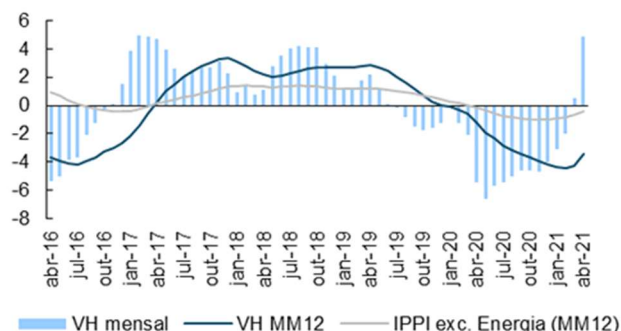
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



Fonte: INE

Em abril, o índice de preços na produção industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de 4,9% (ou seja, uma aceleração de 4,4 p.p. face a março), e no qual o agrupamento de energia, observa uma variação homóloga de 17,3% (-3,4% no mês anterior). Excluindo este agrupamento, a variação dos preços na produção industrial foi 2,3% (1,4% no mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2020	2020						2021		
			ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Índice de Preços no Consumidor	VC	-0,2	-0,3	1,0	0,1	-0,3	-0,1	-0,3	-0,5	1,4	0,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	0,0	0,0	-0,1	-0,1	-0,2	-0,2	0,3	0,5	0,5	0,6
Índice de Preços no Consumidor	VM12	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,1
IPC - Bens	VH	-0,5	-0,1	-0,3	-0,3	-0,4	-0,5	0,3	0,5	0,4	1,4
IPC - Serviços	"	0,7	0,1	0,0	0,2	0,1	0,2	0,4	0,6	0,5	-0,7
IPC Subjacente*	"	0,0	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1	0,6	0,7	0,1	0,1
Índice de Preços na Produção industrial	VH	-4,2	-5,0	-4,6	-4,6	-4,7	-4,1	-3,1	-2,0	0,5	4,9
IHPC	"	-0,1	-0,2	-0,8	-0,6	-0,4	-0,3	0,2	0,3	0,1	-0,1
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,4	0,0	-0,5	-0,3	-0,1	0,0	-0,7	-0,6	-1,2	-1,7

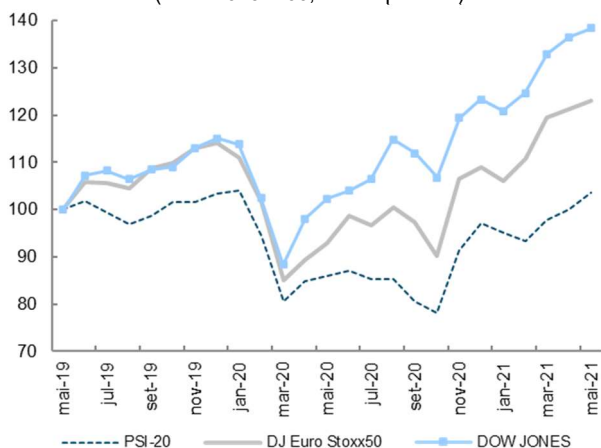
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais continuaram a evoluir favoravelmente. Os investidores mostraram-se divididos neste mês entre a melhoria nos indicadores de atividade económica e os receios quanto aos contágios de COVID-19, num contexto de alguns riscos de sobreaquecimento da economia norte-americana.

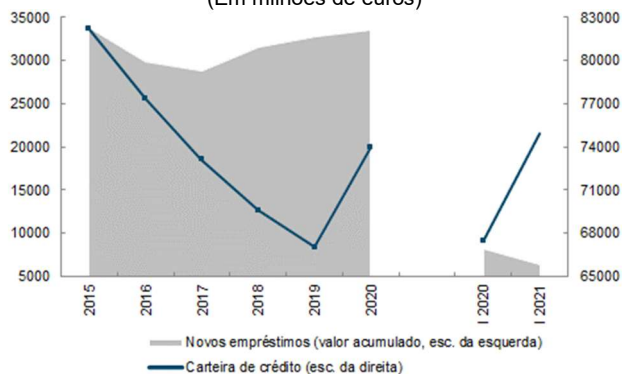
Figura 2.19. Índices Bolsistas
(maio 2019=100, fim do período)



Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para maio de 2021, o valor é do dia 26.

Em março de 2021, a carteira de crédito às sociedades não financeiras aumentou para 11,1% em termos homólogos (10,4% em 2020) devido à concessão de linhas de crédito com garantias públicas destinadas a mitigar o efeito da pandemia e à atribuição de moratórias que adiam a amortização de créditos.

Figura 2.20. Empréstimos bancários às Sociedades não financeiras
(Em milhões de euros)

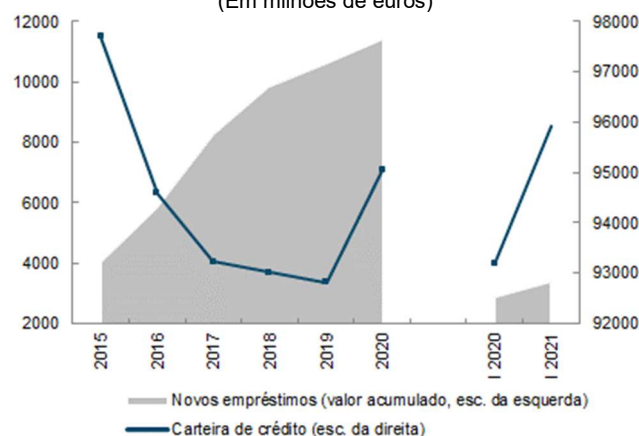


Fonte: Banco de Portugal.

Para os particulares, a carteira de crédito à habitação aumentou para 3% em termos homólogos em março de 2021 (2,4% em 2020) e os novos empréstimos concedidos neste segmento foram de 3,3 mil milhões de euros no primeiro trimestre de 2021 (2,8 mil milhões no período homólogo de 2020) representando um crescimento de quase 18%.

O montante de empréstimos abrangidos por moratórias bancárias (públicas e privadas) em Portugal caiu para 41,9 mil milhões de euros em março de 2021 (45,6 mil milhões em fevereiro), devido sobretudo ao segmento dos particulares, nomeadamente do crédito à habitação. Este comportamento deve-se ao fim das moratórias privadas, com efeitos em março e abril. Do lado das empresas, o montante baixou para 23,9 mil milhões de euros (32% da carteira de crédito).

Figura 2.21. Empréstimos bancários a particulares para Habitação
(Em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Quanto às taxas de juro de novos empréstimos, estas aceleraram em março de 2021, tanto para as empresas, como para os particulares, tendo o da habitação subido para 0,84% (invertendo a descida registada entre julho de 2020 e fevereiro deste ano).

A taxa de juro soberana das *yields* da Alemanha a 10 anos subiu ligeiramente para -0,17% em maio de 2021 (dia 25) face ao final do mês de abril (-0,2%) e os prémios de risco de alguns países periféricos da área do euro (Portugal e Espanha) diminuíram ambos, para 66 p.b. (68 p.b., no final de abril).

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

	Unidade	2020	2020					2021			
			ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Yield OT 10 anos PT*	%	0,061	0,441	0,260	0,15	0,035	0,061	0,044	0,322	0,227	0,470
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha	p.b.	64	84	78	74	61	64	56	58	52	68
PSI 20*	VC	-6,1	0,1	-5,4	-3,0	16,7	6,4	-2,1	-1,9	4,8	2,5
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	2,3	18	2,0	19	2,0	2,3	2,5	2,7	3,0	:
- para consumo	va	0,5	3,5	2,5	2,1	1,7	0,5	-0,5	-1,7	-1,3	:
Empréstimos a empresas	va	9,7	7,8	8,4	8,2	8,6	9,7	9,9	11,2	10,0	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	100	108	105	104	102	100	0,98	0,97	0,95	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,08	2,15	2,13	2,13	2,12	2,08	2,08	2,06	2,04	:

* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

Finanças Públicas

No fim do mês de abril de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 4 845 milhões de euros (um agravamento homólogo de 3 148 milhões de euros), onde a quebra de 6,3% da *Receita Efetiva* foi conjugada com o crescimento de 5,2% na *Despesa Efetiva*. Estes resultados contêm os impactos do surto de COVID-19 que se fez sentir em Portugal a partir do mês de março do ano passado, bem como das políticas subsequentemente implementadas para controlo da doença e estabilização macroeconómica.

A evolução da receita, que diminuiu 1 677 milhões de euros face ao mesmo período de 2020, resultou sobretudo da diminuição da *Receita Fiscal* (-9,9%) e das *Outras Receitas Correntes* (-13,8%). Do lado da despesa, que aumentou 1 470 milhões de euros, destaca-se o crescimento das *Despesas com Pessoal* (4,6%) em parte devido à política de promoção salarial das Administrações Públicas, a que se junta o reforço das equipas de saúde para o combate ao surto de COVID-19, e o crescimento das *Transferências Correntes* (11,5%). Por outro lado, as despesas com *Juros* e as *Aquisição de Bens e Serviços* registaram contrações de 0,9% e 6,6% respetivamente. Tudo isto levou a que o *Saldo Primário* se reduzisse em 3 177 milhões de euros face ao final de abril do ano passado, registando um défice de 1 651 milhões de euros.

Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 5 346 milhões de euros, a Segurança Social um excedente de 226 milhões de euros e a Administração Regional e Local um excedente no valor de 275 milhões de euros.

Administração Central

Em abril, o saldo orçamental da Administração Central registou um défice de 5 346 milhões de euros, um agravamento de cerca de 2 317 milhões de euros em termos homólogos. O saldo primário também registou um défice, de 2 179 milhões de euros quando comparativamente no período homólogo registou-se um excedente de 170 milhões de euros.

Esta evolução é explicada pela redução da *Receita Efetiva* (queda de 10,2%) conjugada com o aumento da *Despesa Efetiva* (1,9%). Para o comportamento da receita, salientam-se as quedas da *Receita Fiscal* (-10,3%) assim como das *Outras Receitas Correntes* (-23,2%). Em sentido contrário, registou-se o crescimento das contribuições sociais (2%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (5,1%), assim como das *Transferências Correntes* (4,3%). Por outro lado, registam-se as quebras nas *Aquisições de Bens e Serviços* (-9,1%) e dos *Juros e Outros Encargos* (-1%).

Por subsectores, o subsector Estado registou em abril um défice de 5 679 milhões de euros (um agravamento de 2 296 milhões face ao período homólogo), e um défice primário de 2 570 milhões de euros (agravamento de 2 310 milhões de euros face ao período homólogo). Para estes resultados contribuem a queda de 10% da *Receita Fiscal* tendo os *Impostos Diretos* caído 5,5%, com a queda no *IRC* (19,1%) conjugada com a diminuição do *IRS* (3,4%). Os *Impostos Indiretos* caíram 12,6%, para o qual contribuiu a diminuição do *ISV* (-25,5%), do *IVA* (-10,4%) e do *IABA* (-22,7%), do *Imposto sobre o Tabaco* (-21,4%), do *Imposto do Selo* (-4,8%), bem como do *IUC* (-11,1%).

Relativamente à *Receita Não Fiscal*, esta diminuiu 30,7%, devido essencialmente à queda das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-13,5%) e nos *Rendimentos de Propriedade* (-85,2%)

O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um excedente de 334 milhões de euros, uma deterioração de 21 milhões de euros face ao verificado no período homólogo. A diminuição da receita (0,5%) é justificada pela diminuição da *Receita Fiscal* (-28,1%), e das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-8%) que mais que compensaram o crescimento das *Transferências da Administração Central* (5,4%) e das *Contribuições Sociais* (1,9%). Do lado da despesa, que caiu 0,3%, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (7,2%) que foi mais que compensada pelas diminuições da *Aquisição de Bens e Serviços* (-10,1%) e das *Despesas de Capital* (-8,2%).

Quadro 2.8. Execução Orçamental da Adm. Central

	2020	2021	2021	
	jan a abr		mar	abr
	10º euros		VHA (%)	
Receita Efetiva	18 719	16 811	-9,2	-10,2
Impostos diretos	4 765	4 504	-1,8	-5,5
Impostos indiretos	8 649	7 524	-15,2	-13,0
Despesa Efetiva	21 748	22 156	1,4	1,9
Despesa com pessoal	5 158	5 422	4,6	5,1
Aquisição bens e serviços	3 024	2 750	-12,7	-9,1
Juros	3 199	3 167	-4,0	-1,0
Despesa Capital	1 551	1 474	-13,4	-5,0
Investimento	1 033	1 029	-12,0	-0,4
Saldo Global	-3 029	-5 346	-	-
Saldo Primário	170	-2 178	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.9. Execução Orçamental SFA e EPR

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas						
	2020		2021		2020		2021				
	jan a abr				jan a abr						
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		Grau de execução (%)		VHA (%)
Receita Efetiva	10 466	10 405	27,2	-0,5	3 343	3 260	24,7	-2,4			
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1 196	12 19	31,7	19	-	-	-	-			
Transferências correntes das Adm. Públicas	6 421	6 756	34,5	5,2	281	381	31,7	35,8			
Despesa Efetiva	10 127	10 071	26,4	-0,3	3 884	3 611	26,3	-6,7			
Despesa com pessoal	2 305	2 463	28,8	7,2	1 364	1 475	29,6	8,7			
Aquisição de bens e serviços	2 773	2 484	25,4	-10,1	1 362	1 037	24,1	-23,3			
Transferências correntes	3 469	3 469	28,6	0,0	20	16	20,6	-20,2			
Saldo Global	339	334	-	-	- 541	- 351	-	-			

Fonte: DGO.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS em abril registou um défice de 265 milhões de euros, o que representa um agravamento de 116 milhões de euros face ao verificado no período homólogo.

A receita total aumentou 2,7%, atingindo 3 653 milhões de euros, justificado pelo crescimento de 3,5% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 3 516 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituíram 96,3% do total da receita.

A despesa total aumentou 5,7% em termos homólogos, atingindo 3 918 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 10,3% nas *Despesas com Pessoal* e de 5,1% da despesa com *Aquisição de Bens e Serviços*. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 18% nos *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica*; de 0,6% nas *Parcerias público-privadas* e de 3,8% na *Aquisição de Bens (compras de inventários)*. Em sentido oposto, assistiu-se a uma diminuição de 6,2% nos *Produtos Vendidos em Farmácias*.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS

	Serviço Nacional de Saúde			
	2020		2021	
	jan a abr			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Total	3 557	3 653	2,7	31,7
Receita fiscal	31	27	-12,2	22,2
Outra receita corrente	3 510	3 611	2,9	32,3
Transferências correntes do OE	3 398	3 516	3,5	-
Receita de capital	16	15	-8,6	6,9
Despesa Total	3 706	3 918	5,7	33,8
Despesa com pessoal	1 537	1 695	10,3	35,2
Aquisição de bens e serviços	2 007	2 109	5,1	32,9
Despesa de capital	72	46	-36,4	15,7
Saldo Global	- 149	- 265	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

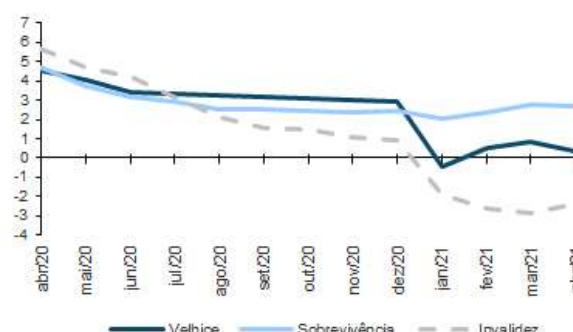
Segurança Social

No fim do mês de abril, a Segurança Social apresentou um excedente de 226 milhões de euros, uma deterioração de 921 milhões de euros face ao verificado no período homólogo.

A receita efetiva cresceu 4,3% em termos homólogos. Para tal, contribuiu a subida das receitas com *Contribuições e quotizações* (0,7%), assim como das *Transferências do Orçamento do Estado* (9%). É de salientar que das *Transferências do Orçamento do Estado*, as transferências referentes ao *Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social* registaram um aumento de 1,6%, com o *IVA Social* a crescer 3,6%. É ainda de salientar que houve transferência de 216 milhões de euros referente às *Medidas Excecionais e Temporárias (COVID-19)*, que não se verificaram no período homólogo.

A despesa efetiva aumentou 15,5% reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com *Pensões* (2,9%), assim como com as *Prestações de Desemprego* (39,3%) e com o *Subsídio por Doença* (1%). Ainda de realçar a despesa de 1 059 milhões de euros referente a *medidas excecionais e temporárias (COVID-19)*, que se excluísse, permitiriam que o excedente fosse maior (1 285 milhões de euros).

Figura 2.22. Despesa em Pensões da Segurança Social (VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2019		2020	
	jan a abr			
	10 ⁶ euros		VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	9 805	10 228	4,3	32,3
Contribuições e quotizações	5 956	6 000	0,7	31,7
Transferências correntes da Administração Central	2 906	3 162	8,8	31,5
Despesa Efetiva	8 658	10 002	15,5	32,5
Pensões	5 106	5 256	2,9	28,2
Subsidio de desemprego e apoio ao emprego	433	603	39,3	36,7
Outras Prestações Sociais	1 986	2 954	48,7	31,0
Saldo Global	1 147	226	-	-

Fonte: DGO

Administração Regional

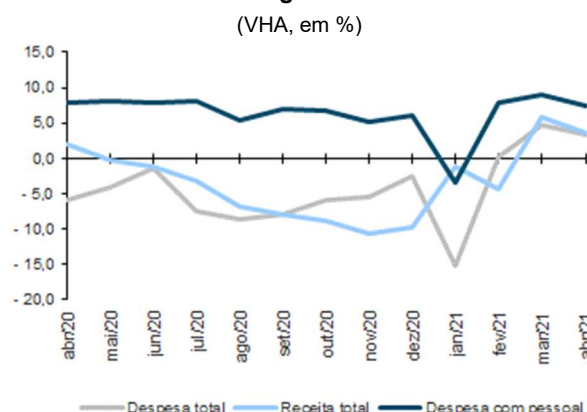
Em abril, a Administração Regional apresentou um saldo positivo de 91 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 4 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo crescimento da *Receita Efetiva* (3,5%) que mais que compensou o aumento da *Despesa Efetiva* (3,4%).

Ao excedente de 26 milhões de euros da Região Autónoma da Madeira juntou-se o excedente de 65 milhões de euros da Região Autónoma dos Açores. Face ao período homólogo, tal representa uma degradação de 30 milhões na Região Autónoma da Madeira e uma melhoria de 33 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores.

Para o crescimento da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente o aumento das *Aquisição de Bens e Serviços* (8,3%) bem como das *Despesas com Pessoal* (7,5%). Em sentido inverso verificou-se a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-50,7%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 2,2% das *Transferências do Orçamento do Estado*. Em sentido oposto, é de referir a diminuição na *Receita Fiscal* (-7,7%).

Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Regional



Fonte: DGO.

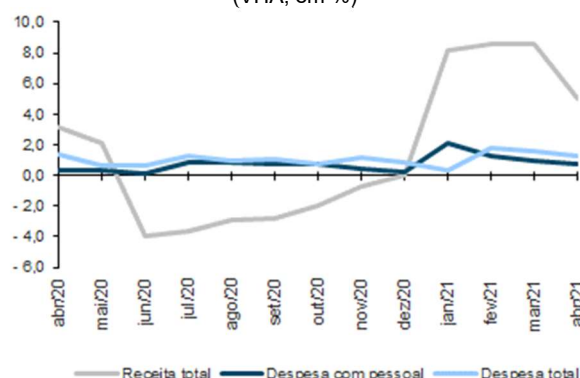
Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local até ao final de abril, aumentou 87 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 184 milhões de euros. Para tal contribuiu o aumento da *Receita Efetiva* (5%) que mais que compensou a subida da *Despesa Efetiva* de 1,3%.

Para este comportamento da receita, contribuiu o aumento das *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* (7,5%), devido sobretudo às *Transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro* (8,6%) e no âmbito da *Participação do IRS* (7,8%) assim como das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (2,1%).

O comportamento da despesa assenta no aumento das *Despesas com Pessoal* (0,8%) e na subida das *Transferências Correntes* de 7%. Em sentido oposto esteve a *Aquisição de bens e serviços* (-1,1%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2020	2021		2020	2021	
	jan a abr			jan a abr		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Total	838	867	3,5	2 295	2 385	5,0
Impostos	483	445	-7,7	566	548	0,7
Transferências correntes	205	222	8,1	989	1 081	10,1
Transferências de capital	105	115	10,0	240	262	3,8
Despesa Total	751	776	3,4	2 120	2 201	1,3
Pessoal	333	358	7,5	753	763	0,8
Aquisição de bens e serviços	183	198	8,3	631	628	-1,1
Juros e outros encargos	35	17	-50,7	10	8	2,2
Transferências correntes	69	71	1,6	236	268	7,0
Investimento	29	27	-5,9	358	380	2,1
Transferências de capital	80	71	-11,2	70	80	1,4
Saldo Global	87	91	-	175	184	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com o Banco de Portugal, no final de março de 2021, a dívida pública atingiu 275 268 milhões de euros, um aumento de 1 179 milhões de euros face ao mês anterior e mais 4 776 milhões de euros que no final de 2020.

A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um crescimento de 1 625 milhões de euros face ao verificado no final de fevereiro e mais 3 880 milhões de euros que no final do ano de 2020 com os depósitos a diminuir 446 milhões face ao final de fevereiro.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	31/12/2020	28/02/2021	31/03/2021
Administrações Públicas	270 492	274 089	275 268
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	278 242	282 225	283 098
Administração Regional e Local	10 649	10 651	10 641
Segurança Social	3	1	1
Consolidação entre subsectores	18 401	18 788	18 472
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	19 694	20 777	20 555
Depósitos das Administrações Públicas	23 905	25 247	24 801

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1 568 milhões de euros em março, um aumento de 10 milhões de euros face ao mês anterior, e mais 139 milhões de euros que em final de 2020. A variação mensal resultou do aumento da dívida não financeira da Administração Regional (17 milhões de euros), parcialmente compensada pela diminuição de 7 milhões verificada na Administração Central.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 mar	2021 abr
Administrações Públicas	1 429	1 559	1 568
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	450	518	510
Administração Regional	75	138	155
Administração Local	903	903	903
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) averbaram 645 milhões de euros em abril, correspondendo a um aumento de 82 milhões face ao mês anterior, e de 257 milhões face ao final de 2020. A variação resulta, em grande medida, do aumento verificado nos Hospitais EPE (mais 79 milhões de euros em relação ao mês anterior).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 mar	2021 abr
Administrações Públicas	388	563	645
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	26	34	43
SNS	3	5	5
Hospitais EPE	147	312	390
Empresas Públicas Reclassificadas	31	31	31
Administração Regional	125	124	120
Administração Local	57	57	57
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	389	563	646

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em abril, a dívida direta do Estado atingiu 270 038 milhões de euros, uma diminuição de 4 328 milhões de euros que no final do mês anterior, valor que após cobertura cambial se fixou em 269 661 milhões de euros. A amortização líquida de OT (4 035 milhões de euros) parcialmente compensada com a emissão líquida de Bilhetes do Tesouro (1 255 milhões de euros) foram as principais razões que explicam esta diminuição.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/mar/21		2021 abr		30/abr/21
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	179 230	6 383	9 122	- 159	176 332
da qual: Bilhetes do Tesouro	10 964	1 255	:	:	12 219
da qual: Obrigações Tesouro	154 040	5 129	9 122	- 41	150 005
Não Transacionável	42 508	617	2 048	:	41 078
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	29 906	511	480	:	29 937
da qual: CEDIC e CEDIM	8 425	101	1 451	:	7 075
Prog. de Ajustamento Económico	49 628	:	:	:	49 628
Total	274 366	7 001	11 170	- 159	270 038
Dívida total após cobertura cambial	273 872	-	-	-	269 661

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 12 de maio, a República Portuguesa efetuou dois leilões de Obrigações do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 551 milhões de euros da OT 0,3%17OUT2031, à taxa de 0,505%, e 699 milhões de euros da OT 0,9% 12OUT2035 à taxa de 0,841%.

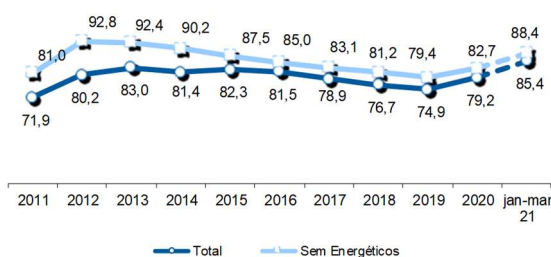
A 19 de maio, o IGCP realizou dois leilões de Bilhetes do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 750 milhões de euros do BT 19NOV2021, à taxa média de -0,571%, e 1 000 milhões de euros do BT 20MAI2022, à taxa média de -0,536%.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros três meses de 2021, as exportações de mercadorias aumentaram (6,2%), em termos homólogos e as importações diminuíram (-5,3%) ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) recuperou 42,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações aumentaram (6,8%) e as importações diminuíram (-2,5%), em termos homólogos (Quadro 3.1). De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros três meses de 2021, as exportações de mercadorias aumentaram (6,2%), em termos homólogos e as importações diminuíram (-5,3%) ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) recuperou 42,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações aumentaram (6,8%) e as importações diminuíram (-2,5%), em termos homólogos (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a março			VH	
	2020	2021	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	14 531	15 438	6,2	6,2	-8,0
Importações (cif)	19 096	18 082	-5,3	-5,3	-15,7
Saldo (fob-cif)	-4 565	-2 644	-42,1	-42,1	-38,8
Cobertura (fob/cif)	76,1	85,4	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	13 557	14 483	6,8	6,8	-6,0
Importações (cif)	16 808	16 390	-2,5	-2,5	-12,2
Saldo (fob-cif)	-3 251	-1 907	-41,3	-41,3	-35,9
Cobertura (fob/cif)	80,7	88,4	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a março			VH	
	2020	2021	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	4 153	4 330	4,3	4,3	-10,9
Importações (cif)	5 394	4 518	-16,2	-16,2	-22,9
Saldo (fob-cif)	-1 242	-188	-84,8	-84,8	-79,8
Cobertura (fob/cif)	77,0	95,8	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.gov.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº5/2021").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de março de 2021 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros três meses de 2021, as exportações representaram 85,4% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 9,3 p.p na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 88,4% das importações (+7,7 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de março

Valores em milhões de Euros			
janeiro a março	2020	2021	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	14 531	15 438	6,2
Importações (cif)	19 096	18 082	-5,3
Saldo (fob-cif)	-4 565	-2 644	-42,1
Cobertura (fob/cif)	76,1	85,4	-
Intra UE			
Exportações (fob)	10 379	11 109	7,0
Importações (cif)	13 702	13 564	-1,0
Saldo (fob-cif)	-3 323	-2 455	-26,1
Cobertura (fob/cif)	75,7	81,9	-
Extra UE			
Exportações (fob)	4 153	4 330	4,3
Importações (cif)	5 394	4 518	-16,2
Saldo (fob-cif)	-1 242	-188	-84,8
Cobertura (fob/cif)	77,0	95,8	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros três meses de 2021, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 26,1% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a aumentarem (7%) e as importações a diminuírem (-1%). O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE recuperou 84,8% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2020	2021	TVH	2020	2021	TVH
jan	6 611	5 522	-16,5	5 146	4 631	-10,0
fev	6 420	5 752	-10,4	4 876	5 002	2,6
mar	6 065	6 808	12,2	4 509	5 806	28,8
abr	4 111			2 926		
mai	4 370			3 423		
jun	5 152			4 237		
jul	5 823			5 029		
ago	4 946			3 738		
set	6 155			5 006		
out	6 444			5 450		
nov	6 114			5 195		
dez	5 681			4 255		
1º Trim	19 096	18 082	-5,3	14 531	15 438	6,2
2º Trim	13 633			10 587		
3º Trim	16 924			13 773		
4º Trim	18 239			14 900		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros três meses de 2021, as exportações de mercadorias aumentaram, em termos homólogos, (6,2%). Excluindo os produtos energéticos, registou-se um acréscimo de (6,8%).

Entre janeiro e março de 2021, destaca-se o contributo para o acréscimo das exportações totais por parte dos “Minérios e metais” (+1,5 p.p.), seguido do contributo dos “Químicos” (+1,4 p.p.), “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,3 p.p.), “Material de transporte terrestre e suas partes” (+1,2 p.p.), “Produtos acabados diversos” (+0,7 p.p.), “Agroalimentares” (+0,4 p.p.), Têxteis, vestuário e seus acessórios” (+0,3 p.p.), e “Aeronaves, embarcações e suas partes” (+0,1 p.p.).

O “Material de transporte terrestre e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,9%). Seguem-se as “Máquinas e aparelhos e suas partes” (14,6%), “Químicos” e “Agroalimentares” com 13,3% e 12,1% respetivamente.

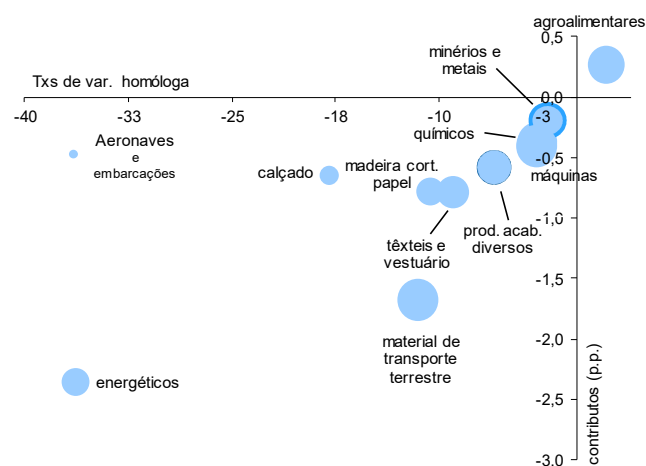
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em março de 2021.

Nesse período, a generalidade dos grupos de produtos contribuiu para o decréscimo das exportações de mercadorias (-8%), em termos homólogos. Destaca-se o contributo dos produtos energéticos (-2,4 p.p.), seguido do “Material de transporte terrestre e suas partes” (-1,7 p.p.), “Têxteis,

vestuário e seus acessórios” e “Madeira, cortiça e papel” (ambos com -0,8 p.p.), “Produtos acabados diversos” e “Calçado, peles e couros” (ambos com -0,6 p.p.), “Aeronaves, embarcações e suas partes” (-0,5 p.p.), e “Máquinas e aparelhos e suas partes” e “Químicos” (ambos com -0,4 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em março de 2021 (Total: -8%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-mar		últimos 12 meses ^[1]		jan-mar	
							VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2020	2021	2015	2020	2020	2021				
Total das Exportações	14 531	15 438	100,0	100,0	100,0	100,0	-8,0	-8,0	6,2	6,2
Agro-alimentares	1822	1874	12,5	13,9	12,5	12,1	2,1	0,3	2,8	0,4
Energéticos	974	956	7,7	4,6	6,7	6,2	-36,3	-2,4	-1,9	-0,1
Químicos	1844	2 052	12,7	13,2	12,7	13,3	-2,9	-0,4	11,3	1,4
Madeira, cortiça e papel	1107	1063	8,1	7,4	7,6	6,9	-10,6	-0,8	-3,9	-0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	1294	1332	9,8	8,7	8,9	8,6	-8,9	-0,8	2,9	0,3
Calçado, peles e couros	515	475	4,4	3,3	3,5	3,1	-18,0	-0,6	-7,7	-0,3
Minérios e metais	1297	1522	9,7	9,4	8,9	9,9	-2,1	-0,2	17,3	1,5
Máquinas e aparelhos e suas partes	2 070	2 259	14,7	14,7	14,2	14,6	-2,9	-0,4	9,1	1,3
Material de transp. terrestre e suas partes	2 120	2 297	10,9	13,9	14,6	14,9	-11,5	-1,7	8,3	1,2
Aeronaves, embarcações e suas partes	79	100	0,6	0,9	0,5	0,6	-36,5	-0,5	26,5	0,1
Produtos acabados diversos	1409	1508	9,0	10,0	9,7	9,8	-6,0	-0,6	7,1	0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	13 557	14 483	92,3	95,4	93,3	93,8	-6,0	-5,6	6,8	6,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2021.

[2] $(\text{abr } 20\text{-mar } 21) / (\text{abr } 19\text{-mar } 20) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$.

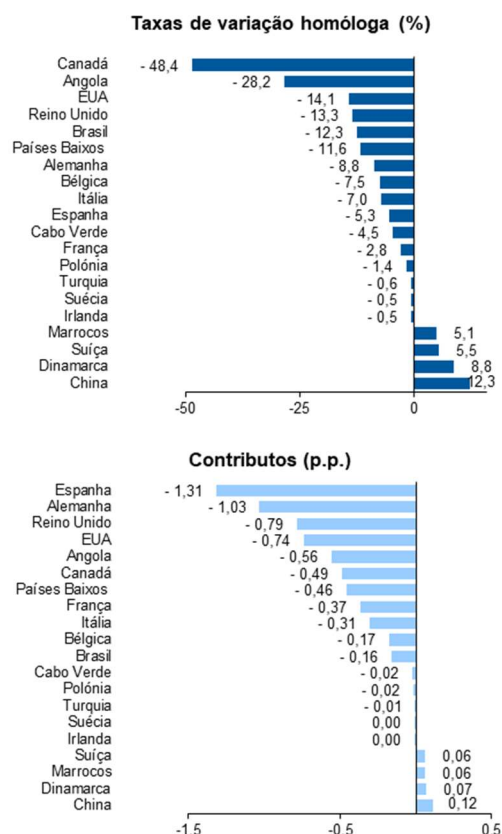
Nos primeiros três meses de 2021, as exportações para a UE registaram uma taxa de variação homóloga positiva (7%) e contribuíram (+5 p.p.) para o acréscimo das exportações totais de mercadorias. As exportações destinadas aos países da UE-14 aumentaram (+6,5%) e aos Países Terceiros (+4,3%), tendo-se registado um substancial crescimento das destinadas aos Países do Alargamento (+15,1%), sendo os respetivos contributos para o acréscimo do total das exportações de (+4,3 p.p.), (+1,2 p.p.) e (+0,7 p.p.) (Quadro 3.5).

As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (26% do total de janeiro a março de 2021), registaram o maior contributo Intra UE (+2,3 p.p.), seguidas da França (+1,4 p.p.), para o acréscimo das exportações.

No último ano a terminar em março de 2021, as exportações para os países Intra UE decresceram (-6,8%), em termos homólogos, situação semelhante à registada pelo conjunto dos países da UE-14 (-6,9%), do Alargamento (-5,4%) e Países Terceiros (-10,9%). Entre os países terceiros, as exportações para a China, Suíça e Marrocos cresceram 12,3%, 5,5% e 5,1%, respetivamente. Todos os outros países registaram um decréscimo das exportações, com particular destaque no caso do Canadá (-48,4%) e Angola (-28,2%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em março de 2021



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)							Valores em milhões de Euros			
Destino	jan-mar		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-mar		12 meses ^[1]		jan-mar	
	2020	2021	2015	2020	2020	2021	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	14 531	15 438	100,0	100,0	100,0	100,0	-8,0	-8,0	6,2	6,2
Intra UE	10 379	11 109	65,9	71,4	71,4	72,0	-6,8	-4,8	7,0	5,0
Espanha	3 694	4 022	24,8	25,4	25,4	26,0	-5,3	-1,3	8,9	2,3
França	1919	2 128	12,2	13,5	13,2	13,8	-2,8	-0,4	10,8	1,4
Alemanha	1703	1723	11,9	11,8	11,7	11,2	-8,8	-1,0	12	0,1
Itália	657	727	3,2	4,4	4,5	4,7	-7,0	-0,3	10,7	0,5
Países Baixos	549	602	4,0	3,7	3,8	3,9	-11,6	-0,5	9,5	0,4
Bélgica	360	378	2,3	2,3	2,5	2,5	-7,5	-0,2	5,1	0,1
Polónia	192	215	1,1	1,4	1,3	1,4	-1,4	0,0	12,1	0,2
Suécia	168	165	0,8	1,2	1,2	1,1	-0,5	0,0	-2,1	0,0
Irlanda	143	112	0,5	0,9	1,0	0,7	-0,5	0,0	-21,9	-0,2
Dinamarca	112	131	0,6	0,9	0,8	0,8	8,8	0,1	16,8	0,1
Extra UE	4 153	4 330	34,1	28,6	28,6	28,0	-10,9	-3,2	4,3	1,2
Reino Unido	837	813	6,8	5,7	5,8	5,3	-13,3	-0,8	-2,8	-0,2
EUA	777	776	5,2	5,0	5,3	5,0	-14,1	-0,7	-0,2	0,0
Angola	224	197	4,2	1,6	1,5	1,3	-28,2	-0,6	-12,1	-0,2
Brasil	217	166	1,1	1,4	1,5	1,1	-12,3	-0,2	-23,3	-0,3
Suíça	165	157	0,9	1,2	1,1	1,0	5,5	0,1	-4,8	-0,1
Marrocos	159	295	1,4	1,2	1,1	1,9	5,1	0,1	85,7	0,9
China	104	166	1,7	1,1	0,7	1,1	12,3	0,1	59,9	0,4
Turquia	136	139	0,7	1,0	0,9	0,9	-0,6	0,0	19	0,0
Canadá	82	80	0,7	0,6	0,6	0,5	-48,4	-0,5	-19	0,0
Cabo Verde	77	64	0,4	0,6	0,5	0,4	-4,5	0,0	-16,8	-0,1
Por memória:										
UE-14	9 675	10 299	62,4	66,4	66,6	66,7	-6,9	-4,5	6,5	4,3
P. alargamento	703	810	3,5	4,9	4,8	5,2	-5,4	-0,3	15,1	0,7
OPEP ^[4]	402	346	6,6	2,8	2,8	2,2	-23,6	-0,7	-14,0	-0,4
PALOP	389	341	5,6	2,8	2,7	2,2	-20,9	-0,6	-12,3	-0,3
EFTA	207	211	1,4	1,5	1,4	1,4	3,6	0,0	2,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2020.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2021

[2] $(abr\ 20-mar\ 21) / (abr\ 19-mar\ 20) \times 100 - 100$

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \times 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a março de 2021, as importações de mercadorias diminuíram (-5,3%) (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos “Energéticos” (-3,1 p.p.), “Material de transporte terrestre e suas partes” (-1,6 p.p.), “Aeronaves, embarcações e suas partes” (-1,2 p.p.), “Têxteis, Vestuário e seus acessórios” (-1,1 p.p.) e “Calçado, peles e couros” (-0,6 p.p.), para a redução das importações nos três primeiros meses de 2021.

O comportamento das importações de produtos “Máquinas e aparelhos e suas partes”, com um contributo positivo de 1,6 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75%).

Nos primeiros três meses de 2021, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário diminuíram (-1%), em termos homólogos, situação análoga à registada no caso da UE-14 (-1,9%). Os Países do Alargamento registaram um acréscimo homólogo de 13,8%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram 16,2%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (4,4% do total). Seguem-se o Brasil (2,3%), os EUA (2,2%) e a Nigéria (1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif) jan-mar		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-mar		12 meses ^[1]		jan-mar	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	19 096	18 082	100,0	100,0	100,0	100,0	-15,7	-15,7	-5,3	-5,3
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	2 697	2 627	15,5	15,9	14,1	14,5	-5,6	-0,8	-2,6	-0,4
Energéticos	2 288	1 692	13,2	8,6	12,0	9,4	-42,4	-4,9	-26,1	-3,1
Químicos	3 380	3 531	16,8	18,4	17,7	19,5	-2,0	-0,3	4,5	0,8
Madeira, cortiça e papel	583	553	3,3	3,2	3,1	3,1	-11,5	-0,3	-5,2	-0,2
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	1 038	824	6,5	5,7	5,4	4,6	-17,8	-1,0	-20,6	-1,1
Calçado, peles e couros	389	268	2,6	1,8	2,0	1,5	-31,1	-0,6	-31,3	-0,6
Minérios e metais	1 559	1 676	8,4	8,4	8,2	9,3	-7,3	-0,6	7,5	0,6
Máquinas e aparelhos e suas partes	3 285	3 591	15,8	19,2	17,2	19,9	-5,5	-1,0	9,3	1,6
Material de transp. terrestre e suas partes	2 363	2 057	11,4	10,9	12,4	11,4	-26,6	-3,2	-12,9	-1,6
Aeronaves, embarcações e suas partes	379	147	0,7	1,4	2,0	0,8	-72,0	-2,4	-61,2	-1,2
Produtos acabados diversos	1 134	1 117	5,9	6,5	5,9	6,2	-8,5	-0,5	-1,5	-0,1
Total sem energéticos	16 808	16 390	86,8	91,4	88,0	90,6	-12,2	-10,8	-2,5	-2,2
Mercados de origem										
Intra UE	13 702	13 564	73,4	74,7	71,8	75,0	-13,1	-9,6	-1,0	-0,7
Espanha	5 723	5 811	33,0	32,6	30,0	32,1	-8,2	-2,5	1,5	0,5
Alemanha	2 543	2 561	12,8	13,3	13,3	14,2	-13,7	-1,8	0,7	0,1
França	1 510	1 245	7,4	7,4	7,9	6,9	-35,3	-3,3	-17,6	-1,4
Países Baixos	960	992	5,1	5,5	5,0	5,5	-4,9	-0,2	3,3	0,2
Itália	931	903	5,4	5,2	4,9	5,0	-13,7	-0,7	-3,0	-0,1
Bélgica	563	530	2,8	2,9	3,0	2,9	-19,5	-0,6	-5,9	-0,2
Polónia	302	397	1,0	1,6	1,6	2,2	2,4	0,2	31,5	0,5
Suécia	219	161	1,1	1,0	1,1	0,9	-17,0	-0,2	-26,2	-0,3
Rep. Checa	143	148	0,8	0,7	0,8	0,8	-17,2	-0,1	3,3	0,0
Hungria	128	157	0,5	0,7	0,7	0,9	-6,2	0,0	22,0	0,1
Extra UE	5 394	4 518	26,6	25,3	28,2	25,0	-22,9	-6,1	-16,2	-4,6
China	723	799	2,9	4,5	3,8	4,4	7,4	0,3	10,6	0,4
Reino Unido	555	230	3,1	2,7	2,9	1,3	-30,1	-0,8	-58,6	-1,7
Brasil	623	408	1,4	2,4	3,3	2,3	-6,1	-0,1	-34,6	-1,1
EUA	403	405	1,6	1,8	2,1	2,2	-16,6	-0,3	0,5	0,0
Nigéria	309	329	0,2	1,6	1,6	1,8	1,4	0,0	6,5	0,1
Turquia	211	256	0,7	1,1	1,1	1,4	-16,2	-0,2	21,4	0,2
Índia	204	152	0,8	0,9	1,1	0,8	-29,4	-0,3	-25,4	-0,3
Rússia	103	247	1,1	0,8	0,5	1,4	-31,6	-0,4	139,5	0,8
Arábia Saudita	129	137	1,2	0,6	0,7	0,8	-38,0	-0,3	6,2	0,0
Taiwan	131	120	0,2	0,6	0,7	0,7	-13,0	-0,1	-8,4	-0,1
Coreia do Sul	135	90	0,6	0,6	0,7	0,5	-33,6	-0,2	-33,5	-0,2
Angola	242	7	1,9	0,6	1,3	0,0	-85,8	-1,2	-97,2	-1,2
Guiné Equatorial	222	52	0,4	0,5	1,2	0,3	-49,6	-0,2	-76,7	-0,9
Suíça	92	95	0,4	0,5	0,5	0,5	7,8	0,0	3,5	0,0
Por memória:										
UE-14	12 892	12 642	70,1	70,4	67,5	69,9	-13,6	-9,5	-1,9	-1,3
P. alargamento	810	922	3,3	4,3	4,2	5,1	-3,2	-0,1	18,8	0,6
OPEP ^[4]	932	597	4,9	3,6	4,9	3,3	-48,0	-2,5	-35,9	-1,8
EFTA	175	113	0,6	0,7	0,9	0,6	-24,2	-0,2	-35,8	-0,3
PALOP	255	17	2,0	0,6	1,3	0,1	-82,5	-1,2	-93,2	-1,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2020.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2021

[2] $(\text{abr } 20\text{-mar } 21) / (\text{abr } 20\text{-mar } 20) \times 100 - 100$

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

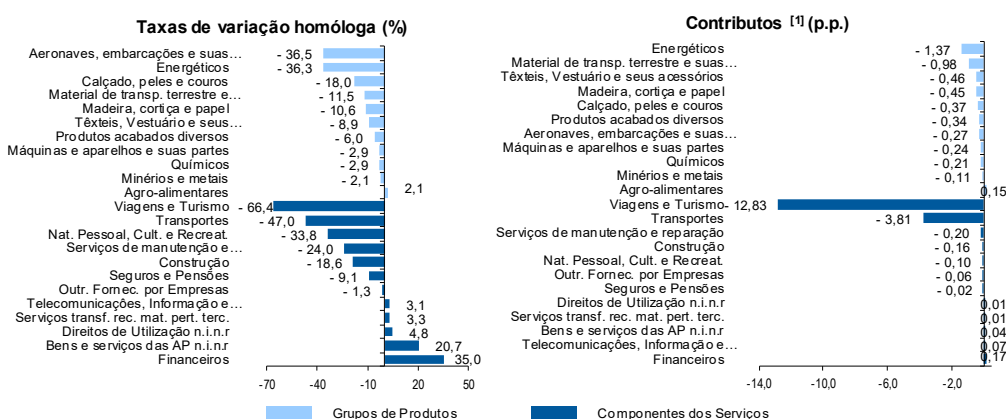
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de março de 2021, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram uma taxa de variação homóloga negativa de (-7,4%). A componente dos Bens contribuiu positivamente (+4,9 p.p.) para a redução das “exportações” totais.

Em março de 2021, a componente dos Serviços representou 21,8% do total das “Exportações” e contribuiu (-12,3 p.p.) para a sua redução. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 15,3% do total, tendo contribuído (-3,6 p.p.) para o decréscimo das “Importações” totais (-8,2%) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em março de 2021, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

Merecem referência particular o único contributo positivo, dos “Agroalimentares” (+0,15 p.p.) e, na componente dos serviços, o contributo das rubricas de “Financeiros” (+0,17 p.p.) e “Telecom., Informação e Informática” (+0,07 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em março de 2021



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (-215%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-mar		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-mar		média anual	12 meses ^[1]		jan-mar	
	2020	2021	2015	2020	2020	2021		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	20 914	19 370	100,0	100,0	100,0	100,0	0,2	-21,5	-21,5	-7,4	-7,4
Bens	14 124	15 146	66,3	70,0	67,5	78,2	1,3	-7,5	-4,6	7,2	4,9
Serviços	6 790	4 224	33,7	30,0	32,5	21,8	-2,1	-44,2	-16,9	-37,8	-12,3
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	92	59	0,4	0,5	0,4	0,3	4,1	3,3	0,0	-36,1	-0,2
Serv. de manutenção e reparação	52	99	0,6	0,9	0,7	0,5	9,3	-24,0	-0,2	-35,1	-0,3
Transportes	1736	988	7,7	6,4	8,3	5,1	-3,6	-47,0	-3,8	-43,1	-3,6
Viagens e Turismo	2 561	845	15,7	10,4	12,2	4,4	-7,8	-66,4	-12,8	-67,0	-8,2
Construção	98	146	0,8	0,9	0,9	0,8	4,1	-18,6	-0,2	-26,3	-0,2
Seguros e Pensões	49	49	0,2	0,2	0,2	0,3	6,2	-9,1	0,0	0,1	0,0
Financeiros	38	98	0,4	0,9	0,7	0,5	14,2	35,0	0,2	-29,1	-0,2
Direitos de Utilização n.i.n.r	28	22	0,1	0,2	0,1	0,1	11,1	4,8	0,0	-22,6	0,0
Telecom., Informação e Informática	636	695	1,6	3,0	3,0	3,6	13,3	3,1	0,1	9,3	0,3
Outr. Fornec. por Empresas	1094	1145	5,7	6,1	5,2	5,9	15	-13	-0,1	4,6	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	62	46	0,3	0,3	0,3	0,2	-0,1	-33,8	-0,1	-25,5	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	45	33	0,2	0,3	0,2	0,2	8,2	20,7	0,0	-26,4	-0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	22 113	20 308	100,0	100,0	100,0	100,0	1,8	-17,0	-17,0	-8,2	-8,2
Bens	18 210	17 202	82,3	82,4	82,3	84,7	1,9	-14,6	-11,7	-5,5	-4,6
Serviços	3 903	3 105	17,7	17,6	17,7	15,3	1,7	-27,2	-5,3	-20,4	-3,6
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	4	4	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,4	0,0	-2,7	0,0
Serv. de manutenção e reparação	23	100	0,4	0,6	0,6	0,5	7,0	-12,7	-0,1	-18,8	-0,1
Transportes	992	702	4,6	3,7	4,5	3,5	-2,5	-38,9	-1,8	-29,3	-1,3
Viagens e Turismo	756	382	4,7	3,6	3,4	1,9	-3,5	-52,4	-2,9	-49,5	-1,7
Construção	69	38	0,1	0,3	0,3	0,2	20,3	-24,2	-0,1	-44,5	-0,1
Seguros e Pensões	24	130	0,5	0,6	0,6	0,6	6,4	-0,6	0,0	4,4	0,0
Financeiros	169	161	0,7	1,0	0,8	0,9	8,2	31,7	0,2	7,4	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	95	168	0,9	1,0	0,9	0,8	4,3	-4,2	0,0	-13,8	-0,1
Telecom., Informação e Informática	291	410	1,3	1,4	1,3	2,0	3,7	9,6	0,1	41,0	0,5
Outr. Fornec. por Empresas	1090	906	4,0	4,9	4,9	4,5	6,5	-15,2	-0,7	-16,8	-0,8
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	69	60	0,3	0,3	0,3	0,3	1,6	-13,9	0,0	-13,5	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	9	24	0,1	0,2	0,1	0,1	2,6	51,6	0,0	22,9	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até março de 2021.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuída a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Productivity in the last decade: The role of R&D and Digitalization

Nuno Tavares¹

1. Overview

In this essay, we focus our attention into the role played by R&D as well as digitalization in labor productivity and labor productivity growth developments during the last decade. We begin by classifying firms and sectors according to their R&D intensity as laid out in [Galindo-Rueda and Verger \(2016\)](#). This framework allowed us to disentangle manufacturing from non-manufacturing activities, both of which are then grouped into five different categories (high, medium-high, medium, medium-low, and low R&D intensity industries). Moreover, we rely on the structure provided by [Calvino et al. \(2018\)](#) to classify industries according to their level of digital intensity (high, medium-high, medium-low and low digital intensive industries).

Despite modest productivity gains during the last decade, results show a monotonic relationship between labor productivity and both R&D and digital intensity. Although causality between variables may be difficult to establish, since the relation may run both ways, we do find that a higher degree of R&D and digital intensity is associated with higher labor productivity, particularly for firms at the R&D and digital intensity frontier.

2. Productivity and R&D intensity

We begin by examining the relationship between R&D intensity and productivity during the last decade. Using the aggregated version of the taxonomy provided by [Galindo-Rueda and Verger \(2016\)](#) industries were classified according to their level of RD intensity². This framework allowed us to cluster manufacturing and non-manufacturing activities into five groups, namely high, medium-high, medium, medium-low, and low R&D intensity industries³. One should note beforehand that R&D intensity, as defined here, should not be interpreted, or referred to as a knowledge or technology-intensity taxonomy. This is particularly true for service industries where R&D expenditure is a less appropriate predictor of technology use, knowledge generation or innovation in general.

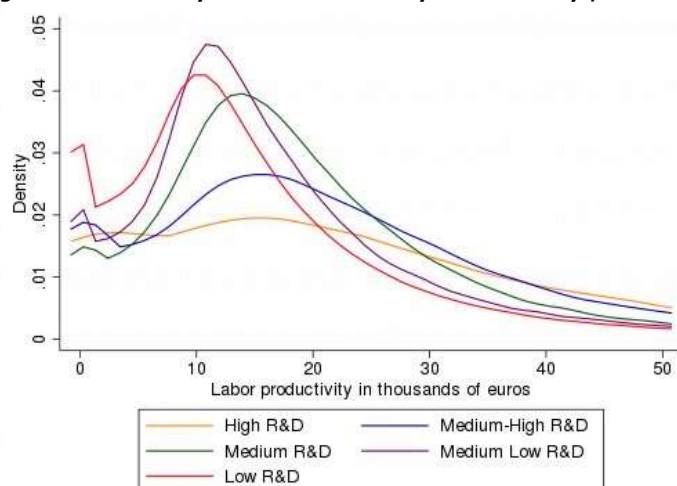
Regarding productivity distribution in 2017, Figure 1 suggests pronounced differences amongst R&D intensity categories. Notably, the productivity distribution of lower R&D intensive industries (low and medium-low R&D) is far more skewed to the left which is indicative of a higher concentration of firms of this category in the lower brackets of productivity. By contrast, productivity distributions of higher R&D intensity tiers (high and medium-high R&D) are extremely heavy-tailed to the right.

As opiniões expressas não coincidem necessariamente com a posição do Gabinete de Estratégia e Estudos ou do Ministério da Economia e Transição Digital.

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos (nuno.tavares@gee.gov.pt)

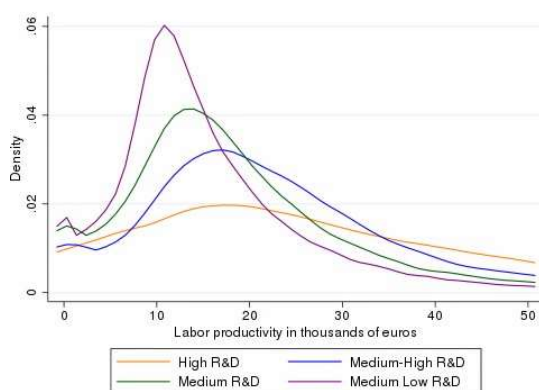
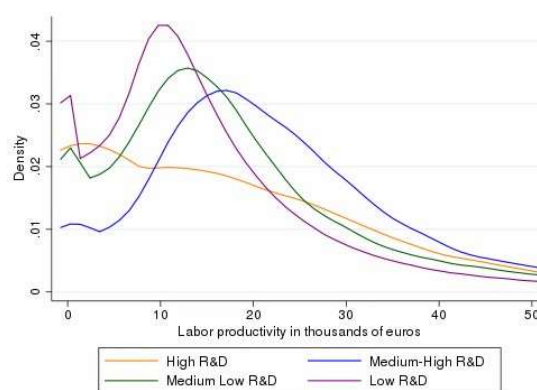
² The ratio of R&D to value-added within an industry.

³ For further details about the industries classification into R&D categories are provided in tables 9 and 10 of annex 2.

Figure 1: Productivity Distribution 2017 by R&D intensity | All firms

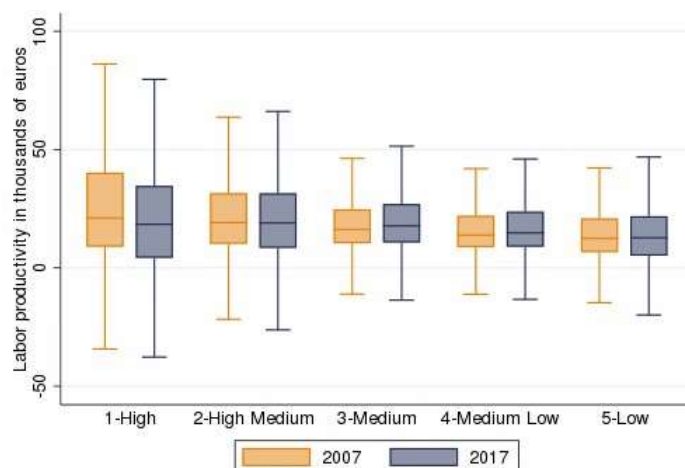
Source: IES and author's calculations | Notes: Figure 1 shows the distribution of labor productivity in 2017 for all firms. To facilitate the reading of the graph, in the Kernel distribution, productivity figures are truncated between 0 and 50 thousand euros per worker (the distribution has been calculated based on all observations).

In Figures 2 and 3, we disentangle the distribution of productivity between manufacturing and non-manufacturing firms. The most significant difference between the two comes from firms located at the highest level of RD intensity. Notably, top R&D intensity firms from the non-manufacturing sectors concentrate heavily on the lower brackets of productivity. In contrast, their manufacturing peers prevail in the upper brackets of productivity *vis-à-vis* other R&D categories.

Figure 2: Productivity | Manufacturing**Figure 3: Productivity | Non-manufacturing**

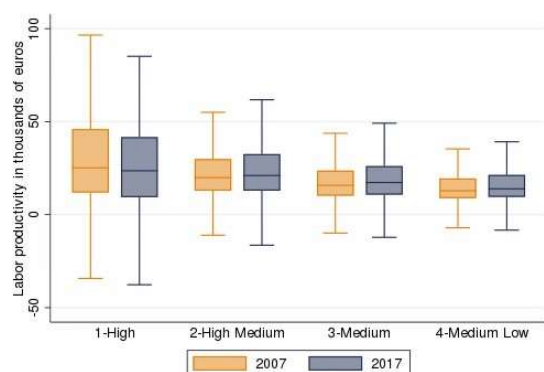
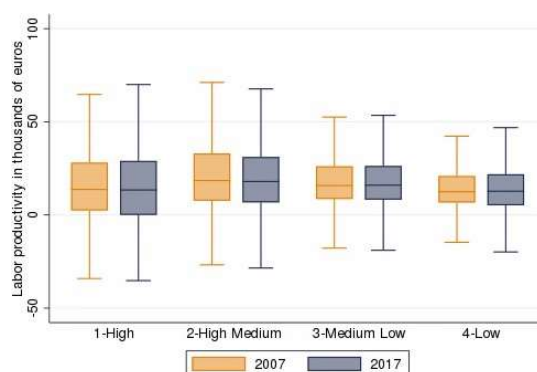
Source: IES and author's calculations | Notes: Figures 2 and 3 show the distribution of labor productivity in 2017 by R&D intensity for both manufacturing and non-manufacturing firms. To facilitate the reading of the graph, in the Kernel distribution, productivity figures are truncated between 0 and 50 thousand euros per worker (the distribution has been calculated based on all observations).

More significant, though, is the fact that productivity developments during the last decade were mild at best. Figure 4 portrays these productivity developments across R&D intensity categories during the 2007-2017 period. Strikingly, high R&D intensity sectors stand out as productivity levels experience a slight decrease in real terms during the period.

Figure 4: Productivity Distribution 2007-2017 by R&D intensity | All firms

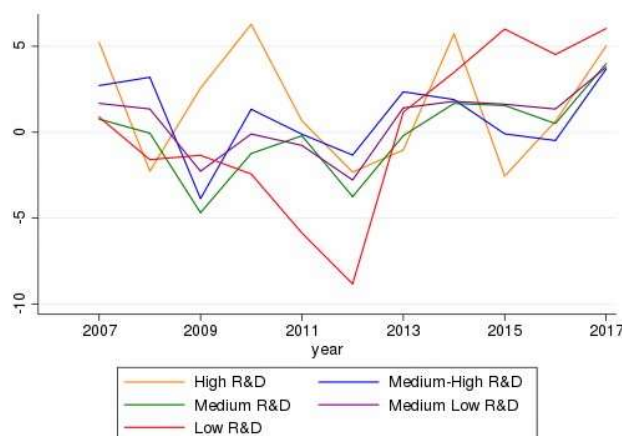
Source: IES and author calculations. | ICT classification

Considering manufacturing sectors only, Figure 5 shows similar results as sectors with the highest degree of R&D intensity experienced a setback in terms of productivity compared to 2007. As for non-manufacturing industries, the most outstanding feature is that sectors of medium-high R&D intensity attained higher productivity levels both in 2007 and 2017.

Figure 5: Productivity 2007-2017 | Manufacturing**Figure 6: Productivity 2007-2017 | Non manufacturing**

Source: IES and author's calculations

Figure 7 presents labor productivity growth paths of the median firm during the last decade for all R&D intensity categories. During the period, median productivity growth was characterized by intense volatility, particularly in sectors with either high or low R&D intensity.

Figure 7: Productivity Growth 2007-2017 by R&D intensity

Source: IES and author's calculations

Moreover, low R&D intensive firms seem to have suffered the most in terms of productivity loss during the economic downturn the ensued the global financial crises and the sovereign debt crises that followed. After reaching a period low of almost 10% in 2012, median productivity growth of low R&D firms has been recovering surpassing the remaining groups as soon as 2015.

Considering manufacturing and non-manufacturing firms separately, median productivity rates of sectors with high R&D intensity still display an increased level of volatility *vis-à-vis* the remaining categories.

Figure 8: Productivity Growth | Manufacturing

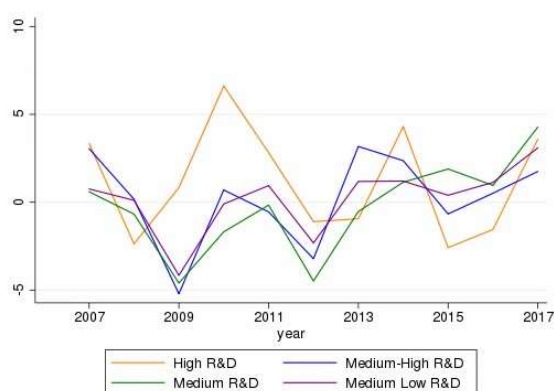
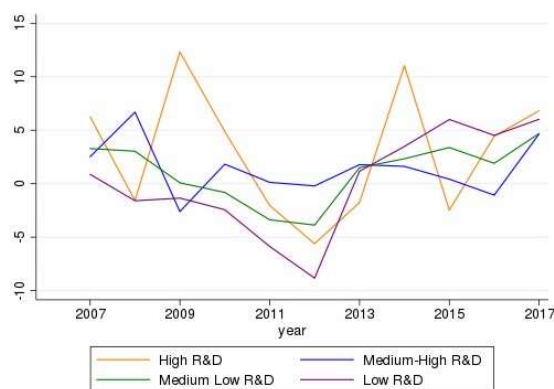


Figure 9: Productivity Growth | Non manufacturing



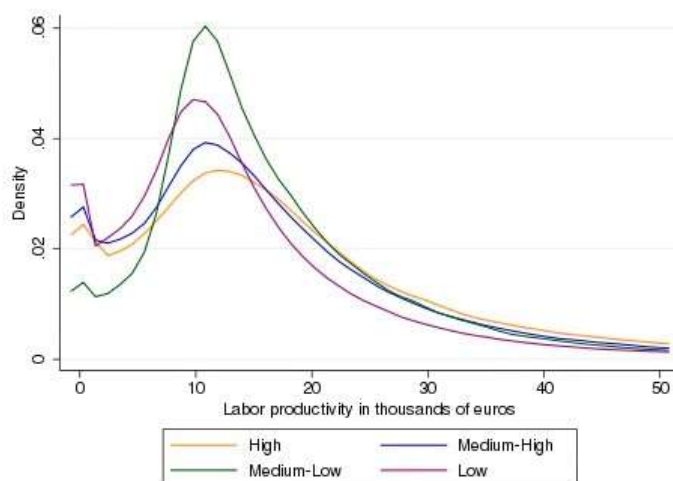
Source: IES and author's calculations

3. Productivity and digital intensity

In this section, we explore the relation between digital adoption and productivity of Portuguese firms during the last decade. To do so, we rank sectors according to the extent to which they have gone digital using the framework provided by Calvino et al. (2018). Notably, we rely on the proposed summary indicator of the digital transformation in sectors that encompasses several dimensions. Such dimensions include the share of ICT tangible and intangible (i.e., software) investment; share of purchases of intermediate ICT goods and services; the stock of robots per hundreds of employees; share of ICT specialists in total employment; and the share of turnover from online sales. According to the proposed indicator, we were able to classify sectors into four categories of digital intensity, namely: Low, Medium-low, Medium-high, and High⁴.

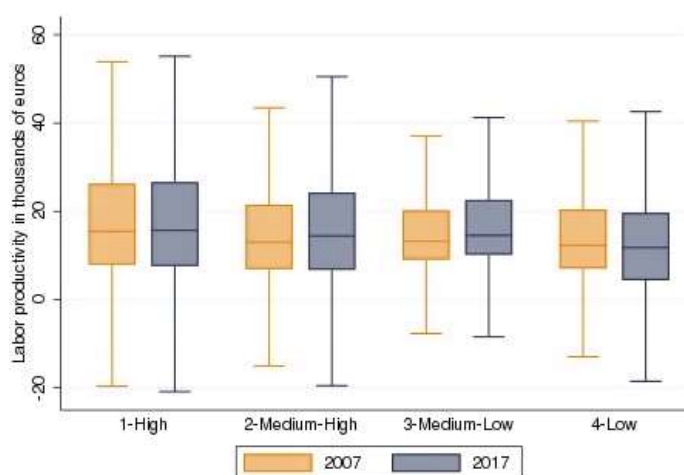
In Figure 10, we present the distribution of productivity by digital intensity status of firms in 2017. Although all distributions are strongly skewed to the left, a noticeable feature comes from the fact that there seems to be a monotonic relation between digital intensity and productivity. Another striking feature stems from the fact that productivity distributions of firms with higher digital intensity are heavy tailed, hinting towards a more significant degree of heterogeneity among them.

⁴ Table 11 in annex 2 provides further details about the classification of sectors in the categories mentioned above.

Figure 10: Labor Productivity Distribution 2017 by digital intensity

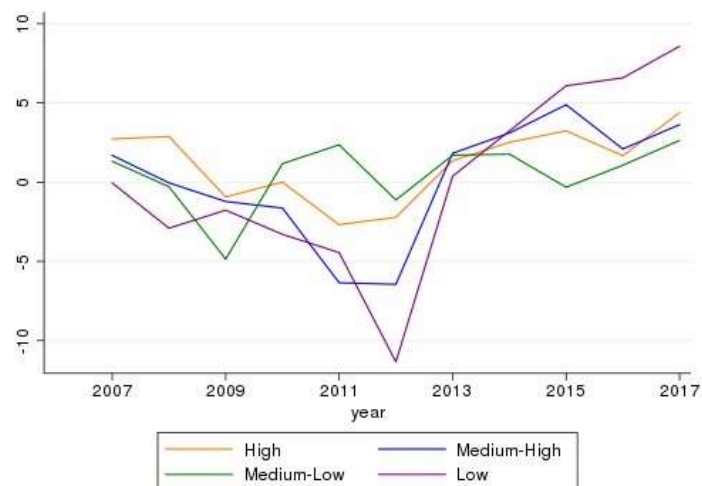
Source: IES and authors calculations

This feature of the distribution is, to some extent, confirmed in Figure 11, as the interquartile range of labor productivity, in 2017, increases with the degree of digital intensity of firms (the exception being the medium-low group). Furthermore, within-group heterogeneity in productivity increased during the last decade for all groups except for low digital intensity firms. Notwithstanding, Figure 11 highlights the fact that despite the productivity gains observed in the upper quartiles of each group, median productivity remained rather unchanged during the last decade.

Figure 11: Labor Productivity Distribution 2007-2017 by digital intensity

Source: IES and author's calculations

Moreover, Figure 12 depicts productivity growth by digital intensity categories, for the median firms during the last decade. There are at least three features that stand out. First, median labor productivity growth of firms with low digital intensity had been consistently negative since 2007, well before the global financial crisis. Second, median productivity growth of firms with medium-low digital uptake showed to be far more resilient than their medium-high and high digital intensity counterparts during the crisis. Lastly, median productivity growth of high digital intense firms experienced far less volatility during the period.

Figure 12: Median Productivity Growth 2007-2017: by digital intensity

Source: IES and authors calculations.

4. Annex 1 – Descriptive Statistics

Table 1: Labor Productivity by R&D intensity (thousands of euros) | All firms

year	R&D Intensity	Observations	Mean	sd	Percentiles		
					25	50	75
2007	High	440	29,94	50,90	8,97	21,08	40,24
	Medium-High	6.705	27,11	104,93	10,18	19,16	31,60
	Medium	6.230	20,08	29,29	10,45	16,29	24,79
	Medium-Low	48.720	18,83	69,74	8,80	13,92	22,07
	Low	178.478	19,86	124,85	6,70	12,49	20,93
	Total	240.573	19,88	113,51	7,32	13,03	21,64
2017	High	625	23,18	36,67	4,27	18,44	34,73
	Medium-High	9.311	24,95	59,43	8,44	19,00	31,56
	Medium	6.150	21,51	24,79	10,75	17,78	27,05
	Medium-Low	57.301	21,03	75,14	8,96	14,79	23,80
	Low	183.809	18,86	105,70	5,18	12,75	21,87
	Total	257.196	19,64	96,90	6,28	13,52	22,88

Source: IES and author calculations.

Table 2: Labor Productivity by R&D intensity (thousands of euros) | Manufacturing

year	R&D Intensity	Observations	Mean	sd	Percentiles		
					25	50	75
2007	High	303	34,78	56,46	11,91	25,18	46,01
	Medium-High	2.832	25,97	58,95	12,94	19,95	29,89
	Medium	4.920	19,38	28,03	10,20	15,81	23,71
	Medium-Low	24.621	15,59	23,09	8,86	12,88	19,48
	Total	32.676	17,24	29,37	9,17	13,81	21,26
2017	High	287	28,37	40,30	9,42	23,63	41,73
	Medium-High	2.488	26,37	58,21	12,89	21,04	32,59
	Medium	4.173	20,80	23,43	10,74	17,31	26,13
	Medium-Low	22.925	18,32	80,41	9,52	13,90	21,40
	Total	29.873	19,43	73,09	9,75	14,79	23,24

Source: IES and author calculations.

Table 3: Labor Productivity by R&D intensity (thousands of euros) | Non manufacturing

year	R&D Intensity	Observations	Mean	sd	Percentiles		
					25	50	75
2007	High	137	19,26	33,43	2,39	13,74	28,13
	Medium-High	3.873	27,95	128,53	7,61	18,50	33,03
	Medium-Low	22.471	22,80	99,56	8,57	15,81	26,15
	Low	178.478	19,86	124,85	6,70	12,49	20,93
	Total	204.959	20,34	122,38	6,88	12,88	21,73
2017	High	338	18,77	32,70	0,00	13,41	29,01
	Medium-High	6.823	24,43	59,86	6,77	17,99	31,17
	Medium-Low	32.426	23,34	73,34	8,19	15,98	26,32
	Low	183.809	18,86	105,70	5,18	12,75	21,87
	Total	223.396	19,68	100,44	5,62	13,29	22,83

Source: IES and author calculations.

Table 4: Median Productivity Growth, by R&D intensity (%) | All

year	R&D Intensity					Total
	High	Medium-High	Medium	Medium-Low	Low	
2007	5,22	2,72	0,76	1,68	0,88	1,15
2008	-2,26	3,20	-0,06	1,35	-1,59	-0,07
2009	2,57	-3,86	-4,68	-2,27	-1,34	-1,74
2010	6,28	1,34	-1,24	-0,10	-2,43	-1,70
2011	0,66	-0,12	-0,21	-0,77	-5,86	-4,25
2012	-2,32	-1,33	-3,75	-2,78	-8,82	-6,82
2013	-1,03	2,35	-0,20	1,42	1,17	1,24
2014	5,73	1,90	1,67	1,80	3,48	2,88
2015	-2,55	-0,09	1,56	1,63	6,00	4,40
2016	0,64	0,48	0,50	1,35	4,52	3,32
2017	5,01	3,67	3,99	3,78	6,03	5,26

Source: IES and author's calculations.

Table 5: Median Productivity Growth, by R&D intensity (%) | Manufacturing

year	R&D Intensity				Total
	High	Medium-High	Medium	Medium-Low	
2007	3,35	3,05	0,60	0,75	0,94
2008	-2,37	0,17	-0,68	0,11	-0,04
2009	0,83	-5,21	-4,60	-4,16	-4,26
2010	6,62	0,69	-1,68	-0,10	-0,18
2011	2,82	-0,55	-0,16	0,94	0,67
2012	-1,11	-3,21	-4,49	-2,32	-2,65
2013	-0,94	3,17	-0,53	1,18	1,07
2014	4,31	2,37	1,14	1,20	1,33
2015	-2,58	-0,67	1,89	0,39	0,41
2016	-1,55	0,51	0,96	1,13	1,04
2017	3,60	1,75	4,28	3,09	3,17

Source: IES and authors calculations.

Table 6: Median Productivity Growth, by R&D intensity (%) | Non manufacturing

year	R&D Intensity				Total
	High	Medium-High	Medium-Low	Low	
2007	6,26	2,52	3,29	0,88	1,19
2008	-1,57	6,69	3,04	-1,59	-0,90
2009	12,31	-2,60	0,08	-1,34	-1,18
2010	4,88	1,83	-0,81	-2,43	-2,15
2011	-2,04	0,13	-3,37	-5,86	-5,39
2012	-5,61	-0,20	-3,86	-8,82	-7,89
2013	-1,75	1,78	1,50	1,17	1,24
2014	11,03	1,62	2,33	3,48	3,23
2015	-2,46	0,43	3,39	6,00	5,41
2016	4,44	-1,07	1,91	4,52	3,93
2017	6,83	4,66	4,70	6,03	5,75

Source: IES and author's calculations.

Table 7: Labor Productivity by digital intensity (thousands of euros)

year	Digital Intensity	Observations	Mean	sd	Percentiles		
					25	50	75
2007	High	33.648	23,40	115,82	7,90	15,46	26,30
	Medium-High	93.366	17,22	84,32	6,91	13,06	21,53
	Medium-Low	18.398	16,63	24,50	9,06	13,19	20,25
	Low	95.161	21,88	143,95	7,07	12,31	20,42
	Total	240.573	19,88	113,51	7,33	13,03	21,64
2017	High	49.314	23,34	76,12	7,60	15,68	26,63
	Medium-High	92.732	19,36	72,32	6,74	14,45	24,26
	Medium-Low	16.959	18,60	23,30	10,17	14,55	22,60
	Low	98.191	18,21	129,01	4,39	11,78	19,68
	Total	257.196	19,64	96,90	6,28	13,52	22,88

Source: IES and author's calculations.

Table 8: Median Productivity Growth, by digital intensity (%)

year	Digital Intensity				Total
	High	Medium-High	Medium-Low	Low	
2007	2,72	1,69	1,32	-0,05	1,15
2008	2,88	-0,04	-0,29	-2,90	-0,71
2009	-0,94	-1,22	-4,85	-1,77	-1,74
2010	0,00	-1,63	1,17	-3,29	-1,70
2011	-2,69	-6,35	2,36	-4,45	-4,25
2012	-2,22	-6,44	-1,12	-11,34	-6,82
2013	1,35	1,82	1,70	0,37	1,24
2014	2,51	3,10	1,77	3,23	2,88
2015	3,24	4,88	-0,32	6,08	4,40
2016	1,66	2,09	1,07	6,58	3,32
2017	4,38	3,63	2,64	8,58	5,26

Source: IES and author's calculations.

5. Annex 2 – Taxonomies

Table 9: Sectoral classification of R&D intensity | Manufacturing

Sector	ISIC rev4	R&D Intensity
Pharmaceutical products	21	High
Computer, electronic and optical products	26	High
Other transport equipment	30	Medium-High
Motor vehicles, trailers, and semi-trailers	29	Medium-High
Machinery and equipment n.e.c.	28	Medium-High
Chemicals and chemical products	20	Medium-High
Electrical equipment	27	Medium-High
Rubber and plastics products	22	Medium
Other manufacturing	32	Medium
Other non-metallic mineral products	23	Medium
Basic metals	24	Medium
Repair and installation of machinery and equipment	33	Medium
Textiles	13	Medium-Low
Fabricated metal products, except machinery and equipment	25	Medium-Low
Leather and related products	15	Medium-Low
Paper and paper products	17	Medium-Low
Food products, beverages, and tobacco	10-12	Medium-Low
Wearing apparel	14	Medium-Low
Coke and refined petroleum products	19	Medium-Low
Furniture	31	Medium-Low
Wood and products of wood and cork	16	Medium-Low
Printing and reproduction of recorded media	18	Medium-Low

Source: Adapted from Galindo-Rueda and Verger (2016)

Table 10: Sectoral classification of R&D intensity | Non manufacturing

Sector	ISIC rev4	R&D Intensity
Scientific research and development	72	High
Publishing activities	58	Medium-High
IT and other information services	62-63	Medium-High
Professional, scientific, and technical activities (except 72)	69-75	Medium-Low
Telecommunications	61	Medium-Low
Mining and quarrying	5-9	Medium-Low
Financial and insurance activities	64-66	Low
Electricity, gas and water supply, waste management and remediation	35-39	Low
Audiovisual and broadcasting activities	59-60	Low
Wholesale and retail trade	45-47	Low
Agriculture, forestry, and fishing	1-3	Low
Construction	41-43	Low
Administrative and support service activities	77-82	Low
Arts, entertainment, repair of household goods and other services	90-99	Low
Transportation and storage	49-53	Low
Accommodation and food service activities	55-56	Low
Real estate activities	68	Low

Source: Adapted from Galindo-Rueda and Verger (2016)

Table 11: Sectoral classification of digital intensity

Sector	ISIC rev4	Digital Intensity
Transport equipment	29-30	High
Telecommunications	61	High
IT and other information services	62-63	High
Finance and insurance	64-66	High
Legal and accounting activities, etc.	69-71	High
Scientific research and development	72	High
Advertising and market research; other business services	73-75	High
Administrative and support service activities	77-82	High
Wood and paper products, and printing	16-18	Medium-High
Computer, electronic and optical products	26	Medium-High
Electrical equipment	27	Medium-High
Machinery and equipment n.e.c.	28	Medium-High
Furniture; other manufacturing; repairs of computers	31-33	Medium-High
Wholesale and retail trade, repair	45-47	Medium-High
Publishing, audiovisual and broadcasting	58-60	Medium-High
Arts, entertainment, and recreation	90-93	Medium-High
Other service activities	94-96	Medium-High
Textiles, wearing apparel, leather	13-15	Medium-Low
Coke and refined petroleum products	19	Medium-Low
Chemicals and chemical products	20	Medium-Low
Pharmaceutical products	21	Medium-Low
Rubber and plastics products	22-23	Medium-Low
Basic metals and fabricated metal products	24-25	Medium-Low
Education	85	Medium-Low
Human health activities	86	Medium-Low
Residential care and social work activities	87-88	Medium-Low
Agriculture, forestry, fishing	01-03	Low
Mining and quarrying	05-09	Low
Food products, beverages, and tobacco	10-12	Low
Electricity, gas, steam, and air cond.	35	Low
Water supply; sewerage, waste management	36-39	Low
Construction	41-43	Low
Transportation and storage	49-53	Low
Accommodation and food service activities	55-56	Low
Real estate	68	Low

Source: Adapted from Calvino et al. (2018)

6. References

Calvino, F., C. Criscuolo, L. Marcolin, and M. Squicciarini (2018). A taxonomy of digital intensive sectors.

Galindo-Rueda, F., and F. Verger (2016). OECD Taxonomy of economic activities based on R&D intensity.

Comércio Internacional de Bens de Equipamento (2019-2020)

Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

Neste trabalho analisa-se a evolução recente do comércio internacional português de Bens de Equipamento, com alguma desagregação do tipo de produtos envolvidos. Os Bens de Equipamento, necessários para a produção de outros tipos de bens, incorporam tecnologias mais sofisticadas do que os restantes, logo com maior valor acrescentado, sendo importante a análise da evolução das suas exportações. Por sua vez, a evolução das importações deste tipo de bens, em particular os destinados à manutenção de máquinas e equipamentos industriais, ampliações e criação de novas indústrias, está directamente relacionada com a capacidade produtiva do país, e logo também com a dinâmica das exportações.

Utilizaram-se aqui dados estatísticos divulgados pelo *Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE)* para os anos de 2019 (versão definitiva) e 2020 (versão preliminar), com última actualização em 9 de abril de 2021.

Os Bens de Equipamento aqui considerados envolvem os códigos 41 (Máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte) e 521 (Material de transporte para fins industriais), constantes da Classificação por Grandes Categorias Económicas, Revisão-3 (CGCE-Rev3). Nos quadros que se seguem os produtos que os integram encontram-se descritos como "Ex" (*parte de*) a dois e quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, a partir de uma tabela de correspondência a oito dígitos.

2. Balança Comercial dos Bens de Equipamento

Em 2020 a Balança Comercial de Bens de Equipamento foi deficitária, tendo o saldo negativo registado um decréscimo de 2 mil milhões de Euros face ao do ano anterior, na sequência de uma redução de -22,8% nas importações, a par de uma redução de menor amplitude nas exportações, -8,6%, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a subir de 60,9%, em 2019, para 72,0%, em 2020.

**Balança Comercial portuguesa de Bens de Equipamento
- 2019 e 2020 -**

	milhões de Euros			TVH	Peso no Total (%)	
	2019	2020	Δ		2019	2020
Importação (Cif)	11 441	8 836	-2 605	-22,8	14,3	13,0
Exportação (Fob)	6 962	6 365	-597	-8,6	11,6	11,8
Saldo (Fob-Cif)	-4 479	-2 471	2 008	-44,8	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	60,9	72,0	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020 com última actualização em 09-04-2021.

O peso dos Bens de Equipamento nas importações globais desceu de 14,3%, em 2019, para 13,0%, em 2020, tendo subido ligeiramente do lado das exportações, de 11,6% para 11,8%.

3. Importações de Bens de Equipamento por agrupamentos

As "Máquinas e aparelhos", quer "mecânicos" quer "elétricos", representaram 64,0% do total das importações em 2020 (52,2% em 2019).

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP).

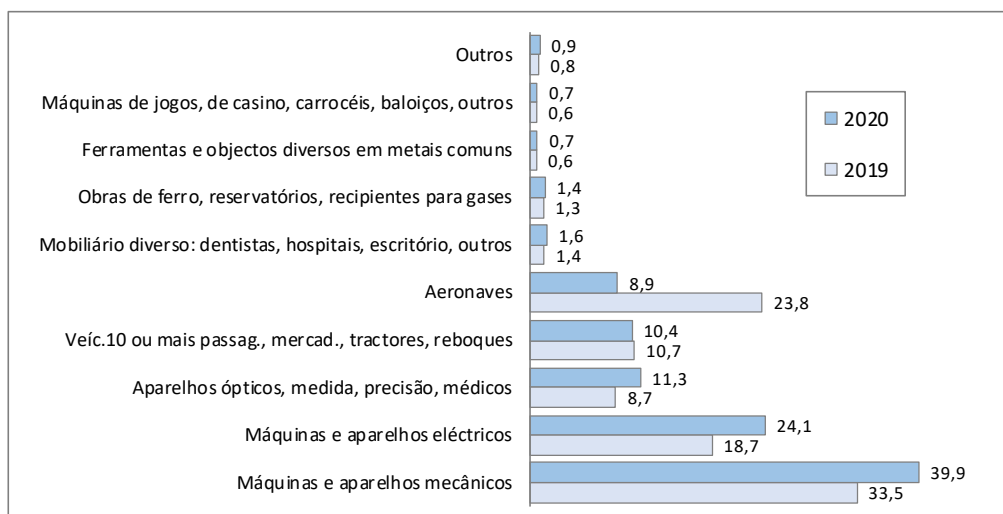
Seguiram-se, entre os principais produtos, os "Aparelhos ópticos, de medida, de precisão ou médicos", os "Veículos para dez ou mais passageiros, de mercadorias, tractores e reboques" e as "Aeronaves", tendo estas registado uma quebra acentuada face ao ano anterior.

Importação de Bens de Equipamento - 2019 e 2020 -

milhares de Euros

CGCE-3	(EX) NC2	Descritivo	Importação	
			2019	2020
TOTAL			11 441 310	8 836 381
41	(EX) 84	Máquinas e aparelhos mecânicos	3 836 573	3 528 554
41	(EX) 85	Máquinas e aparelhos eléctricos	2 134 745	2 130 162
41	(EX) 90	Aparelhos ópticos, medida, precisão, médicos	999 506	999 436
41 e 521	(EX) 87	Veic.10 ou mais passag., mercad., tractores, reboques	1 220 720	919 293
521	(EX) 88	Aeronaves	2 724 872	789 186
41	(EX) 94	Mobiliário diverso: dentistas, hospitais, escritório, outros	155 806	144 387
41	(EX) 73	Obras de ferro, reservatórios, recipientes para gases	149 100	127 447
41	(EX) 82	Ferramentas e objectos diversos em metais comuns	63 577	61 234
41	(EX) 95	Máquinas de jogos, de casino, carroceis, baloiços, outros	67 351	57 741
41	(EX) 76	Reservatórios e recipientes diversos de alumínio	40 381	43 292
41 e 521	(EX) 86	Veículos e material para via férrea	10 006	12 722
41	(EX) 83	Cofres, portas blindadas, ficheiros, em metais comuns	5 353	9 920
41	(EX) 91	Artigos de relojoaria, como contadores detempo e outros	5 616	5 526
41 e 521	(EX) 89	Embarcações e estruturas flutuantes	21 627	2 244
41	(EX) 01	Gado bovino reprodutor de raça pura	2 285	2 150
41	(EX) 96	Obras diversas	2 389	1 823
41	(EX) 71	Obras de metais preciosos ou folheados/chapeados	1 377	1 264
41	(EX) 38	Resíduos clínicos	23	0
41	(EX) 98	Conjuntos industriais	0	0

Peso dos agrupamentos de produtos no Total das importações de Bens de Equipamento (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020 com última actualização em 09-04-2021.

Entre os restantes agrupamentos, destacam-se o "Mobiliário diverso, como para dentistas, hospitais e escritório, entre outros", as "Obras de ferro, reservatórios e recipientes para gases", as "Ferramentas e objectos diversos em metais comuns", as "Máquinas de jogos, de casino, carroceis, baloiços e outros" e os "Reservatórios e recipientes diversos de alumínio".

Do Anexo-1 consta o descritivo desagregado a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada de todos os agrupamentos de produtos considerados.

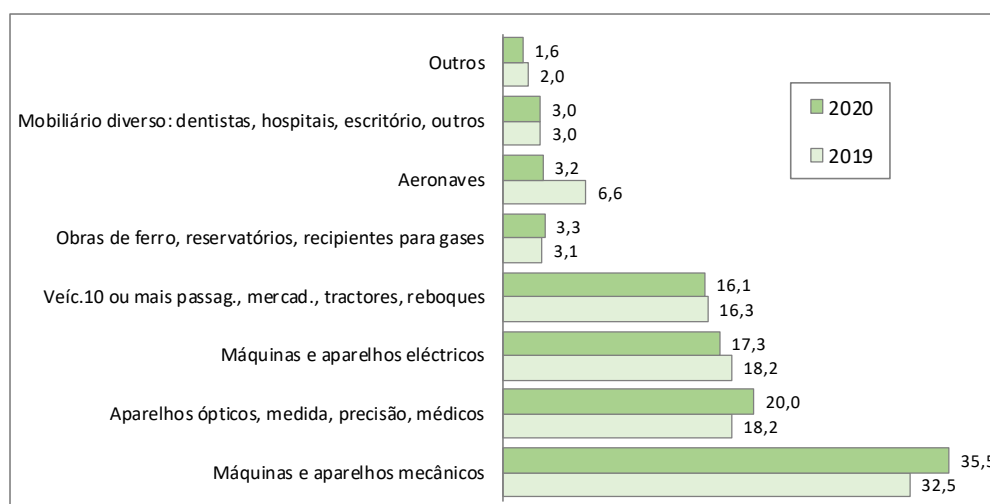
4. Exportações de Bens de Equipamento por agrupamentos

Exportação de Bens de Equipamento - 2019 e 2020 -

milhares de Euros

CGCE-3	(EX) NC2	Descritivo	Exportação	
			2019	2020
TOTAL			6 962 413	6 365 363
41 e 521	(EX) 84	Máquinas e aparelhos mecânicos	2 259 386	2 262 868
	(EX) 90	Aparelhos ópticos, medida, precisão, médicos	1 270 357	1 274 021
	(EX) 85	Máquinas e aparelhos eléctricos	1 270 172	1 100 347
	(EX) 87	Veíc.10 ou mais passag., mercad., tractores, reboques	1 136 971	1 025 422
	(EX) 73	Obras de ferro, reservatórios, recipientes para gases	216 226	209 538
	(EX) 88	Aeronaves	460 721	202 609
	(EX) 94	Mobiliário diverso: dentistas, hospitais, escritório, outros	208 688	188 840
	(EX) 82	Ferramentas e objectos diversos em metais comuns	33 661	39 252
	(EX) 83	Cofres, portas blindadas, ficheiros, em metais comuns	22 535	24 008
	(EX) 76	Reservatótios e recipientes diversos de alumínio	13 972	14 956
	(EX) 95	Máquinas de jogos, de casino, carrocéis, baloiços, outros	11 215	8 986
	(EX) 86	Veículos e material para via férrea	5 444	5 351
	(EX) 01	Gado bovino reprodutor de raça pura	3 671	3 779
	(EX) 89	Embarcações e estruturas flutuantes	46 418	3 296
	(EX) 71	Obras de metais preciosos ou folheados/chapeados	1 276	1 018
	(EX) 96	Obras diversas	917	846
	(EX) 91	Artigos de relojoaria, como contadores detempo e outros	774	226
	(EX) 38	Resíduos clínicos	8	0
(EX) 98	Conjuntos industriais	0	0	

Peso dos agrupamentos de produtos no Total das Exportações de Bens de Equipamento (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020 com última actualização em 09-04-2021.

Nas exportações de Bens de Equipamento predominaram as “Máquinas e aparelhos mecânicos”, os “Aparelhos ópticos, de medida, de precisão ou médicos”, as “Máquinas e aparelhos eléctricos” e os “Veículos para dez ou mais passageiros, de mercadorias, tractores e reboques”, agrupamentos de produtos que representaram 89,0% do Total em 2020 (85,3% em 2019).

Com menor expressão alinharam-se depois, entre os principais tipos de produtos, as “Obras de ferro, reservatórios e recipientes para gases”, as “Aeronaves”, e o “Mobiliário diverso, para: dentistas, hospitais, escritório e outros”.

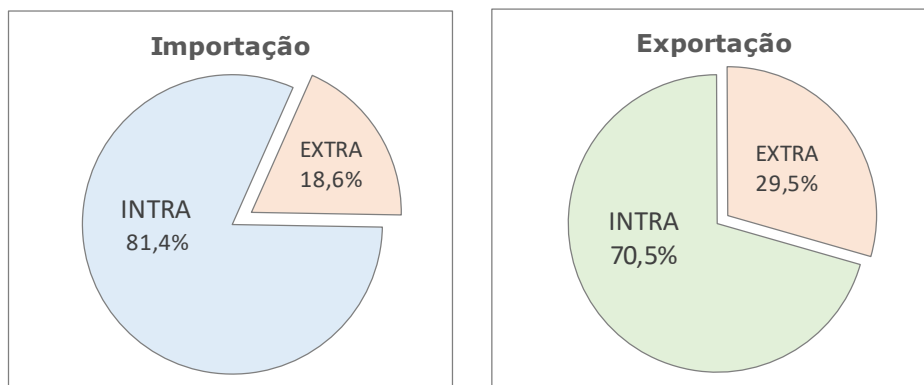
Do Anexo-2 consta o descritivo desagregado a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada de todos os agrupamentos de produtos considerados.

5. Mercados de origem e de destino das importações e das exportações de Bens de Equipamento

Em 2020 as importações de Bens de Equipamento com origem no espaço Intra-UE (27) representaram 81,4% do Total.

Por sua vez, 70,5% das exportações tiveram a Comunidade por destino.

Importações e Exportações de Bens de Equipamento com origem e destino Intra-UE e Extra-UE (27) em 2020



Fonte: A partir de dados de base do INE, preliminares para 2018 e provisório para 2019 com última actualização em 09-01-2020.

Os principais mercados de origem das importações de Bens de Equipamento em 2020 foram a Espanha (25,7% do Total), a Alemanha (18,4%), a França (10,5%), os Países Baixos (9,8%), a Itália (7,1%) e a China (6,0%).

Seguiram-se, entre as principais origens, o Reino Unido (3,0%), a Bélgica (2,5%), os EUA (2,2%), o Vietname (1,9%), a República Checa (1,7%), a Turquia (1,4%) e a Polónia (1,3%).

Do lado das exportações destacaram-se a França (17,8%), a Espanha (17,7%), a Alemanha (16,5%), o Reino Unido (8,0%) e os EUA (5,4%).

Seguiram-se os Países Baixos (2,9%), Angola (2,8%), a Itália (2,6%), a Roménia (2,2%), a Bélgica (1,9%), a Eslováquia (1,8%), a República Checa (1,7%), a Polónia e a Suécia (1,1% cada) e a Hungria (1,0%).

**Principais mercados de origem e de destino
dos Bens de Equipamento [%]
(2019-2020)**

Importação				Exportação		
Origem	2019	2020		Destino	2019	2020
Mundo	100,0	100,0		Mundo	100,0	100,0
Intra-UE 27 (2)	84,3	81,4		Intra-UE 27 (2)	65,6	70,5
Extra-UE 27 (2)	15,7	18,6		Extra-UE 27 (2)	34,4	29,5
Espanha	21,0	25,7	1	França	15,4	17,8
Alemanha	15,7	18,4	2	Espanha	15,9	17,7
França	23,8	10,5	3	Alemanha	16,1	16,5
P.Baixos	7,8	9,8	4	R.Unido	9,3	8,0
Itália	6,7	7,1	5	EUA	4,7	5,4
China	3,7	6,0	6	P.Baixos	2,9	2,9
R. Unido	2,9	3,0	7	Angola	3,2	2,8
Bélgica	2,1	2,5	8	Itália	2,2	2,6
EUA	2,5	2,2	9	Roménia	0,6	2,2
Vietname	1,8	1,9	10	Bélgica	1,9	1,9
Chéquia	1,7	1,7	11	Eslováquia	2,2	1,8
Turquia	1,2	1,4	12	Chéquia	1,1	1,2
Polónia	1,0	1,3	13	Polónia	1,1	1,1
Suécia	0,6	0,8	14	Suécia	1,1	1,1
Áustria	0,8	0,8	15	Hungria	1,0	1,0
Irlanda	1,1	0,8	16	México	0,7	0,8
Suíça	0,4	0,6	17	Suíça	0,8	0,8
Japão	0,7	0,6	18	Marrocos	1,0	0,8
Hong Kong	0,1	0,5	19	Áustria	1,1	0,8
Coreia SL	0,4	0,5	20	China	0,8	0,6
Hungria	0,4	0,4	21	África do Sul	0,7	0,6
Finlândia	0,4	0,3	22	Moçambique	0,6	0,6
Tailândia	0,4	0,3	23	Brasil	0,6	0,6
Taiwan	0,2	0,3	24	Cabo Verde	0,4	0,5
Dinamarca	0,3	0,3	25	Chile	0,4	0,4
% do Total >>	97,6	97,7		% do Total >>	85,8	90,7

Nota; Intra-UE 27 (2) - não inclui o Reino Unido.

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2018 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-04-2021.

ANEXO-1

**Importações de Bens de Equipamento
- 2019 e 2020 -**

			milhares de Euros	
CGCE-3	(EX) NC2	Descritivo	Importação	
			2019	2020
TOTAL			8 139 843	10 575 322
41	(EX) 84	Máquinas e aparelhos mecânicos	3 329 126	3 455 422
41		8471 Máq automáticas p/processamento dados e unidades	634 943	696 130
41		8421 Centrifugadores, aparelhos p/filtrar líquidos/gases	169 585	253 476
41		8479 Aparelhos mecânicos com função própria n.e.	253 879	223 387
41		8415 Aparelh ar condic c/ventilador e regulador temp/humidade	151 495	174 340

CGCE-3	(EX) NC2	Descritivo	Importação	
			2019	2020
41		8480 Caixas fundição; moldes p/metais/vidro/borracha/plástico	181 193	156 417
41		8429 Bulldozers/niveladoras/pás mecân/escavadoras/cilindros	115 975	138 506
41		8413 Bombas p/líquidos; elevadores de líquidos	101 309	115 185
41		8419 Aparelh aquecimento/torrefação/esteriliz/secagem, etc	92 547	100 822
41		8443 Máquinas de impressão	115 052	100 176
41		8414 Bombas ar/vácuo, compressores, ventiladores/exaustores	95 105	100 025
41		8428 Elevadores/escadas rolantes/transportadores/teleféricos	108 386	98 752
41		8477 Outras máq para trabalhar borracha ou plástico	88 362	98 615
41		8418 Refrigeradores/congeladores/máq de frio; bombas calor	78 069	95 979
41		8427 Empilhadores; veículos elevatórios de carga	86 053	87 400
41		8424 Aparelh projectar líq/ pós/extintores/jacto areia/vapor	63 492	73 953
41		8422 Máq lavar louça/limpar/secar/encher/capsular/rotular/etc	73 526	71 619
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>72,4</i>	<i>74,8</i>
521	(EX) 88	Aeronaves	572 985	2 699 624
521		8802 Helicópteros/aviões/satélites/veíc espaciais, com motor	572 985	2 699 603
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 85	Máquinas e aparelhos eléctricos	1 840 522	1 938 714
41		8517 Aparelh telefonia/telegrafia/telecomunicação, por fios	838 354	864 015
41		8501 Motores/geradores eléctric, excepto grupos electrogéneos	148 039	165 420
41		8504 Transformad/conversor, bobinas reactância/auto-indução	178 449	158 679
41		8528 Receptores TV	105 701	129 464
41		8531 Aparelh sinaliz acústica/visual (sirenes/alarmes)	109 533	93 231
41		8526 Radares e aparelhos rádionavegação/radiotelecomando	69 950	83 864
41		8543 Máq e aparelh eléctric c/função própria n.e.	76 335	82 748
41		8518 Microfones/alto-falantes/auscultadores/amplificadores	71 575	76 966
41		8525 Emissores de rádio/telegrafia/TV; câmaras TV	70 592	68 432
41		8532 Condensadores eléctricos	53 236	59 612
41		8515 Máq soldar/laser/ultra-sons/jacto plasma/projectar metais	31 272	51 442
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>95,2</i>	<i>94,6</i>
41 e 521	(EX) 87	Veíc.10 ou mais passag., mercadorias, tractores, reboques	1 134 218	1 117 341
521		8704 Veículos automóveis para transporte de mercadorias	531 037	556 841
41 e 521		8701 Tractores, excl p/transporte mercadorias curta distância	395 461	377 235
521		8716 Reboques; outros veículos não autopropulsores; s/partes	113 665	85 733
521		8702 Veículos automóveis para 10 ou mais passageiros	57 467	63 814
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>96,8</i>	<i>97,0</i>
41	(EX) 90	Aparelhos ópticos, medida, precisão, médicos	826 763	896 055
41		9018 Instrumentos medicina/cirurgia/testes visuais/veterinária	364 965	399 678
41		9027 Aparelhos para análises físicas ou químicas	94 737	100 300
41		9032 Aparelhos para regulação/controlo, automáticos	59 600	63 680
41		9019 Aparelh de medida/controlo n.e.,	58 665	56 952
41		9029 Aparelh massagem/ terapia respiratória e outras	44 115	48 576
41		9026 Outros contadores (de voltas, taxímetros, velocímetros, etc)	28 935	35 046
41		9022 Aparelhos p/medir caudais/nível/pressão de fluidos	27 449	31 576
41		9022 Aparelhos de raios-X e outr radiações, incl p/medicina	32 667	30 759
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>86,0</i>	<i>85,5</i>
41	(EX) 73	Obras de ferro, reservatórios, recipientes para gases	129 704	137 634
41		7310 Reservatórios em ferro/aço, excepto p/ gases, <=300 litros	92 782	100 728
41		7321 Fogões/caldeiras/grelhadores uso doméstico, em ferro/aço	22 970	18 650
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>89,2</i>	<i>86,7</i>

CGCE-3	(EX) NC2	Descritivo	Importação	
			2019	2020
41	(EX) 94	Mobiliário diverso: dentistas, hospitais, escritório, outros	128 450	136 603
41		9403 Mobiliário não médico nem cadeiras orientáveis, e partes	76 565	78 336
41		9401 Assentos mesmo transformáveis em cama e suas partes	37 900	44 531
41		9402 Mobiliário médico; cadeiras c/orientação; suas partes	13 984	13 737
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 95	Máquinas de jogos, de casino, carrocéis, baloiços, outros	54 516	61 581
41		9504 Jogos de salão (bilhares/mesas de casino/bolicho/etc)	52 468	58 348
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>96,2</i>	<i>94,8</i>
41	(EX) 82	Ferramentas e objectos diversos em metais comuns	55 992	60 039
41		8205 Ferramentas manuais n.e., maçaricos/tornos/bigornas/etc	26 655	28 032
41		8203 Limas/grosas/alicates/tenazes/pinças/etc, manuais	9 255	13 495
41		8204 Chaves de porcas manuais e de caixa intercambiáveis	9 467	9 152
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>81,0</i>	<i>84,4</i>
41	(EX) 76	Reservatórios e recipientes diversos de alumínio	36 291	36 358
41		7612 Reservatórios em alumínio <= 300 litros, não para gases	34 918	34 014
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>96,2</i>	<i>93,6</i>
41 e 521	(EX) 89	Embarcações e estruturas flutuantes	5 985	11 604
521		8902 Barcos pesca, navios-fábrica, outr p/tratamento pescado	528	4 208
521		8901 Barcos para o transporte de pessoas ou mercadorias	1 350	3 097
41		8905 Barcos-faróis/dragas/guindastes/docas flut/plataformas	3 323	2 458
41		8907 Outras estruturas flutuantes (balsas, bóias, etc)	783	1 842
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41 e 521	(EX) 86	Veículos e material para via férrea	11 645	9 089
41		8609 Contentores, incl fluidos, para vários meios de transporte	6 086	4 176
521		8608 Material fixo via férrea; apar sinaliz/segurança/comando	2 932	3 076
41		8604 Veículos para manutenção/inspecção de via férrea	2 372	1 318
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>97,8</i>	<i>94,3</i>
41	(EX) 91	Artigos de relojoaria, como contadores detempo e outros	3 876	5 068
41		9106 Aparelh de controlo (relógios de ponto/ datadores, etc)	1 613	2 699
41		9107 Interruptores/accionadores horários c/mecanismo relógio	2 263	2 369
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 83	Cofres, portas blindadas, ficheiros, em metais comuns	4 450	4 542
41		8303 Cofres/portas blindadas/ etc, em metais comuns	3 845	4 078
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>86,4</i>	<i>89,8</i>
41	(EX) 96	Obras diversas	2 808	2 231
41		9618 Manequins, autómatos e cenas animadas para montras	2 808	2 231
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 01	Gado bovino reprodutor de raça pura	908	2 058
41	(EX) 71	Obras de metais preciosos ou folheados/chapeados	1 596	1 329
41	(EX) 38	Resíduos clínicos	9	28
41	(EX) 98	Conjuntos industriais	0	0

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020 com última actualização em 09-04-2021.

ANEXO-2

Exportações de Bens de Equipamento - 2019 e 2020 -

milhares de Euros

CGCE-3	(EX) NC2	Descritivo	Exportação	
			2019	2020
TOTAL			5 524 636	6 296 755
41	(EX) 84	Máquinas e aparelhos mecânicos	1 957 222	2 066 014
41		8480 Caixas fundição; moldes p/metais/vidro/borracha/plástico	604 676	560 372
41		8421 Centrifugadores, aparelhos p/filtrar líquidos/gases	88 730	309 601
41		8479 Aparelhos mecânicos com função própria n.e.	129 060	139 287
41		8414 Bombas ar/vácuo, compressores, ventiladores/exaustores	129 026	120 095
41		8419 Aparelh aquecimento/torrefação/esteriliz/secagem, etc	166 859	106 065
41		8418 Refrigeradores/congeladores/máq de frio; bombas calor	89 015	89 964
41		8471 Máq automáticas p/processamento dados e unidades	66 094	83 190
41		8413 Bombas p/líquidos; elevadores de líquidos	62 543	66 765
41		8426 Cábreas; guindastes; pontes rolantes; pórticos descarga	65 204	62 682
41		8428 Elevadores/escadas rolantes/transportadores/teleféricos	50 498	61 692
41		8443 Máquinas de impressão	60 378	55 643
41		8474 Máq trabalhar terras/pedra/minérios/cimento/gesso/etc	44 982	29 202
			Peso no Total do (EX) [%] >>>	79,6
41	(EX) 85	Máquinas e aparelhos eléctricos	1 200 283	1 173 643
41		8517 Aparelh telefonia/telegrafia/telecomunicação, por fios	173 520	204 132
41		8526 Radares e aparelhos rádionavegação/radiotelecomando	214 835	201 758
41		8504 Transformad/conversor, bobinas reactância/auto-indução	115 280	133 236
41		8528 Receptores TV	90 396	130 422
41		8531 Aparelh sinaliz acústica/visual (sirenes/alarmes)	134 482	111 188
41		8501 Motores/geradores eléctric, excepto grupos electrogéneos	72 854	84 423
41		8525 Emissores de rádio/telegrafia/TV; câmaras TV	105 199	78 153
41		8543 Máq e aparelh eléctric c/função própria n.e.	27 907	68 404
41		8532 Condensadores eléctricos	46 258	60 101
41		8502 Grupos electrogéneos e conversores rotativos, eléctricos	172 049	45 457
			Peso no Total do (EX) [%] >>>	96,0
41	(EX) 90	Aparelhos ópticos, medida, precisão, médicos	878 710	1 173 289
41		9029 Outros contadores (de voltas, taxímetros, velocímetros, etc)	531 631	775 961
41		9031 Aparelh de medida/controlo n.e,	176 878	213 991
41		9018 Instrumentos medicina/cirurgia/testes visuais/veterinária	97 000	108 052
		Peso no Total do (EX) [%] >>>	91,7	93,6
41 e 521	(EX) 87	Veíc.10 ou mais passag., mercadorias, tractores, reboques	891 183	1 024 864
521		8704 Veículos automóveis para transporte de mercadorias	708 746	832 063
521		8702 Veículos automóveis para 10 ou mais passageiros	98 478	109 530
521		8716 Reboques; outros veículos não autopropulsores; s/partes	33 544	32 996
521		8705 Veículos automóveis para usos especiais	29 635	28 623
41 e 521		8701 Tractores, excl p/transporte mercadorias curta distância	20 720	21 596
		Peso no Total do (EX) [%] >>>	100,0	100,0
521	(EX) 88	Aeronaves	71 972	339 644
521		8802 Helicópteros/aviões/satélites/veíc espaciais, com motor	71 957	339 629
		Peso no Total do (EX) [%] >>>	100,0	100,0
41	(EX) 73	Obras de ferro, reservatórios, recipientes para gases	203 767	199 699
41		7311 Recipientes ferro/aço p/ gases comprimidos/liquefeitos	87 985	79 577
41		7310 Reservatórios em ferro/aço, excepto p/ gases, <=300 litros	74 841	79 366
41		7309 Reservatórios em ferro/aço, excepto p/ gases, >300 litros	31 295	30 397
		Peso no Total do (EX) [%] >>>	95,3	94,8

CGCE-3	(EX) NC2	Descritivo	Exportação	
			2019	2020
41	(EX) 94	Mobiliário diverso: dentistas, hospitais, escritório, outros	200 553	193 055
41		9403 Mobiliário não médico nem cadeiras orientáveis, e partes	122 377	117 855
41		9401 Assentos mesmo transformáveis em cama e suas partes	61 711	58 835
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>91,8</i>	<i>91,5</i>
41 e 521	(EX) 89	Embarcações e estruturas flutuantes	38 863	43 295
521		8901 Barcos para o transporte de pessoas ou mercadorias	32 897	30 845
521		8904 Rebocadores	0	7 881
41		8907 Outras estruturas flutuantes (balsas, bóias, etc)	2 672	1 945
521		8902 Barcos pesca, navios-fábrica, outr p/tratamento pescado	3 089	1 781
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>99,5</i>	<i>98,1</i>
41	(EX) 82	Ferramentas e objectos diversos em metais comuns	30 976	31 297
41		8203 Limas/grosas/alicates/tenazes/pinças/etc, manuais	14 389	14 936
41		8205 Ferramentas manuais n.e., maçaricos/tornos/bigornas/etc	5 706	6 782
41		8206 Ferramentas de dois tipos ou mais, acondic p/venda	4 316	4 045
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>78,8</i>	<i>82,3</i>
41	(EX) 83	Cofres, portas blindadas, ficheiros, em metais comuns	19 913	20 437
41		8303 Cofres/portas blindadas/ etc, em metais comuns	19 859	20 400
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>99,7</i>	<i>99,8</i>
41	(EX) 76	Reservatórios e recipientes diversos de alumínio	14 287	12 844
41		7612 Reservatórios em alumínio <= 300 litros, não para gases	14 138	12 741
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>99,0</i>	<i>99,2</i>
41	(EX) 95	Máquinas de jogos, de casino, carrocéis, baloiços, outros	5 591	8 835
41		9504 Jogos de salão (bilhares/mesas de casino/bolicho/etc)	5 118	8 451
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>91,5</i>	<i>95,7</i>
41 e 521	(EX) 86	Veículos e material para via férrea	4 974	4 083
41		8609 Contentores, incl fluidos, para vários meios de transporte	3 997	2 945
41		8603 Automotoras, incl urbanas, excl p/manutenção/inspecção	0	469
41		8602 Locomotivas/locotractores, não eléctricos; tñderes	247	465
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>85,3</i>	<i>95,0</i>
41	(EX) 01	Gado bovino reprodutor de raça pura	4 643	3 962
41	(EX) 96	Obras diversas	945	719
41		9618 Manequins, autómatos e cenas animadas para montras	945	719
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 71	Obras de metais preciosos ou folheados/chapeados	513	706
41	(EX) 91	Artigos de relojoaria, como contadores detempo e outros	242	362
41		9106 Aparelh de controlo (relógios de ponto/ datadores, etc)	147	268
41		9107 Interruptores/accionadores horários c/mecanismo relógio	95	94
		<i>Peso no Total do (EX) [%] >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
41	(EX) 38	Resíduos clínicos	0	8
41	(EX) 98	Conjuntos industriais	0	0

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020 com última actualização em 09-04-2021.

Comércio internacional de mercadorias

Taxas de variação homóloga em Valor, Volume e Preço, por grupos e subgrupos de produtos - janeiro a maio de 2021/2020

Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

No presente trabalho apresentam-se indicadores de evolução em valor, volume e preço das importações e das exportações portuguesas de mercadorias calculados para o 1º Trimestre de 2021, face ao homólogo de 2020.

Para o cálculo dos índices de preço, as posições pautais a oito dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-8), relativas às importações e às exportações de mercadorias com movimento nos dois anos, foram agregadas em 11 grupos e 38 subgrupos de produtos afins (*ver Anexo*).

Os índices de preço, do tipo *Paasche*, utilizados como deflatores dos índices de valor para o cálculo dos correspondentes índices de volume, foram calculados a partir de dados de base elementares constantes do Portal do *Instituto Nacional de Estatística (INE)* em versões preliminares para os dois anos, com última atualização em 10 de maio de 2021.

2. Nota metodológica

O método utilizado para o cálculo dos índices de preço de *Paasche* aqui apresentados assenta na seleção de uma amostra representativa do comportamento dos preços de cada subgrupo de produtos, índices posteriormente ponderados para o cálculo dos índices dos respetivos grupos de produtos, e estes por sua vez ponderados para o cálculo do índice do total, em cada uma das vertentes comerciais.

Os índices de preço de cada subgrupo são obtidos a partir de uma primeira amostra automática, construída com base nos produtos com movimento nos dois períodos em análise e respeitando as alterações pautais anualmente introduzidas na Nomenclatura Combinada, dentro de um intervalo definido por métodos estatísticos.

Segue-se uma análise crítica, que pode incluir, entre outros, o recurso à evolução do preço das matérias-primas que entram na manufatura de um dado produto, como indicador de consistência de um determinado índice que, apesar de um comportamento aparentemente anormal, pode vir a ser incluído na amostra.

Mais frequentemente procede-se à desagregação por mercados de origem e de destino de posições pautais com peso relevante que se encontram fora do intervalo, incluindo-se na amostra do subgrupo a informação do conjunto dos países que apresentam um comportamento coerente na proximidade do intervalo previamente encontrado.

Também produtos dominantes incluídos no intervalo e decisivos para o índice do subgrupo podem ser desagregados e considerados por mercados se, através de uma análise crítica, forem encontrados desvios sensíveis face aos restantes produtos do subgrupo.

3. Balança Comercial

De acordo com os dados preliminares disponíveis, no 1º Trimestre de 2021 o défice da balança comercial de mercadorias decresceu -42,1% face ao período homólogo do ano anterior, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a aumentar de 76,1% para 85,4%.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP).

Balança comercial de mercadorias
Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço
Janeiro a Março de 2021

	Milhões de Euros		Taxas de Variação		
	2020	2021	Valor	Volume	Preço
Importação (Cif)	19 096	18 082	-5,3	-2,2	-3,1
Exportação (Fob)	14 531	15 438	6,2	6,3	-0,1
Saldo (Fob-Cif)	-4 565	-2 644	-42,1	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	76,1	85,4	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2020 e 2021, com última actualização em 10 de Maio de 2021 (<http://www.ine.pt>).

As **importações** (somatório das 'chegadas' de mercadorias provenientes do espaço comunitário com as importações originárias dos países terceiros), com um decréscimo em valor de -5,3%, terão registado uma quebra em volume de -2,2% e um decréscimo em preço de -3,1%. Por sua vez, o aumento em valor de +6,2% verificado nas **exportações** terá resultado de um acréscimo em volume de +6,3%, com o preço a decair ligeiramente (-0,1%).

Excluindo os produtos "Energéticos" do Total das importações e das exportações, o défice da balança comercial em 2021 situa-se em -1,9 mil milhões de Euros, contra -2,6 mil milhões em termos globais. Por sua vez o grau de cobertura das importações pelas exportações sobe de 85,4%, em termos globais, para 88,4%. De acordo com os dados disponíveis as **importações**, excluindo "Energéticos", terão registado taxas de variação em valor, volume e preço respetivamente de -2,5%, -0,8% e -1,7%. Por sua vez, as **exportações** terão averbado um acréscimo em valor de +6,8%, em resultado um aumento em volume de +6,7%, com o preço a aumentar +0,1%.

Balança comercial de mercadorias
excluindo os produtos "Energéticos"
Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço
Janeiro a Março de 2021

	Milhões de Euros		Taxas de Variação		
	2020	2021	Valor	Volume	Preço
Importação (Cif)	16 808	16 390	-2,5	-0,8	-1,7
Exportação (Fob)	13 557	14 483	6,8	6,7	0,1
Saldo (Fob-Cif)	-3 251	-1 907	-41,3	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	80,7	88,4	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2020 e 2021, com última actualização em 10 de Maio de 2021 (<http://www.ine.pt>).

Em 2021, o saldo da balança comercial foi positivo em cinco dos onze grupos de produtos considerados, que representaram 43,3% das exportações e 26,8% das importações totais, designadamente "Madeira, cortiça e papel", "Têxteis e vestuário", "Calçado, peles e couros", "Material de transporte terrestre e partes" e "Produtos acabados diversos".

Balança comercial por Grupos de Produtos
Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço
Janeiro a Março de 2021

Grupos de produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2020	2021	Valor	Volume	Preço	2020	2021
A Agro-alimentares							
Importação (Cif)	2 697	2 627	-2,6	-1,4	-1,2	14,1	14,5
Exportação (Fob)	1 822	1 874	2,8	1,6	1,2	12,5	12,1
Saldo (Fob-Cif)	-875	-753	-14,0	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	67,6	71,3	-	-	-	-	-
B Energéticos [1]							
Importação (Cif)	2 288	1 692	-26,1	-13,2	-14,9	12,0	9,4
Exportação (Fob)	974	956	-1,9	1,1	-3,0	6,7	6,2
Saldo (Fob-Cif)	-1 314	-736	-44,0	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	42,6	56,5	-	-	-	-	-
C Químicos							
Importação (Cif)	3 380	3 531	4,5	2,6	1,8	17,7	19,5
Exportação (Fob)	1 844	2 052	11,3	10,3	1,0	12,7	13,3
Saldo (Fob-Cif)	-1 536	-1 478	-3,8	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	54,5	58,1	-	-	-	-	-
D Madeira, cortiça e papel							
Importação (Cif)	583	553	-5,2	-3,7	-1,5	3,1	3,1
Exportação (Fob)	1 107	1 063	-3,9	-0,7	-3,2	7,6	6,9
Saldo (Fob-Cif)	524	510	-2,5	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	189,8	192,3	-	-	-	-	-
E Têxteis e vestuário							
Importação (Cif)	1 038	824	-20,6	-17,2	-4,1	5,4	4,6
Exportação (Fob)	1 294	1 332	2,9	4,4	-1,4	8,9	8,6
Saldo (Fob-Cif)	256	508	98,4	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	124,7	161,7	-	-	-	-	-
F Calçado, peles e couros							
Importação (Cif)	389	268	-31,3	-28,8	-3,5	2,0	1,5
Exportação (Fob)	515	475	-7,7	-8,3	0,6	3,5	3,1
Saldo (Fob-Cif)	125	207	65,7	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	132,2	177,5	-	-	-	-	-
G Minérios e metais							
Importação (Cif)	1 559	1 676	7,5	2,9	4,5	8,2	9,3
Exportação (Fob)	1 297	1 522	17,3	10,6	6,1	8,9	9,9
Saldo (Fob-Cif)	-261	-154	-41,2	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	83,2	90,8	-	-	-	-	-
H Máquinas e aparelhos							
Importação (Cif)	3 285	3 591	9,3	16,5	-6,2	17,2	19,9
Exportação (Fob)	2 070	2 259	9,1	11,7	-2,3	14,2	14,6
Saldo (Fob-Cif)	-1 215	-1 332	9,6	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	63,0	62,9	-	-	-	-	-
I Material transp. terr. [2]							
Importação (Cif)	2 363	2 057	-12,9	-11,1	-2,1	12,4	11,4
Exportação (Fob)	2 120	2 297	8,3	4,9	3,3	14,6	14,9
Saldo (Fob-Cif)	-243	239	-198,5	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	89,7	111,6	-	-	-	-	-
K Produtos acabados div.							
Importação (Cif)	1 134	1 117	-1,5	3,3	-4,6	5,9	6,2
Exportação (Fob)	1 409	1 508	7,1	13,0	-5,2	9,7	9,8
Saldo (Fob-Cif)	275	391	42,2	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	124,3	135,0	-	-	-	-	-
J Aeronaves e embarc. [3]							
Importação (Cif)	379	147	-61,2	-	-	2,0	0,8
Exportação (Fob)	79	100	26,5	-	-	0,5	0,6
Saldo (Fob-Cif)	-300	-48	-84,1	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	20,8	67,7	-	-	-	-	-

[1] Índice de preço da electricidade calculado em UNS.

[2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea (Capº 86 e 87 da NC).

[3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2020 e 2021, com última actualização em 10 de Maio de 2021 (<http://www.ine.pt>).

4. Importações

No período em análise, os grupos de produtos com peso a dois dígitos nas importações de mercadorias foram: "Máquinas, aparelhos e partes" (19,9% em 2021 e 17,2% em 2020), "Químicos" (19,5% e 17,7%), "Agro-alimentares" (14,5% e 14,1%) e "Material de transporte terrestre e partes" (11,4% e 12,4%). Seguiram-se os grupos de produtos "Energéticos" (9,4% e 12,0%), "Minérios e metais" (9,3% e 8,2%), "Produtos acabados diversos" (6,2% e 5,9%), "Têxteis e vestuário" (4,6% e 5,4%), "Madeira, cortiça e papel" (3,1% nos dois anos), "Calçado, peles e couros" (1,5% e 2,0%) e "Aeronaves, embarcações e partes" (0,8% e 2,0%).

Importações por Grupos e Subgrupos de produtos - Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço - Janeiro a Março de 2021

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2020	2021	Valor	Vol.	Preço	2020	2021
A Agro-alimentares	2 697	2 627	-2,6	-1,4	-1,2	14,1	14,5
A1 Bebidas alcoólicas	79	65	-17,4	-3,3	-14,6	0,4	0,4
A2 Conservas e prep. alimentares	444	425	-4,1	-2,9	-1,2	2,3	2,4
A3 Produtos da pesca	418	356	-14,9	-5,9	-9,5	2,2	2,0
A4 Carnes e laticínios	421	363	-13,8	-8,8	-5,5	2,2	2,0
A5 Frutas e hortícolas	303	308	1,6	1,0	0,6	1,6	1,7
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	324	395	21,9	9,1	11,7	1,7	2,2
A7 Outros agro-alimentares	709	714	0,8	0,8	-0,1	3,7	4,0
- Cereais	206	207	0,3	-5,9	6,6	1,1	1,1
B Energéticos	2 288	1 692	-26,1	-13,2	-14,9	12,0	9,4
B1 Refinados de petróleo	223	283	26,7	41,2	-10,3	1,2	1,6
B2 Outros produtos energéticos [1]	2 065	1 409	-31,8	-19,0	-15,7	10,8	7,8
- Petróleo bruto	1 590	990	-37,7	-26,1	-15,8	8,3	5,5
- Gás natural	320	232	-27,4	-11,0	-18,4	1,7	1,3
C Químicos	3 380	3 531	4,5	2,6	1,8	17,7	19,5
C1 Farmacêuticos	801	789	-1,5	-8,1	7,1	4,2	4,4
C2 Plásticos e outros petroquímicos	1 002	1 093	9,2	6,9	2,1	5,2	6,0
C3 Borracha e suas obras	239	246	2,8	4,1	-1,2	1,3	1,4
C4 Outros produtos químicos	1 338	1 403	4,8	5,4	-0,6	7,0	7,8
D Madeira, cortiça e papel	583	553	-5,2	-3,7	-1,5	3,1	3,1
D1 Madeira e suas obras	211	203	-4,2	0,0	-4,2	1,1	1,1
D2 Cortiça e suas obras	40	39	-3,3	14,6	-15,6	0,2	0,2
D3 Pastas de papel	21	20	-6,9	-8,0	1,1	0,1	0,1
D4 Papel, cartão e publicações	310	291	-6,0	-8,3	2,5	1,6	1,6
E Têxteis e vestuário	1 038	824	-20,6	-17,2	-4,1	5,4	4,6
E1 Têxteis e suas obras	513	476	-7,2	-1,9	-5,4	2,7	2,6
E2 Vestuário e seus acessórios	525	348	-33,7	-32,2	-2,2	2,8	1,9
F Calçado, peles e couros	389	268	-31,3	-28,8	-3,5	2,0	1,5
F1 Calçado	210	136	-35,2	-32,2	-4,5	1,1	0,8
F2 Peles, couros e suas obras	179	132	-26,7	-24,8	-2,5	0,9	0,7
G Minérios e metais	1 559	1 676	7,5	2,9	4,5	8,2	9,3
G1 Matérias minerais e minérios	57	59	4,2	7,4	-2,9	0,3	0,3
G2 Ferro, aço e suas obras	900	949	5,5	-2,4	8,0	4,7	5,2
G3 Cobre e suas obras	128	170	32,1	20,1	10,0	0,7	0,9
G4 Alumínio e suas obras	200	220	9,9	8,6	1,1	1,0	1,2
G5 Outros metais comuns e suas obras	220	234	6,5	13,0	-5,7	1,1	1,3
G6 Pedras e metais preciosos	54	44	-17,9	-17,9	0,0	0,3	0,2
H Máquinas, aparelhos e partes	3 285	3 591	9,3	16,5	-6,2	17,2	19,9
H1 Aparelhos de som e imagem	566	615	8,5	12,9	-3,9	3,0	3,4
H2 Transf., cabos e apar. distrib. energia	405	433	6,8	9,9	-2,8	2,1	2,4
H3 Informática, memórias e circuitos int.	514	689	34,0	55,5	-13,8	2,7	3,8
H4 Motores e geradores eléctricos	75	84	12,2	20,8	-7,1	0,4	0,5
H5 Motores de explosão, diesel e partes	206	208	0,7	3,8	-3,0	1,1	1,1
H6 Outras máq. e aparelh. mecânicos	1 187	1 202	1,3	6,3	-4,8	6,2	6,6
H7 Outras máq. e aparelhos eléctricos	331	361	8,8	13,8	-4,4	1,7	2,0

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2020	2021	Valor	Vol.	Preço	2020	2021
I Material transp. terrestre e partes [2]	2 363	2 057	-12,9	-11,1	-2,1	12,4	11,4
- Veículos automóveis, tractores e ciclos	2 360	2 049	-13,1	-11,3	-2,1	12,4	11,3
K Produtos acabados diversos	1 134	1 117	-1,5	3,3	-4,6	5,9	6,2
K1 Cerâmica, vidro e suas obras	164	169	3,4	8,0	-4,3	0,9	0,9
K2 Mobiliário, colchões e candeeiros	303	276	-9,2	-5,8	-3,5	1,6	1,5
K3 Aparelhos científicos e de precisão	388	414	6,7	11,9	-4,7	2,0	2,3
K4 Outros produtos acabados	279	258	-7,2	-1,5	-5,8	1,5	1,4
Total sem aeronaves e embarcações	18 717	17 935	-4,2	-1,1	-3,1	98,0	99,2
J Aeronaves, embarcações e partes [3]	379	147	-61,2	-	-	2,0	0,8
Total das importações	19 096	18 082	-5,3	-2,2	-3,1	100,0	100,0

Por memória:

Total sem Energéticos	16 808	16 390	-2,5	-0,8	-1,7	88,0	90,6
------------------------------	---------------	---------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

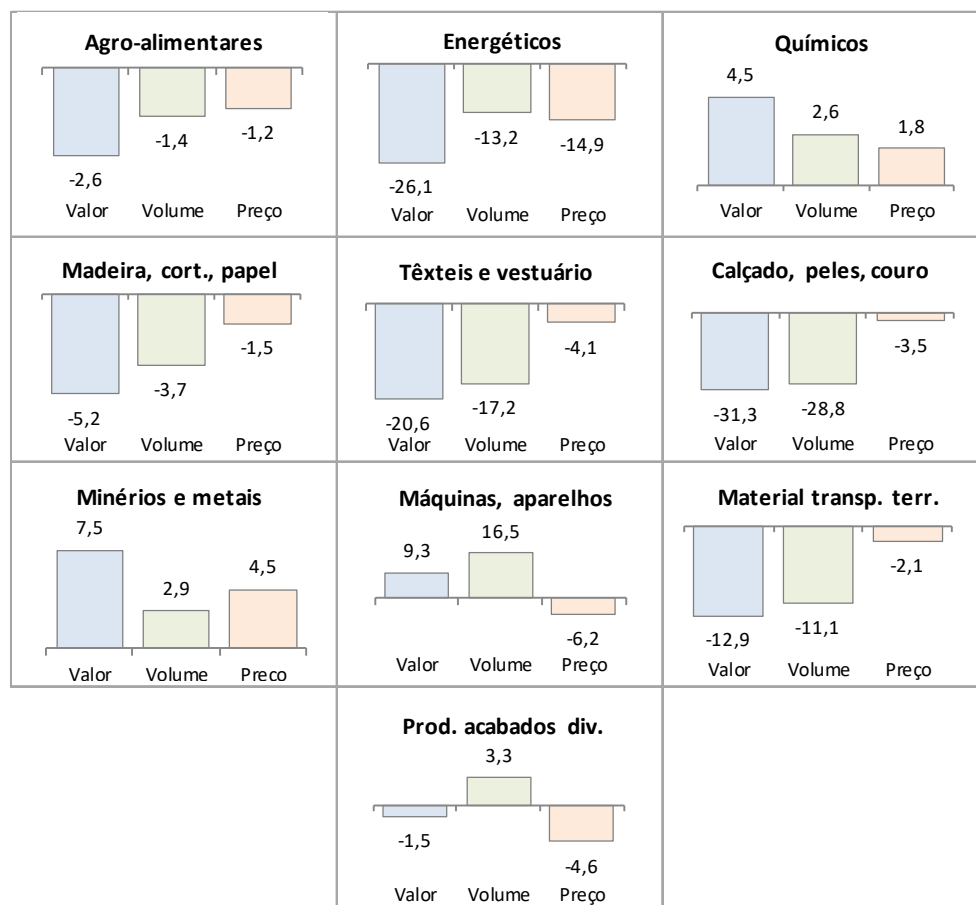
[1] Índice de preço da electricidade calculado em UNS.

[2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea (Capº 86 e 87 da NC).

[3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2020 e 2021, com última actualização em 10-05-2021.

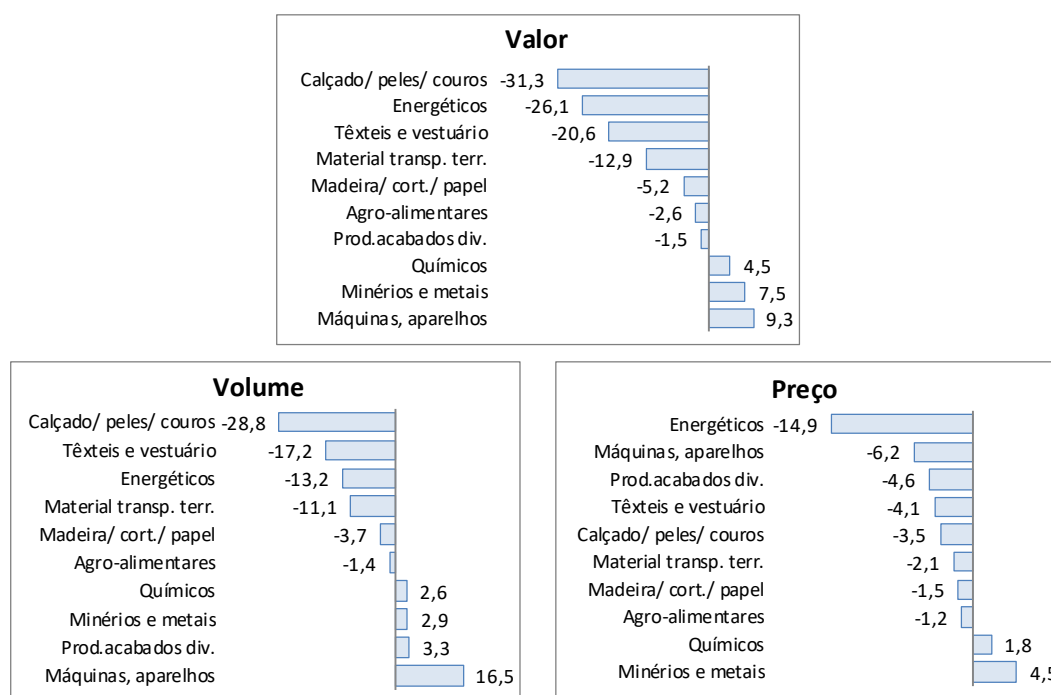
Importações por grupos de produtos - Taxas de variação anual em valor, volume e preço - Janeiro a Março de 2021



Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2020 e 2021, com última actualização em 10 de Maio de 2021 (<http://www.ine.pt>).

O grupo "Aeronaves, embarcações e partes", para que não foram calculados índices de preço, registou em 2021 uma taxa de variação homóloga em **Valor** negativa (-61,2%), sendo também negativa esta taxa em outros sete grupos de produtos, incidindo as mais acentuadas em "Calçado, peles e couros" (-31,3%), "Energéticos" (-26,1%), "Têxteis e vestuário" (-20,6%) e "Material de transporte terrestre" (-12,9%).

Taxas de variação homóloga das importações por Grupos de Produtos Janeiro a Março de 2021



Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2020 e 2021, com última actualização em 10 de Maio de 2021 (<http://www.ine.pt>).

Foram negativas, em seis dos grupos, as taxas de variação em **Volume**, ocorrendo os maiores decréscimos no "Calçado, peles e couros" (-28,8%), nos "Têxteis e vestuário" (-17,2%), nos "Energéticos" (-13,2%) e no "Material de transporte terrestre e partes" (-11,1%).

Na ótica do **preço** verificou-se algum crescimento apenas nos grupos "Minérios e metais" (+4,5%) e "Químicos" (+1,8%). A principal quebra coube ao grupo "Energéticos" (-14,9%).

5. Exportações

Em 2021 os grupos de produtos com peso a dois dígitos nas exportações de mercadorias foram "Material de transporte terrestre e partes" (14,9% e 14,6% em 2020), "Máquinas aparelhos e partes" (14,6% e 14,2%), "Químicos" (13,3% e 12,7%), "Agro-alimentares" (12,1% e 12,5%), "Minérios e metais" (9,9% e 8,9%) e "Produtos acabados diversos" (9,8% e 9,7%). Seguiram-se os grupos "Têxteis e vestuário" (8,6% e 8,9%), "Madeira, cortiça e papel" (6,9% e 7,6%), "Energéticos" (6,2% e 6,7%), "Calçado, peles e couros" (3,1% e 3,5%) e "Aeronaves, embarcações e partes" (0,6% e 0,5% em 2020).

Exportações por Grupos e Subgrupos de Produtos
- Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço -
Janeiro a Março de 2021

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2020	2021	Valor	Vol.	Preço	2020	2021
A Agro-alimentares	1 822	1 874	2,8	1,6	1,2	12,5	12,1
A1 Bebidas alcoólicas	225	252	11,8	9,7	2,0	1,5	1,6
A2 Conservas e prep. alimentares	331	353	6,6	2,9	3,6	2,3	2,3
A3 Produtos da pesca	167	161	-3,7	1,8	-5,5	1,2	1,0
A4 Carnes e lacticínios	136	158	16,9	23,9	-5,7	0,9	1,0
A5 Frutas e hortícolas	245	213	-13,2	-13,7	0,6	1,7	1,4
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	251	247	-1,6	-4,6	3,1	1,7	1,6
A7 Outros agro-alimentares	468	490	4,9	1,7	3,1	3,2	3,2
B Energéticos	974	956	-1,9	1,1	-3,0	6,7	6,2
B1 Refinados de petróleo	844	796	-5,6	-0,7	-5,0	5,8	5,2
B2 Outros produtos energéticos [1]	130	159	22,1	12,6	8,4	0,9	1,0
C Químicos	1 844	2 052	11,3	10,3	1,0	12,7	13,3
C1 Farmacêuticos	328	343	4,5	2,7	1,8	2,3	2,2
C2 Plásticos e outros petroquímicos	792	908	14,7	9,7	4,6	5,5	5,9
C3 Borracha e suas obras	291	331	13,5	17,3	-3,2	2,0	2,1
C4 Outros produtos químicos	432	470	8,9	12,4	-3,1	3,0	3,0
D Madeira, cortiça e papel	1 107	1 063	-3,9	-0,7	-3,2	7,6	6,9
D1 Madeira e suas obras	174	183	5,5	6,5	-0,9	1,2	1,2
D2 Cortiça e suas obras	274	274	0,2	-0,3	0,5	1,9	1,8
D3 Pastas de papel	161	159	-1,3	-4,0	2,8	1,1	1,0
D4 Papel, cartão e publicações	498	447	-10,3	-2,4	-8,1	3,4	2,9
E Têxteis e vestuário	1 294	1 332	2,9	4,4	-1,4	8,9	8,6
E1 Têxteis e suas obras	526	564	7,1	9,7	-2,4	3,6	3,7
E2 Vestuário e seus acessórios	768	769	0,1	0,8	-0,7	5,3	5,0
F Calçado, peles e couros	515	475	-7,7	-8,3	0,6	3,5	3,1
F1 Calçado	443	405	-8,5	-8,2	-0,3	3,0	2,6
F2 Peles, couros e suas obras	72	70	-2,6	-8,7	6,7	0,5	0,5
G Minérios e metais	1 297	1 522	17,3	10,6	6,1	8,9	9,9
G1 Matérias minerais e minérios	157	191	21,8	12,4	8,3	1,1	1,2
G2 Ferro, aço e suas obras	681	843	23,8	12,8	9,7	4,7	5,5
G3 Cobre e suas obras	51	85	64,9	45,7	13,2	0,4	0,5
G4 Alumínio e suas obras	174	194	11,9	7,9	3,7	1,2	1,3
G5 Outros metais comuns e suas obras	150	167	11,5	22,0	-8,6	1,0	1,1
G6 Pedras e metais preciosos	85	42	-50,4	-47,1	-6,2	0,6	0,3
H Máquinas, aparelhos e partes	2 070	2 259	9,1	11,7	-2,3	14,2	14,6
H1 Aparelhos de som e imagem	397	348	-12,3	-12,7	0,4	2,7	2,3
H2 Transf., cabos e apar. distrib. energia	374	417	11,7	5,8	5,5	2,6	2,7
H3 Informática, memórias e circuitos int.	167	190	13,7	41,3	-19,5	1,1	1,2
H4 Motores e geradores eléctricos	50	53	5,2	11,1	-5,3	0,3	0,3
H5 Motores de explosão, diesel e partes	70	65	-6,9	10,4	-15,7	0,5	0,4
H6 Outras máq. e aparelhos mecânicos	799	902	12,9	13,5	-0,6	5,5	5,8
H7 Outras máq. e aparelhos eléctricos	213	283	32,9	37,5	-3,3	1,5	1,8
I Material transp. terrestre e partes [2]	2 120	2 297	8,3	4,9	3,3	14,6	14,9
- Veículos automóveis, tractores e ciclos	2 119	2 296	8,3	4,9	3,3	14,6	14,9
K Produtos acabados diversos	1 409	1 508	7,1	13,0	-5,2	9,7	9,8
K1 Cerâmica, vidro e suas obras	312	326	4,5	2,8	1,6	2,1	2,1
K2 Mobiliário, colchões e candeeiros	458	482	5,3	10,8	-5,0	3,2	3,1
K3 Aparelhos científicos e de precisão	397	469	17,9	31,6	-10,4	2,7	3,0
K4 Outros produtos acabados	241	231	-4,2	-0,5	-3,7	1,7	1,5
Total sem aeronaves e embarcações	14 452	15 339	6,1	6,2	-0,1	99,5	99,4
J Aeronaves, embarcações e partes [3]	79	100	26,5	-	-	0,5	0,6
Total das exportações	14 531	15 438	6,2	6,3	-0,1	100,0	100,0

Por memória:

Total sem Energéticos	13 557	14 483	6,8	6,7	0,1	93,3	93,8
------------------------------	---------------	---------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

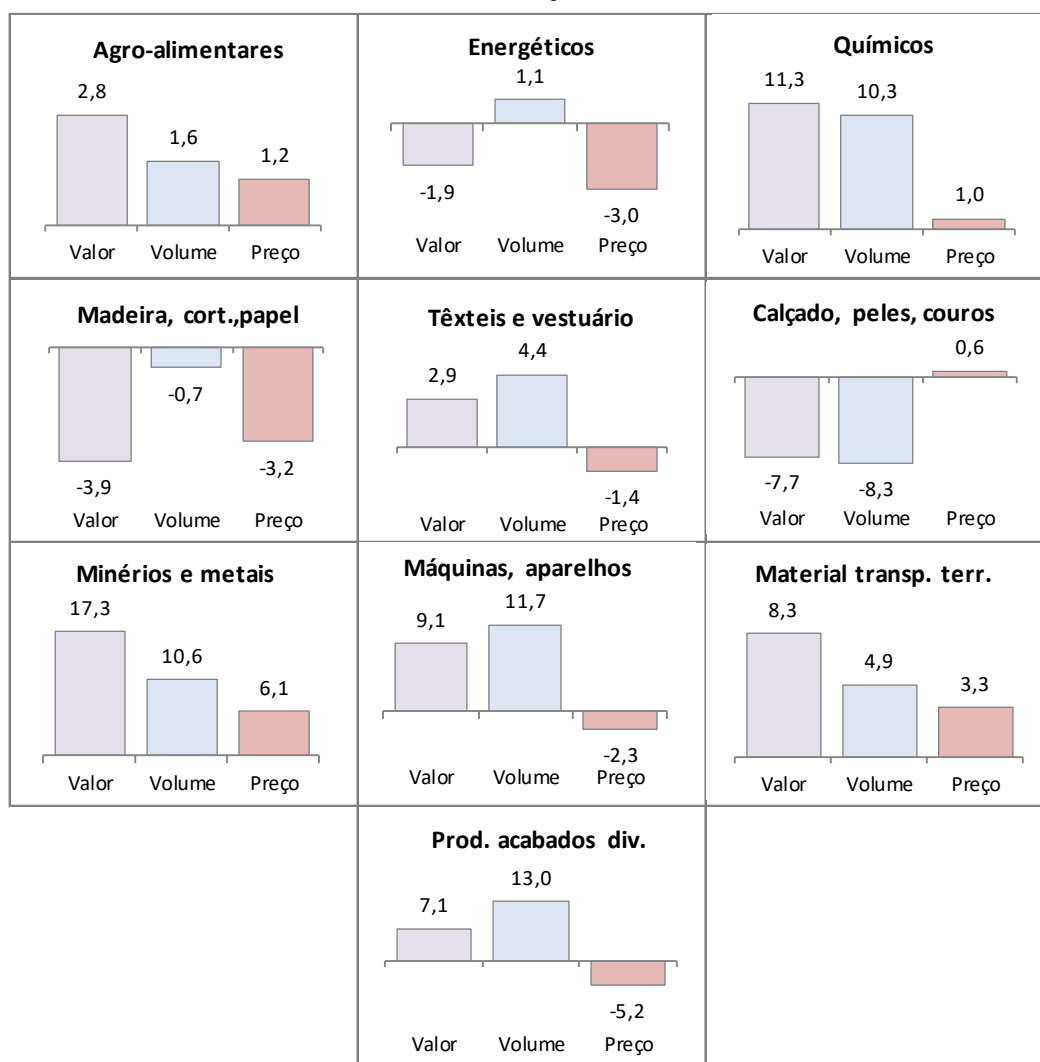
[1] Índice de preço da electricidade calculado em UNS.

[2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea (Capº 86 e 87 da NC).

[3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2020 e 2021, com última actualização em 10 de Maio de 2021 (<http://www.ine.pt>).

Exportações por grupos de produtos
- Taxas de variação em valor, volume e preço -
Janeiro a Março de 2021



Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2020 e 2021, com última actualização em 10 de Maio de 2021 (<http://www.ine.pt>).

À exceção dos grupos "Calçado, peles e couros" (-7,7%), "Madeira, cortiça e papel" (-3,9%) e "Energéticos" (-1,9%), verificaram-se acréscimos em **valor**, face ao ano anterior, nos restantes grupos de produtos.

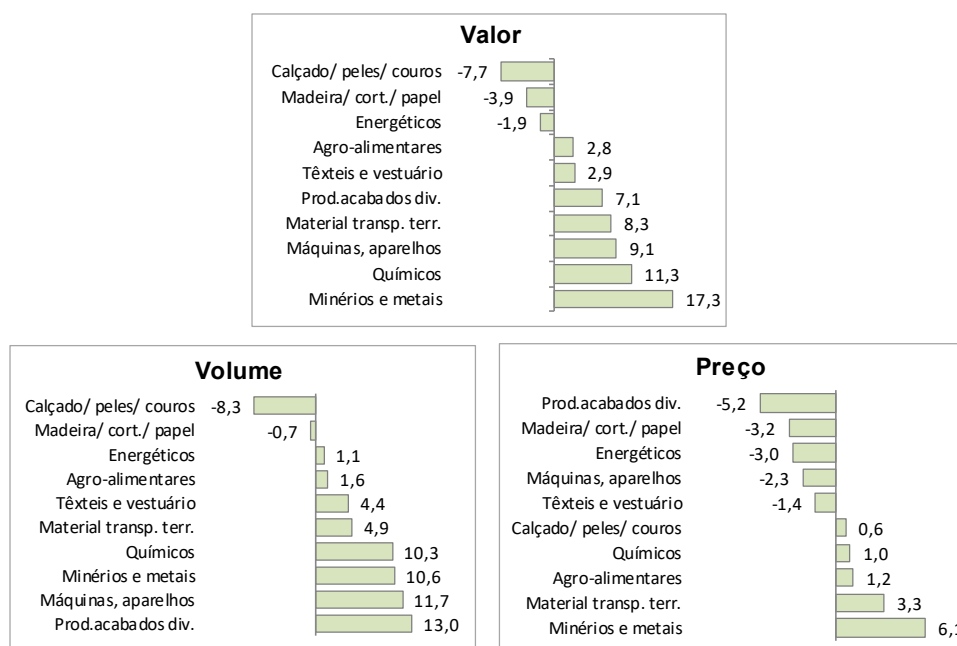
Os maiores acréscimos incidiram nos grupos "Minérios e metais" (+17,3%), "Químicos" (+11,3%), "Máquinas, aparelhos e partes" (+9,1%), "Material de transporte terrestre e partes" (+8,3%) e "Produtos acabados diversos" (+7,1%).

Seguiram-se os grupos "Têxteis e vestuário" (+2,9%) e "Agro-alimentares" (+2,8%).

No grupo "Aeronaves, embarcações e partes", não constante dos gráficos seguintes por não ser, à semelhança das importações, objeto de cálculo dos índices de volume e preço, verificou-se um acréscimo em valor de +26,5%.

Em **volume**, à exceção dos grupos "Calçado, peles e couros" (-8,3%) e "Madeira, cortiça e papel" (-0,7%), verificaram-se acréscimos nos restantes, com destaque para os grupos "Produtos acabados diversos" (+13,0%), "Máquinas, aparelhos e partes" (+11,7%), "Minérios e metais" (+10,6%) e "Químicos" (+10,3%). Seguiram-se os grupos "Material de transporte terrestre e partes" (+4,9%), "Têxteis e vestuário" (+4,4%), "Agro-alimentares" (+1,6%) e "Energéticos" (+1,1%).

**Taxas de variação homóloga das exportações
por Grupos de Produtos
Janeiro a Março de 2021**



*Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2020 e 2021,
com última actualização em 10 de Maio de 2021 (<http://www.ine.pt>).*

No âmbito do **preço** verificaram-se acréscimos nas exportações dos grupos "Minérios e metais" (+6,1%), "Material de transporte terrestre e partes" (+3,3%), "Agro-alimentares" (+1,2%), "Químicos" (+1,0%) e "Calçado, peles e couros" (+0,6%).

Os descidas incidiram nos grupos "Produtos acabados diversos" (-5,2%), "Madeira, cortiça e papel" (-3,2%), "Energéticos" (-3,0%), "Máquinas, aparelhos e partes" (-2,3%), e "Têxteis e vestuário" (-1,4%).

6. Representatividade das amostras

Como se pode observar no quadro seguinte, a representatividade das amostras globais de cada uma das vertentes comerciais, que serviram de base ao cálculo dos índices de preço de Paasche, envolvendo mais de 18 000 posições pautais a oito dígitos da Nomenclatura Combinada, foi da ordem dos 90%.

**Representatividade das amostras por grupos de produtos (%)
Janeiro a Março de 2021**

Grupos de Produtos	Importação		Exportação	
	2019	2020	2019	2020
TOTAL	87,3	86,5	90,2	89,1
A Agro-alimentares	91,1	91,0	91,1	90,9
B Energéticos	94,1	90,4	94,8	85,5
C Químicos	83,7	81,7	91,8	92,3
D Madeira, cortiça e papel	87,9	89,6	96,3	95,2
E Têxteis e vestuário	93,6	92,5	90,7	90,7
F Calçado, peles e couros	91,8	92,7	93,6	94,0
G Minérios e metais	87,7	90,0	93,6	92,5
H Máquinas, aparelhos e partes	78,0	80,0	76,7	74,8
I Material transp. terrestre e partes	94,4	94,1	93,1	92,6
K Produtos acabados diversos	79,8	78,4	89,9	90,1

ANEXO

**Definição do conteúdo dos grupos e subgrupos de produtos
a partir da Nomenclatura Combinada**

Grupos e Subgrupos		NC
A	Agro-alimentares	01 a 24
A1	Bebidas alcoólicas	2203 a 2208
A2	Conservas e prep. alimentares	16, 19 a 21
A3	Produtos da pesca	03
A4	Carnes e lacticínios	02, 04
A5	Frutas e hortícolas	07, 08
A6	Oleaginosas, gorduras e óleos	12, 15
A7	Outros agro-alimentares	01, 05, 06, 09 a 11, 13, 14, 17, 18, 2201, 2202, 2209, 23, 24
B	Energéticos	27
B1	Refinados de petróleo	2710
B2	Outros produtos energéticos	2701 a 2709, 2711 a 2716
C	Químicos	28 a 40
C1	Farmacêuticos	2936 a 2939, 2941, 30 (-) 2939 99 00 e 3002 9090
C2	Plásticos e outros petroquímicos	2901 a 2904, 39
C3	Borracha e suas obras	40
C4	Outros produtos químicos	28, 2905 a 2935, 2940, 2942, 31 a 38 (+) 2939 99 00 e 3002 9090
D	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
D1	Madeira e suas obras	44, 46
D2	Cortiça e suas obras	45
D3	Pastas de papel	47
D4	Papel, cartão e publicações	48, 49
E	Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
E1	Têxteis e suas obras	50 a 60, 63
E2	Vestuário e seus acessórios	61, 62, 65 a 67
F	Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
F1	Calçado	64
F2	Peles, couros e suas obras	41 a 43
G	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
G1	Matérias minerais e minérios	25, 26
G2	Ferro, aço e suas obras	72, 73
G3	Cobre e suas obras	74
G4	Alumínio e suas obras	76
G5	Outros metais comuns e suas obras	75, 78 a 83
G6	Pedras e metais preciosos	71
H	Máquinas e aparelhos, e suas partes	84, 85
H1	Aparelhos de som e imagem	8517 a 8529
H2	Transf., cabos e aparelh. distrib. energia	8504, 8533 a 8538, 8544, 8546, 8547
H3	Informática, memórias e circuitos integ.	8471, 8541, 8542
H4	Motores e geradores eléctricos	8501 a 8503
H5	Motores de explosão, diesel e partes	8407 a 8409
H6	Outras máquinas e aparelhos, mecânicos	8401 a 8406, 8410 a 8470, 8472 a 8487
H7	Outras máquinas e aparelhos, eléctricos	8505 a 8516, 8530 a 8532, 8539 a 8540, 8543, 8545, 8548
I	Material de transp. terrestre e suas partes [1]	86, 87
	- Veículos automóveis, tractores e ciclos	87
J	Aeronaves, embarcações e suas partes [2]	88, 89
K	Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99
K1	Cerâmica, vidro e suas obras	69, 70
K2	Mobiliário, colchões e candeeiros	94
K3	Aparelhos científicos e de precisão	90
K4	Outros produtos acabados	68, 91 a 93, 95 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

O efeito orçamental do envelhecimento em Portugal – Atualização de 2021

Conceição Nunes*

Resumo

"O envelhecimento populacional está prestes a tornar-se numa das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações transversais a todos os setores da sociedade – no mercado laboral e financeiro; na procura de bens e serviços como a habitação, nos transportes e na proteção sociais; e nas estruturas familiares e laços intergeracionais." (Nações Unidas)

O envelhecimento da população caracteriza-se por uma alteração da estrutura demográfica em que a proporção da população com 60 e mais anos é cada vez maior. A taxa de fertilidade mundial, que em meados do século XX rondava os 5%, atualmente situa-se em metade e as projeções indicam que daqui a oitenta anos situar-se-á abaixo dos 2%. Este facto, em simultâneo com a diminuição da taxa de mortalidade, implicará um aumento da proporção da população mundial com 60 ou mais anos em cerca de 15 p.p. nos próximos 80 anos.

O envelhecimento da população acarretará mudanças radicais nas necessidades e capacidades da população e nas principais variáveis económicas como emprego, a poupança, o consumo, o crescimento económico, o stock de ativos e o saldo orçamental.

O ECOFIN, com o objetivo de avaliar a sustentabilidade das finanças públicas, mandatou o Comité de Política Económica para a produção de uma nova projeção para a despesa pública com o envelhecimento. Os resultados expressos no Ageing Report 2021¹, aqui apresentados de forma muito sucinta e com ênfase no caso português, são tidos em conta no contexto da coordenação de políticas a nível da União Europeia (UE), nomeadamente no âmbito do semestre europeu.

De acordo com o Relatório, a despesa pública portuguesa relacionada com o envelhecimento deverá diminuir 1,3 p.p. do PIB entre 2019 e 2070, o que compara com um aumento de 1,7 p.p. para a área do euro e 1,9 p.p. para a UE. Esta diminuição resulta essencialmente do comportamento da despesa com pensões que deverão diminuir 3,2 p.p. no período. Em sentido oposto, as despesas com saúde e cuidados de longa duração deverão aumentar 1,6 p.p. (0,9 p.p. na área do euro e UE) e 0,4 p.p. (0,9 p.p. na área do euro e 1,1 p.p. na UE) no horizonte da projeção. Contudo, considerando o período até 2040, o aumento da despesa total deverá ser mais acentuado (2,7 p.p.) uma vez que a despesa com pensões deverá aumentar até 2035 (1,9 p.p.).

Os cenários de sensibilidade à produtividade total dos fatores (cenário risco TFP)² e a riscos não demográficos (cenário risco AWG)³ apontam para uma evolução menos favorável da despesa (-0,6 p.p. e +7 p.p. do PIB, respetivamente). No cenário risco TFP o agravamento deve-se ao decréscimo menos acentuado da despesa com pensões (-2,4 p.p., que compara com -

* Técnica do GPEARI-MF. As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade da autora podendo não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são da responsabilidade da autora.

¹ The 2021 Ageing Report, Economic and budgetary projections for the EU Member States (2019-2070), Institutional Paper 148, May 2021.

Disponível em https://ec.europa.eu/info/publications/2021-ageing-report-economic-and-budgetary-projections-eu-member-states-2019-2070_en.

² Neste cenário assume-se que a produtividade total dos fatores (TFP) converge para um valor mais baixo (0,8% em vez de 1% em 2070). Esta hipótese tem impacto na despesa com pensões, saúde e cuidados de longa duração.

³ Este cenário pressupõe que os custos não demográficos pressionam as despesas de saúde e com os cuidados de longa duração.

3,2 p.p. do cenário base), enquanto cenário risco AWG o aumento é justificado pela variação mais acentuada da despesa com cuidados de longa duração (+7,4 p.p. que no cenário base) e, com menor peso, da saúde (+1 p.p. que no cenário base).

Os resultados obtidos projetam um aumento da despesa superior em 0,5 p.p. no período 2019 a 2040 face as projeções do Ageing Report 2018, devido a um menor decréscimo da despesa com educação (-0,3 p.p. face a -0,8 p.p.) e a um maior aumento da despesa com pensões (+1,6 p.p. versus +1,2 p.p.), parcialmente compensada por menores crescimentos da despesa com saúde (+1,2 p.p. versus +1,4 p.p.) e cuidados de longa duração (+0,2 p.p. versus +0,3 p.p.). No período 2019 a 2070, as projeções do Ageing Report 2018 apontavam para um aumento da despesa total em 0,4 p.p. que compara com uma variação negativa de 1,3 p.p. Para tal contribuem as despesas com pensões (-3,2 p.p. versus -2,2 p.p.), com saúde (+1,6 p.p. versus +2,2 p.p.) e com cuidados de longa duração (0,4 p.p. que compara com 0,8 p.p.), parcialmente compensada pela variação da despesa com educação (-0,1 p.p. que compara com -0,4 p.p.).

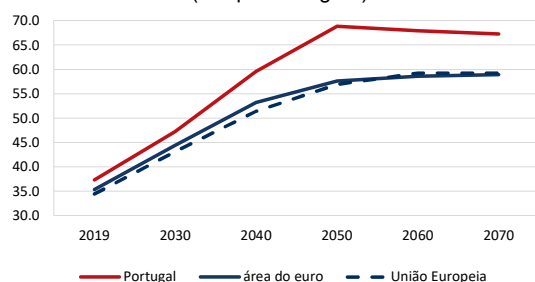
Neste artigo apresentam-se as principais hipóteses demográficas (secção 1) e macroeconómicas (secção 2), os principais resultados para Portugal da despesa pública com o envelhecimento (secção 3) e a sua comparação com os relatórios anteriores (secção 4), particularizando-se alguns resultados da despesa com pensões (secção 5),

Palavras-Chave: *Envelhecimento, Pensões, Despesas de Saúde, Cuidados de Longa Duração, Despesas de Educação, Despesa Pública, Sustentabilidade, Finanças Públicas, Objetivo de Médio Prazo, Semestre Europeu.*

1. Hipóteses demográficas

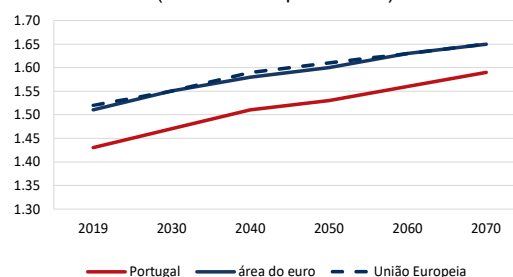
De acordo com as últimas projeções demográficas realizadas pelo Eurostat (EUROPOP19), o rácio de dependência de idosos⁴ atingirá em 2070 um dos valores mais elevado da UE (67,3%)⁵ (Gráfico 1). Isto resulta do facto de Portugal apresentar um valor bastante elevado para este rácio em 2019 (37,3%)⁶ e um forte crescimento no período (+30 p.p.)⁷, um dos mais elevados da EU.

Gráfico 1: Rácio de dependência de idosos
(Em percentagem)



Fonte: EUROSTAT, EUROPOP2019.

Gráfico 2: Índice sintético de fecundidade
(Nados vivos por mulher)



Fonte: EUROSTAT, EUROPOP2019

A diminuição do índice sintético de fecundidade (Gráfico 2)^{8, 9}, ainda que tendo como hipótese a sua convergência para um valor âncora em 2100¹⁰, conjugada com o aumento da esperança de vida são os principais fatores explicativos do envelhecimento e diminuição da população. A esperança de vida à nascença (Gráficos 3 e 4) para Portugal deverá aumentar 5,6 anos para as mulheres e 7,1 anos para os homens, no período da projeção. Se no caso das mulheres, as projeções para 2070 são similares às da UE e área do euro (90,6 anos na área do euro e 90,3 anos na UE), no caso dos homens, as projeções apontam para que este indicador atinja em 2070 um valor ligeiramente inferior ao da UE e área do euro (-0,8 anos face à UE e -0,4 anos face à área do euro). A esperança de vida aos 65 anos aumentará para as mulheres 4,5 anos (4,8 anos na UE), entre 2019 e 2070, e 4,8 anos para os homens (5,1 anos na UE).

⁴ Rácio entre a população com mais de 64 anos em percentagem da população com idade compreendida entre os 20 e 64 anos.

⁵ A Polónia é o único países da UE que apresenta um valor superior ao de Portugal em 2070 (67.8%).

⁶ O quarto mais elevado da UE, a seguir à Itália, Finlândia (38,9%) e Grécia (37,9%).

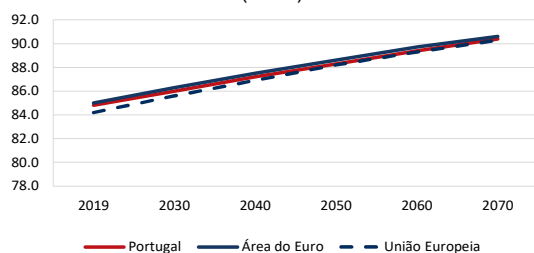
⁷ Polónia, Eslováquia, Luxemburgo, Lituânia, Malta, Roménia e Croácia são os países que apresentam aumentos superiores ao de Portugal.

⁸ O índice sintético de fecundidade é uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria até o fim de seu período reprodutivo, mantidas constantes as taxas observadas para cada idade na referida data. Para que a reposição populacional seja assegurada, a taxa de fecundidade não pode ser inferior a 2,1 filhos por mulher.

⁹ Em Portugal o índice sintético de fecundidade tem vindo a decrescer desde a segunda metade da década de 1960 e situa-se abaixo de 2,1 desde 1982. Contudo, nos últimos seis anos este indicador tem mostrado melhorias (aumentou de 1,21 em 2013 para 1,42 em 2019).

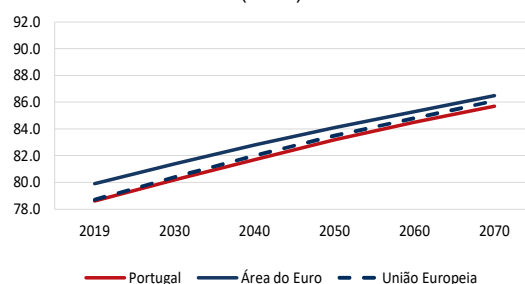
¹⁰ O valor da âncora é de 1,83 que corresponde ao valor máximo, em 2100, nas projeções das Nações Unidas dos países considerados no EUROPOP2019, em particular a França.

Gráfico 3: Esperança de vida à nascença Mulheres (Anos)



Fonte: EUROSTAT, EUROPOP2019

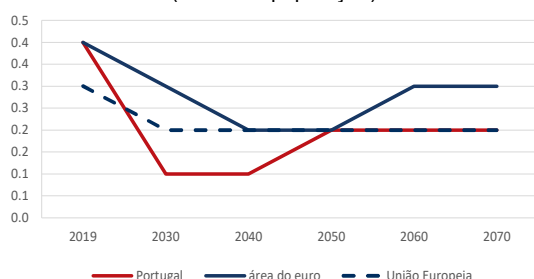
Gráfico 4: Esperança de vida à nascença Homens (Anos)



Fonte: EUROSTAT, EUROPOP2019.

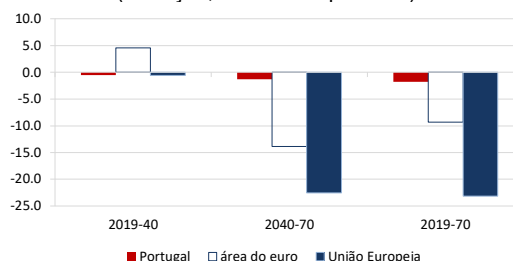
A interação destes pressupostos com as previsões para os fluxos migratórios (Gráfico 5), resulta numa diminuição da população portuguesa em 17,5% entre 2019 e 2070, com maior incidência a partir de 2030. Estas projeções colocam Portugal no grupo dos países da UE com maior diminuição da população¹¹.

Gráfico 5: Migração líquida (Em % da população)



Fonte: EUROSTAT, EUROPOP2019.

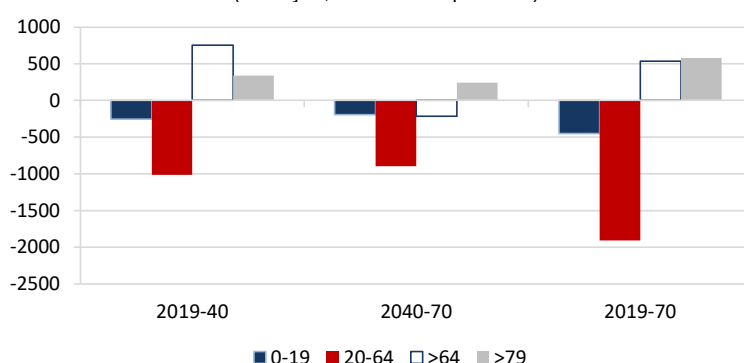
Gráfico 6: Variação da população total (Variação, milhões de pessoas)



Fonte: EUROSTAT, EUROPOP2019.

A redução da população é mais acentuada na população em idade ativa (20-64) (31,4%), sendo que a população com menos de 20 anos diminui 23,1%, no horizonte da projeção. A população acima dos 64 anos aumenta 23,7%, salientando-se que a população com 80 e mais anos quase que duplica (86,7%).

Gráfico 7: Variação da população por grupos etários (Variação, milhares de pessoas)



Fonte: EUROSTAT, EUROPOP2019.

2. Hipóteses macroeconómicas

O efeito demográfico nas projeções macroeconómicas é, em parte, atenuado pelo previsível aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, em consequência do aumento da idade normal de reforma (indexada à esperança de vida aos 65 anos), de uma maior partici-

¹¹ Os países da UE onde se prevê que tenham uma diminuição da população superior à Portugal são Letónia, Lituânia, Roménia, Bulgária, Croácia, Grécia e Polónia.

pação das mulheres no mercado de trabalho e, com efeito contrário, de uma menor participação das idades mais novas¹². Assim, estima-se que a taxa de participação aumente 4,3 p.p., sendo que as mulheres terão um contributo maior no incremento (6,3 p.p. versus 2,2 p.p. dos homens). Comparativamente com a UE e a área do euro, para Portugal projetam-se taxas de participação superior à UE e à área do euro em todo o horizonte temporal que derivam de valores superiores no ano base e de variações mais acentuadas no período (Quadro 1).

Quadro 1: Taxa de participação

(Em percentagem e pontos percentuais)

	Taxa de participação (20-64)				Taxa de participação (20-64) - Homens				Taxa de participação (20-64) - Mulheres			
	2019	2040	2070	Var. 2019-70	2019	2040	2070	Var. 2019-70	2019	2040	2070	Var. 2019-70
Portugal	81.4	83.5	85.7	4.3	84.9	85.5	87.1	2.2	78.3	81.8	84.5	6.3
Área do Euro	78.4	80.5	81.0	2.5	84.1	84.3	84.5	0.4	72.8	76.7	77.4	4.6
União Europeia	78.2	80.0	80.7	2.5	84.2	84.4	84.7	0.5	72.2	75.6	76.6	4.4

Fonte: The 2021 Ageing Report: Underlying assumptions and projection methodologies, Institutional Paper 142, November 2020.

A par da taxa de participação da população no mercado de trabalho, é também importante o comportamento da taxa de desemprego e da taxa de emprego. Metodologicamente assume-se que as taxas de desemprego convergem para a NAWRU ("Non-accelerating wage rate of unemployment") até 2024¹³ e, no longo prazo, para a âncora de cada país ou para a mediana das âncoras¹⁴ dos países da UE, consoante seja o menor dos dois valores. No caso de Portugal (Quadro 2), a taxa de desemprego dos 20-64 anos deverá manter-se a partir de 2029 à volta de 6,2%. A taxa de emprego dos 20-64 anos deverá passar de 76,2%, em 2019, para 80,4%, em 2070¹⁵, sendo o principal contributo dado pelas mulheres e pelo grupo etário dos 55 aos 64 anos.

Quadro 2: Taxa de emprego e desemprego

(Em percentagem)

	Taxa de emprego (20-64)				Taxa de desemprego (20-64)			
	2019	2040	2070	Var. 2019-70	2019	2040	2070	Var. 2019-70
Portugal	76.2	78.3	80.4	4.2	6.4	6.2	6.2	-0.2
Área do Euro	72.6	75.1	76.3	3.7	7.5	6.8	5.8	-1.7
União Europeia	73.1	75.0	76.2	3.1	6.6	6.3	5.5	-1.1

Fonte: The 2021 Ageing Report: Underlying assumptions and projection methodologies, Institutional Paper 142, November 2020.

Assim, assume-se que o PIB potencial¹⁶ cresce 1,2% em média no período da projeção, inferior ao crescimento da área do euro e UE (1,3%) (Gráfico 8 e 9), sendo de salientar o contributo negativo da variação da população e da sua estrutura etária (Gráfico 10).

¹² Nas projeções é aplicado um mecanismo de correção para as idades mais jovens (15 aos 29 anos) em que a taxa de participação se mantém idêntica à do ano base e as taxas de participação do grupo 20-29 anos aumentam de acordo com o Cohort Simulation Model ou são mantidas ao nível do ano base.

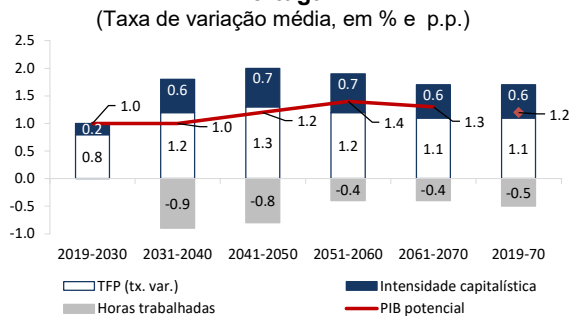
¹³ Ano em que o hiato do produto é fechado.

¹⁴ No caso específico de Portugal, a taxa de desemprego 15-64 anos converge para a âncora específica (6.4%), dado que a mediana da âncora dos países da UE é 7%.

¹⁵ Apesar de a taxa de emprego aumentar no horizonte da projeção, a população empregada diminui 27,6% em consequência da evolução demográfica.

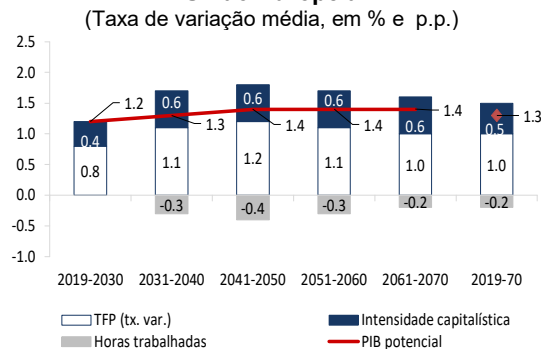
¹⁶ As projeções têm como ponto de partida as previsões da Comissão Europeia da primavera 2020.

Gráfico 8: Contributos p/ a variação do PIB potencial Portugal
(Taxa de variação média, em % e p.p.)



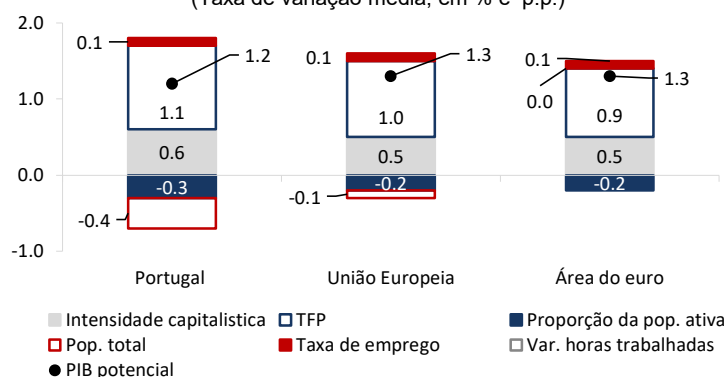
Fonte: The 2021 Ageing Report: Underlying assumptions and projection methodologies, Institutional Paper 142, November 2020.

Gráfico 9: Contributos p/ a variação do PIB potencial União Europeia
(Taxa de variação média, em % e p.p.)



Fonte: The 2021 Ageing Report: Underlying assumptions and projection methodologies, Institutional Paper 142, November 2020.

Gráfico 10: Contributos para a variação do PIB potencial – 2019-70
(Taxa de variação média, em % e p.p.)



Fonte: The 2021 Ageing Report: Underlying assumptions and projection methodologies, Institutional Paper 142, November 2020.

O cenário base apresentado assume a inexistência de alterações de política. Contudo, dado o horizonte temporal e a incerteza inerente, foram realizadas outras projeções que simulam alterações económicas ou dos principais condicionantes. Neste trabalho, para o total da despesa pública¹⁷, irão ser abordados os dois cenários alternativos utilizados na análise de sustentabilidade das finanças públicas realizado pela Comissão Europeia, nomeadamente, i) o cenário risco TFP e o ii) o cenário risco AWG com implicações na despesa com saúde e cuidados de longa duração. Adicionalmente, devido à incerteza resultante da crise pandémica, serão apresentados dois cenários macroeconómicos alternativos: a) um cenário de recuperação desfasada e b) um cenário com impacto estrutural adverso.

No cenário risco TFP¹⁸, a TFP converge para 0,8% em 2070, em vez da hipótese de 1% do cenário base. Este cenário resulta num crescimento médio do produto potencial inferior em 0,2 p.p. para Portugal e UE. O cenário risco AWG pretende quantificar o efeito da tendência observada nos últimos anos de aumento dos custos na saúde e cuidados de longa duração decorrentes do desenvolvimento tecnológico¹⁹ ou da convergência da cobertura e dos custos na UE²⁰. O cenário de recuperação desfasada assume que a pandemia tem um impacto limitado no crescimento potencial²¹, mas tem uma desaceleração cíclica mais pronunciada e uma fase

¹⁷ Na Secção irão ser apresentados adicionalmente outros cenários.

¹⁸ Este cenário tem impacto nas projeções com pensões, saúde e cuidados continuados.

¹⁹ No caso da despesa com saúde admite-se que a sensibilidade aos custos no ano base é superior em 0,4 p.p. à do cenário base.

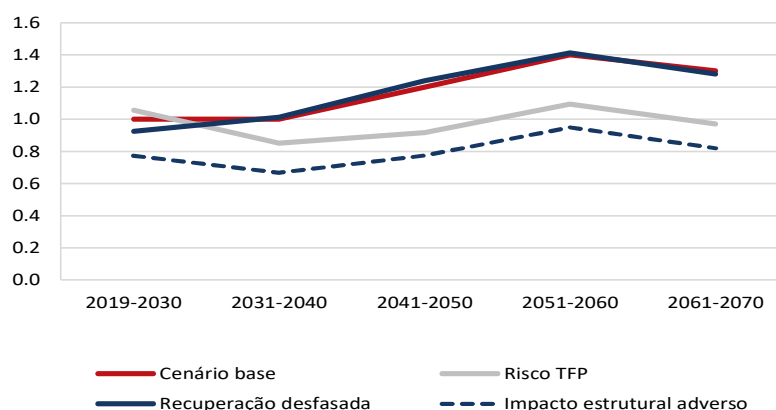
²⁰ No caso da despesa com cuidados de longa duração assume-se que o perfil de custo de cada país converge para a média da UE em 2070 e que a probabilidade de receber cuidados formais (em espécie ou em dinheiro) converge igualmente para a média da UE em 2070.

²¹ O efeito no PIB potencial faz-se sentir em 2020 e 2021; em termos do crescimento real, a uma maior recessão em 2020 e 2021, segue-se uma maior recuperação até 2028.

de recuperação mais longa. O cenário com impacto estrutural adverso apresenta, para além do efeito cíclico, um menor crescimento do produto potencial na próxima década, resultando num crescimento permanentemente inferior ao do cenário base (0,8% em média versus 1,2% do cenário base, no caso de Portugal).

Gráfico 11: Cenários macroeconómicos alternativos – PIB potencial
Portugal

(Taxa de variação média, em %)



Fonte: The 2021 Ageing Report: Economic & budgetary projections for the EU Member States (2019-2070), Institutional Paper 148, May 2021.

3. Impacto orçamental do envelhecimento da população

A despesa pública relacionada com o envelhecimento da população (despesa com pensões, saúde, cuidados de longa duração e educação) deverá aumentar 2,7 p.p. do PIB até 2040, momento a partir do qual a tendência se inverterá, diminuindo 4,1 p.p. do PIB até 2070 (Quadro 3)²². Na área do euro e UE a despesa aumentará até por volta de 2050 (2,4 p.p. e 2,5 p.p., respetivamente), diminuindo depois até ao final da projeção (-0,7 p.p. e -0,6 p.p., respetivamente). O acréscimo da despesa nas primeiras duas décadas é explicado predominantemente pelo crescimento da despesa com pensões, e, com menor peso, da despesa com saúde e com cuidados de longa duração, enquanto as despesas com educação diminuem. Nas últimas três décadas da projeção, será a despesa com pensões a dar o contributo para a variação negativa da despesa, dado que a despesa com educação se matem quase inalterada ou até aumenta (0,2 p.p. em Portugal e 0,1 p.p. na UE).

Quadro 3: Evolução projetada da despesa pública relacionada com o envelhecimento
Cenário base

(Em percentagem e pontos percentuais do PIB)

	Pensões				Saúde				Cuidados de longa duração				Educação				Total			
	2019	Var. 2019-40	Var. 2040-70	Var. 2019-70	2019	Var. 2019-40	Var. 2040-70	Var. 2019-70	2019	Var. 2019-40	Var. 2040-70	Var. 2019-70	2019	Var. 2019-40	Var. 2040-70	Var. 2019-70	2019	Var. 2019-40	Var. 2040-70	Var. 2019-70
Portugal	12,7	1,6	-4,8	-3,2	5,7	1,2	0,4	1,6	0,4	0,2	0,2	0,4	4,3	-0,3	0,2	-0,1	23,1	2,7	-4,0	-1,3
Área do Euro	12,1	1,3	-1,2	0,1	6,7	0,7	0,2	0,9	1,7	0,5	0,4	0,9	4,1	-0,2	0,0	-0,2	24,6	2,3	-0,6	1,7
União Europeia	11,6	1,2	-1,1	0,1	6,6	0,7	0,2	0,9	1,7	0,6	0,5	1,1	4,1	-0,3	0,1	-0,2	24,0	2,2	-0,3	1,9

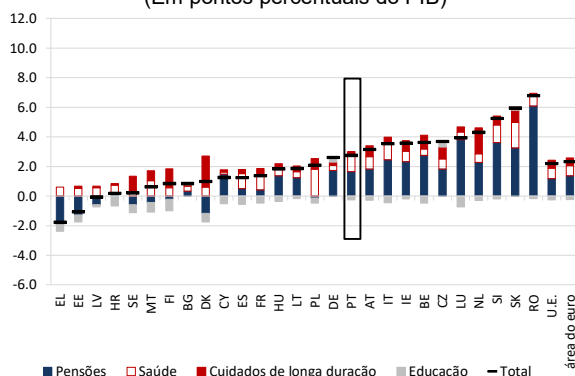
Fonte: The 2021 Ageing Report: Economic & budgetary projections for the EU Member States (2019-2070), Institutional Paper 148, May 2021.

Comparativamente com os restantes países da UE, até 2040, Portugal é o quarto país com maior aumento da despesa com saúde, décimo em despesa com educação (já que só quatro países apresentam acréscimos de despesa), o décimo segundo em despesa com pensões e o décimo nono em despesa com cuidados de longa duração. No horizonte total da projeção, Portugal é o segundo país com maior decréscimo da despesa com pensões, o nono em termos

²² No âmbito do trabalho do Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento e Sustentabilidade, as pensões são projetadas recorrendo aos modelos próprios de cada país, que permitem incorporar as especificidades dos sistemas de cada país, utilizando hipóteses comuns e submetidos a um processo de *peer-review*. As projeções relativas às restantes despesas associadas ao envelhecimento foram elaboradas pelos serviços da Comissão e discutidas no mesmo grupo de trabalho. Saliente-se o facto de estas projeções não pretenderem ser entendidas como previsões, mas simplesmente fornecerem informação sobre a magnitude das alterações económicas que poderão resultar das alterações demográficas num cenário de políticas invariáveis.

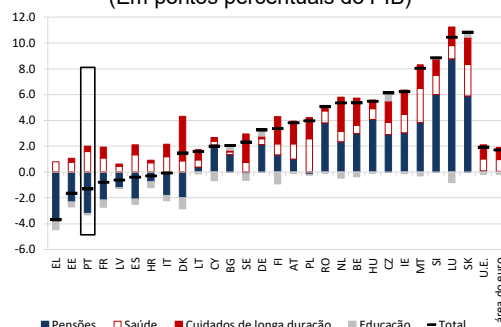
de cuidados de longa duração, mas apresenta o quarto maior crescimento em despesa com saúde e o décimo em despesa com educação (embora seja uma variação negativa). No total da despesa, até 2040, Portugal ocupa a décima primeira posição no *ranking* dos países com maior aumento, mas, até 2070, é o terceiro país com menor aumento da despesa.

Gráfico 12: Variação das despesas até 2040
(Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: The 2021 Ageing Report: Economic & budgetary projections for the EU Member States (2019-2070), Institutional Paper 148, May 2021.

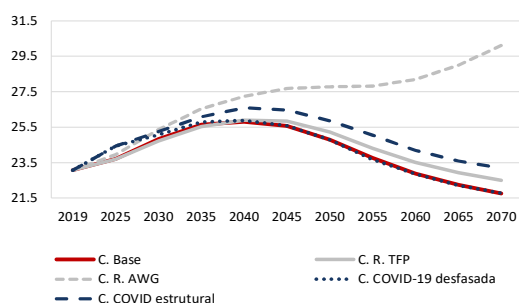
Gráfico 13: Variação das despesas até 2070
(Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: The 2021 Ageing Report: Economic & budgetary projections for the EU Member States (2019-2070), Institutional Paper 148, May 2021.

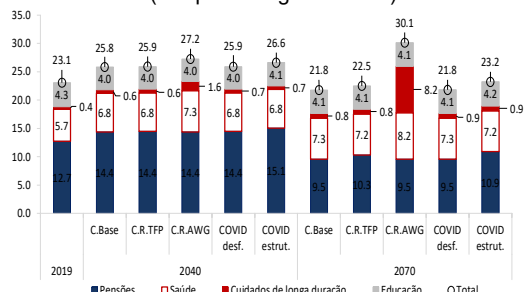
Os cenários de sensibilidade apresentados neste trabalho mostram idêntico comportamento com exceção do cenário risco AWG (Gráfico 14). Este cenário não apresenta a inflexão da tendência da despesa total na década de quarenta, exibe antes uma estabilização da despesa até meados da década de cinquenta, para retornar à tendência de crescimento até ao final do horizonte, devido ao acentuado crescimento da despesa com cuidados de longa duração (7,8 p.p. que compara com 0,4 p.p. do cenário base, entre 2019 e 2070) e, com menor peso, da despesa com saúde (2,6 p.p. versus 1,6 p.p. do cenário base) (Gráfico 15). O cenário de risco TFP projeta um nível de despesa superior ao do cenário base a partir do início da década de quarenta (0,1 p.p. que no cenário base em 2040), que vai aumentando à medida que o contributo acumulado da TFP no crescimento do PIB potencial é cada vez menor (atingindo 0,7 p.p. em 2070), e resulta do comportamento das pensões. O cenário relacionado com a situação pandémica, em que se simula uma recuperação desfasada, estima que a despesa seja superior à do cenário base até aos primeiros anos da década de quarenta, momento a partir do qual volta aos níveis do cenário base. Por outro lado, no cenário em que o produto potencial não retorna ao nível do cenário base, para lá do impacto em 2020 e 2021, os níveis de despesa são cada vez mais elevados que os do cenário base (+1,4 p.p. em 2070), sendo o principal contributo dado pela despesa com pensões.

Gráfico 14: Cenários de sensibilidade – total
(Em percentagem do PIB)



Fonte: The 2021 Ageing Report: Economic & budgetary projections for the 27 EU Member States (2019-2070), Institutional Paper 148, May 2021.

Gráfico 15: Cenários de sensibilidade – por despesa
(Em percentagem do PIB)

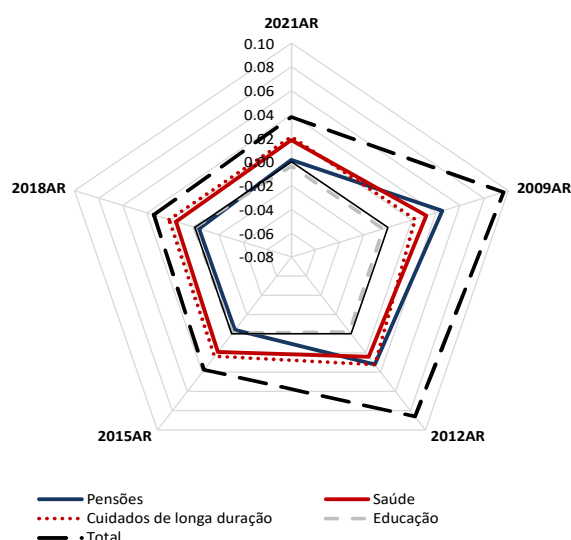


Fonte: The 2021 Ageing Report: Economic & budgetary projections for the 27 EU Member States (2019-2070), Institutional Paper 148, May 2021.

4. Comparação com os exercícios anteriores

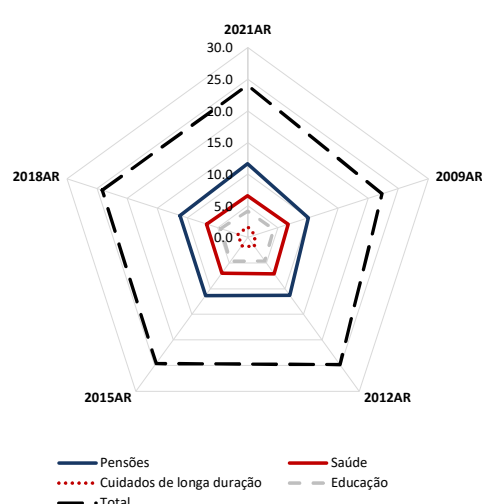
Nos últimos três exercícios, o crescimento médio anual da despesa pública²³ da U.E tem-se mantido estável (0.04 p.p./0,03 p.p. do PIB) e bastante inferior aos acréscimos projetados no Ageing Report 2012 e 2009 (0,09 p.p./0.1 p.p. do PIB). Porém, no ano base a despesa total tem vindo paulatinamente a diminuir (24,8% no Ageing Report 2012 para 24% no Ageing Report 2021), o que poderá ser explicado pela implementação de medidas de políticas, essencialmente a nível da despesa com pensões.

Gráfico 16: Despesa pública na UE
Varição média anual
(Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: The 2009 Ageing Report, European Economy 2/2009; The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012; The 2015 Ageing Report, European Economy 3/2015; The 2018 Ageing Report, Institutional paper 79, May 2018; The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021.

Gráfico 17: Despesa pública na UE
Ano base
(Em percentagem do PIB)



Fonte: The 2009 Ageing Report, European Economy 2/2009; The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012; The 2015 Ageing Report, European Economy 3/2015; The 2018 Ageing Report, Institutional paper 79, May 2018; The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021.

Além das alterações de políticas, as hipóteses macroeconómicas e demográficas para a média da UE têm vindo a ser alteradas: o crescimento médio do PIB potencial tem vindo a diminuir e a população, que até ao Relatório de 2015 aumentava, passou a diminuir.

Quadro 4: Principais hipóteses subjacentes – UE
(Variação no horizonte da projeção)

	2009AR 2007-60	2012AR 2010-60	2015AR 2013-60	2018AR 2016-70	2021AR 2019-70
PIB potencial (média) (%)	1.7	1.4	1.4	1.3	1.3
População (%)	2.1	2.9	3.1	-1.4	-5.2
Rácio de dependência de idosos (65+/20-64) (p.p.)	28.0	29.2	36.9	25.0	24.7

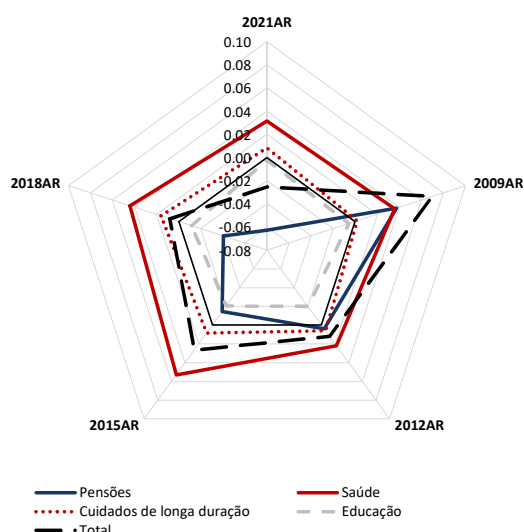
Nota: O rácio de dependência de idosos do Ageing Report 2009 é o da população com 65 anos (ou mais) sobre a população de 15-64 anos.

Fonte: The 2009 Ageing Report, European Economy 2/2009; The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012; The 2015 Ageing Report, European Economy 3/2015; The 2018 Ageing Report, Institutional paper 79, May 2018; The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021.

No caso de Portugal, a despesa total no ano base tem apresentado oscilações, entre 23,1% (2021AR) e 25,5% do PIB (2015AR), sendo que no 2021AR o valor do não base é inferior ao da média da UE, contrariamente ao que se tinha verificado nos dois exercícios anteriores. A projeção do crescimento médio da despesa pública para Portugal tem sido inferior ao da UE, sendo que no último exercício o sinal é contrário (em média a despesa pública na UE aumenta 0,04 p.p. do PIB ao ano, enquanto para Portugal diminui 0,03 p.p.).

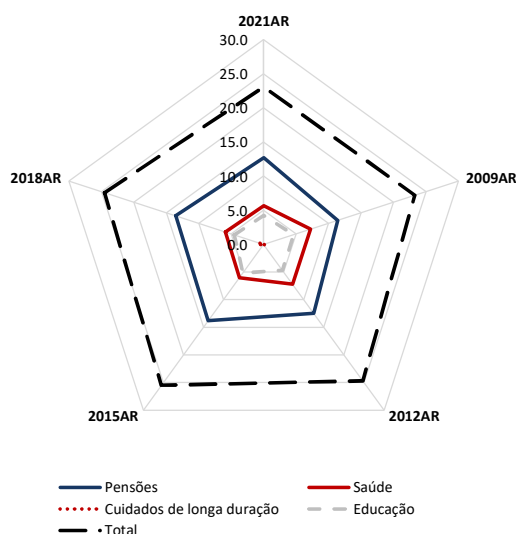
²³ A comparação é feita excluindo a despesa com desemprego da despesa total dos exercícios anteriores, dado que o Comité de Política Económica decidiu excluir a despesa com o subsídio de desemprego das despesas relacionadas com o envelhecimento.

Gráfico 18: Despesa pública em Portugal
Varição média anual
 (Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: The 2009 Ageing Report, European Economy 2/2009; The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012; The 2015 Ageing Report, European Economy 3/2015; The 2018 Ageing Report, Institutional paper 79, May 2018; The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021.

Gráfico 19: Despesa pública em Portugal
Ano base
 (Em percentagem do PIB)



Fonte: The 2009 Ageing Report, European Economy 2/2009; The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012; The 2015 Ageing Report, European Economy 3/2015; The 2018 Ageing Report, Institutional paper 79, May 2018; The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021.

Saliente-se a melhoria dos pressupostos macroeconómicos e demográficos do último exercício face aos três anteriores (2018AR, 2015AR e 2012AR).

Quadro 5: Principais hipóteses subjacentes – Portugal
 (Variação no horizonte da projeção)

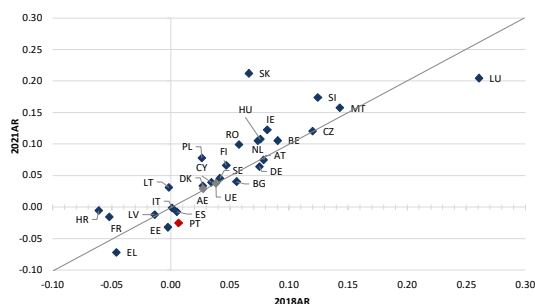
	2009AR	2012AR	2015AR	2018AR	2021AR
	2007-60	2010-60	2013-60	2016-70	2019-70
PIB potencial (média) (%)	1.8	1.2	0.9	0.9	1.2
População (%)	6.6	-3.7	-21.6	-23.6	-17.7
Rácio de dependência de idosos (65+/20-64) (p.p.)	31.1	32.9	36.9	35.5	30.0

Nota: O rácio de dependência de idosos do Ageing Report 2009 é o da população com 65 anos (ou mais) sobre a população de 15-64 anos.

Fonte: The 2009 Ageing Report, European Economy 2/2009; The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012; The 2015 Ageing Report, European Economy 3/2015; The 2018 Ageing Report, Institutional paper 79, May 2018; The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021.

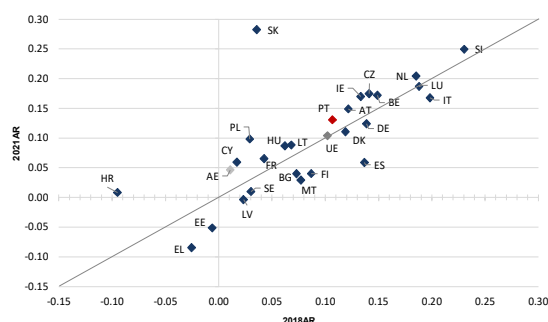
Comparando as projeções do Relatório de 2018 com o mais recente, e considerando o horizonte total da projeção, nove países (Grécia, Estónia, Itália, Espanha, Portugal, Bulgária, Áustria, Alemanha e Luxemburgo) apresentam menores crescimentos médios da despesa total. No horizonte temporal mais curto (até 2040), o número de países com menores variações da despesa aumenta para onze (Grécia, Letónia, Estónia, Itália, Espanha, Suécia, Bulgária, Finlândia, Alemanha, Malta e Luxemburgo). Destes países, quatro (Letónia, a Suécia, a Finlândia e Malta) têm melhores resultados até 2040 na comparação com o exercício anterior, mas piores quando se considera o horizonte total da projeção. Pelo contrário, Portugal e a Áustria apresentam piores resultado até 2040 na comparação com o exercício anterior.

Gráfico 20: Comparação da variação da despesa pública no horizonte da projeção
Variação média anual
 (Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: The 2018 Ageing Report, Institutional paper 79, May 2018; The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021.

Gráfico 21: Comparação da variação da despesa pública até 2040
Variação média anual
 (Em pontos percentuais do PIB)

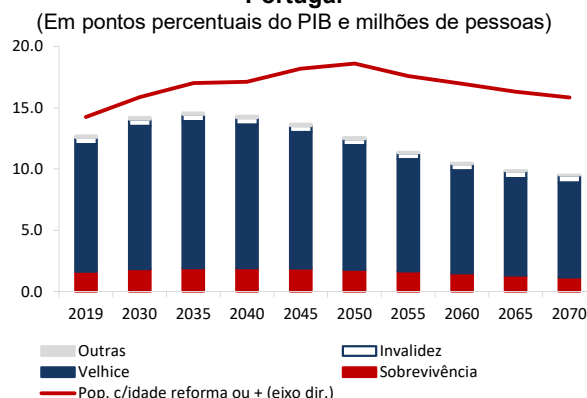


Fonte: The 2018 Ageing Report, Institutional paper 79, May 2018; The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021.

5. A despesa com pensões

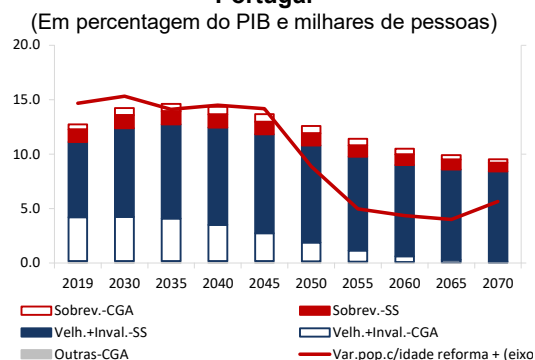
Projeta-se que a despesa pública com pensões em Portugal aumente de 12,7% do PIB, em 2019, para 14,6%, em 2035, altura em que atingirá o máximo, invertendo a tendência até 2070, quando se espera que atinja 9,5% do PIB. As pensões de velhice determinam este comportamento, aumentando 1,6 p.p. até 2035, quando se cifram em 12% do PIB, diminuindo posteriormente 4,2 p.p. até 2070. A despesa com pensões de velhice é determinada pela evolução da população com idade normal de reforma²⁴, que atinge o máximo em 2051, ainda que a partir de 2045 o ritmo de crescimento abrande. Por outro lado, a diminuição da despesa com pensões de velhice e invalidez no âmbito da CGA²⁵ (3,9 p.p. do PIB entre 2019 e 2070) explica a redução da despesa pública a partir de 2035, ainda que se verifique o aumento da população com idade de reforma. A despesa com pensões de invalidez deverá manter-se entre 0,5% e 0,6% do PIB, sendo que, a partir do início da década de cinquenta, desenha-se uma tendência crescente relacionada com o aumento da idade normal de reforma²⁶. A despesa com as pensões de sobrevivência apresenta uma tendência crescente até 2039, passando de 1,6%, em 2019, para 1,9% do PIB, em 2039, momento a partir do qual começa a diminuir, atingindo 1,1% do PIB em 2070.

Gráfico 22: Despesa pública com pensões e população c/ idade reforma ou mais Portugal
 (Em pontos percentuais do PIB e milhões de pessoas)



Fonte: Country Fiche, March 2021, GPEARI/MF, ASF e GEP/MTSS

Gráfico 23: Despesa pública com pensões por sistema Portugal
 (Em percentagem do PIB e milhares de pessoas)



Fonte: Country Fiche, March 2021, GPEARI/MF, ASF e GEP/MTSS.

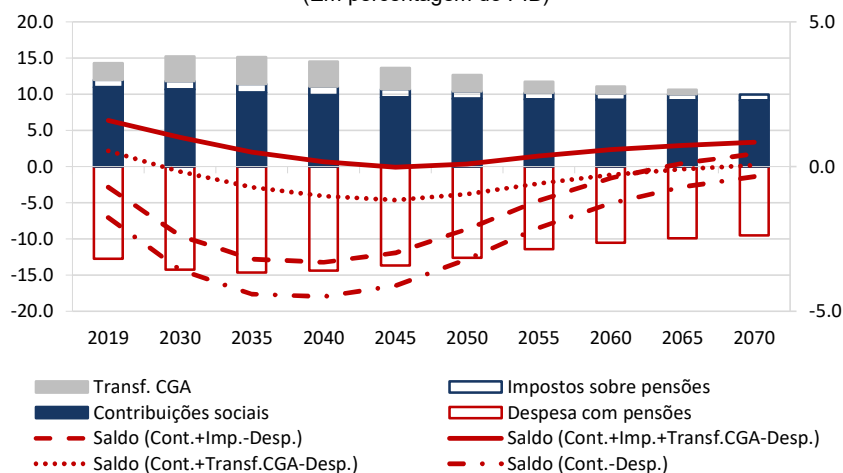
²⁴ A idade normal de reforma passa de 66 anos e 5 meses em 2019 para 69 anos e 4 meses em 2070.

²⁵ A CGA passou a ser um sistema fechado em 2006.

²⁶ A convalidação das pensões de invalidez para as pensões de velhice do regime da Segurança Social ocorre quando o beneficiário atinge a idade normal de reforma.

No que diz respeito ao financiamento do sistema público (considerando o regime contributivo e não contributivo) e incluindo na receita, para além das contribuições sociais, a transferência do Estado para cobrir o défice da CGA e os impostos sobre as pensões públicas²⁷, o saldo só é negativo em três anos da projeção (2045, 2046 e 2047). As transferências do Estado para cobrir o défice da CGA aumentam 1,4 p.p. do PIB até 2035, diminuindo posteriormente até 2070, quando atinge 0,4% do PIB. Considerando no saldo somente a receita proveniente de contribuições sociais, o défice aumenta 2,8 p.p. do PIB até 2037, diminuindo posteriormente 4,2 p.p. até 2070, quando atinge 0,3% do PIB. É ainda de referir que o contributo da receita das contribuições sociais para o financiamento do sistema diminui 1,8 p.p. entre 2019 e 2070 justificado pela diminuição do número de trabalhadores.

Gráfico 24: Despesa (sinal negativo) e receitas relacionadas com pensões públicas
(Em percentagem do PIB)



O fator demográfico, quantificado pelo rácio de dependência de idosos²⁸, é o único determinante no aumento da despesa com pensões, contribuindo em 9,1 p.p. até 2050 (8,8 p.p. no horizonte da projeção). Este rácio quase que duplica entre 2019 e 2070 (de cerca de 37 pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 com idade entre os 20-64 anos, em 2019, para cerca de 67 pessoas, em 2070).

Este efeito é completamente anulado a partir de 2040 pelos restantes componentes, nomeadamente pelo rácio de benefício²⁹ e de cobertura³⁰, que contribuem para a diminuição da despesa com pensões entre 2019 e 2070 em 7,8 p.p. e 2,5 p.p., respetivamente³¹.

²⁷ Assumiu-se como hipótese a manutenção no horizonte da projeção a taxa efetiva de tributação bruta sobre o rendimento das pensões apurada em 2017 (8,3%), calculada a partir do Modelo 3 do IRS.

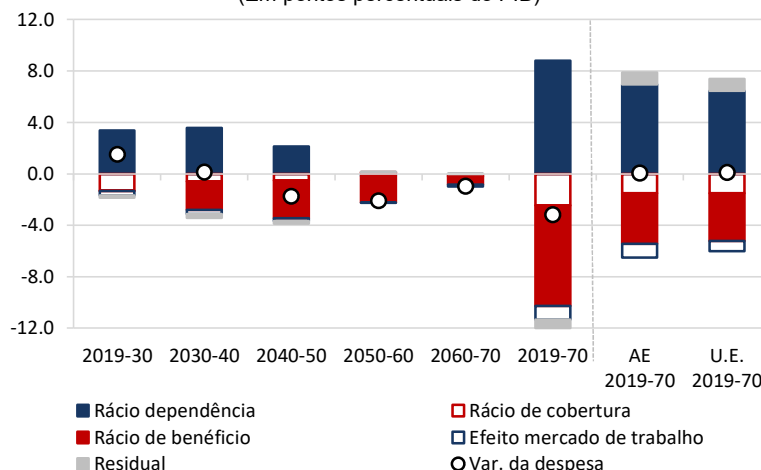
²⁸ O rácio de dependência de idosos é dado pelo número de pessoas com 65 anos ou mais na população com 20 aos 64 anos.

²⁹ O rácio de benefício é dado pelo peso da pensão média no PIB por hora trabalhada.

³⁰ O rácio de cobertura é obtido pelo rácio do número de pensões na população com 65 ou mais anos.

³¹ O efeito mercado de trabalho/ é dado pelo rácio entre a população com idade entre os 20 e os 64 anos e o número de horas trabalhadas.

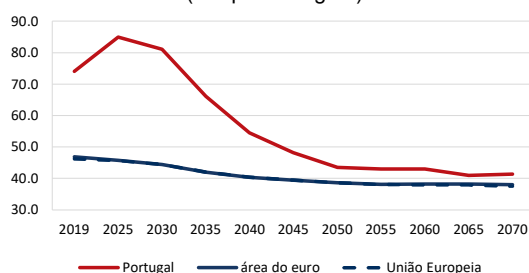
Gráfico 25: Contributos para a variação da despesa pública com pensões
(Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: Country Fiche, March 2021, GPEARI/MF, ASF e GEP/MTSS.

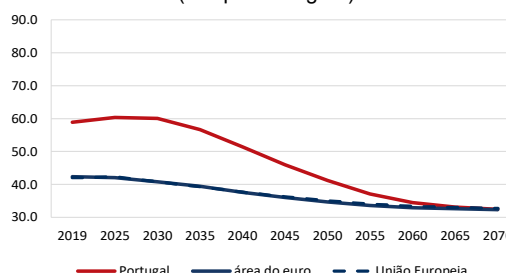
Relativamente à evolução de alguns indicadores de eficiência do sistema, as projeções realizadas indicam que a taxa de substituição³² das pensões de velhice do regime contributivo, que em 2019 é a segunda mais elevada da UE, diminuirá 32,7 p.p. no horizonte da projeção (de 74% para 41,4%), situando-se, ainda assim, em 2070 quase 4 p.p. acima da média da UE

Gráfico 26: Taxa média de substituição da pensão de velhice do regime contributivo
(Em percentagem)



Fonte: The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021

Gráfico 27: Rácio de benefício das pensões públicas
(Em percentagem)



Fonte: The 2021 Ageing Report, Institutional paper 148, May 2021.

Apesar do aumento esperado da carreira contributiva média em 3,4 anos, o aumento da idade normal de reforma (em 2 anos e 11 meses entre 2019 e 2070) implica menores bonificações por períodos contributivos mais longos³³ e aumento das penalizações, dado que aumenta a proporção de novos pensionistas com carreiras contributivas mais curtas. Por outro lado, o comportamento da taxa de substituição é influenciado pelo número de novos pensionistas da CGA, que aumentam substancialmente até 2028, cujas carreiras contributivas e salários médios são mais elevados.

O rácio de benefício³⁴ das pensões públicas mantém-se quase estável até ao final da década de 30 (em torno de 60%), apresentando posteriormente uma trajetória descendente até 2070 quando atinge 32,5%. Este comportamento é explicado pela redução da pensão média entre 2027 e 2052, à medida que vão diminuindo os pensionistas da CGA, ao mesmo tempo que o salário médio aumenta incorporando ganhos de produtividade. É de salientar que a regra de atualização das pensões depende do crescimento real do PIB e do valor da pensão e, dado que no período da projeção o crescimento real do PIB é inferior a 2%, a atualização das pensões é efetuada em linha com a inflação ou abaixo desta. Comparativamente com os restantes países da UE, em 2019 Portugal ocupa a quinta posição no *ranking* dos países com maior rácio de

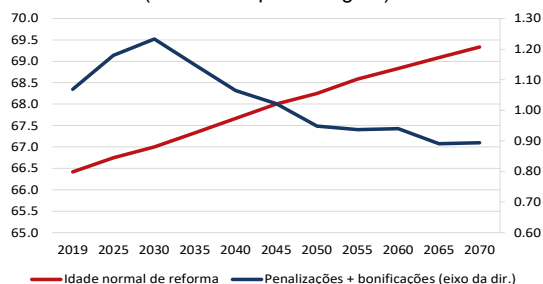
³² A taxa de substituição foi obtida pelo rácio entre a média das novas pensões de velhice do sistema contributivo e o salário médio.

³³ As bonificações são atribuídas a quem se reforma depois da idade normal de reforma e dependem da carreira contributiva.

³⁴ O rácio de benefício é dado pelo rácio entre a pensão média por pensionista e o salário médio.

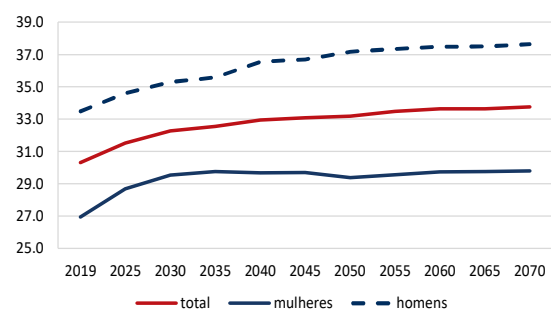
benefício (a seguir à Grécia, Itália, Espanha e Chipre) passando para o décimo quinto lugar em 2070, apresentando, ainda assim, um valor acima da média da área do euro (32,4%) e próxima da média da UE (32,8%).

Gráfico 28: Idade normal de reforma, bonificações e penalizações
(Em anos e percentagem)



Fonte: Country Fiche, March 2021, GPEARI/MF, ASF e GEP/MTSS.

Gráfico 29: Carreira contributiva
(Em anos)



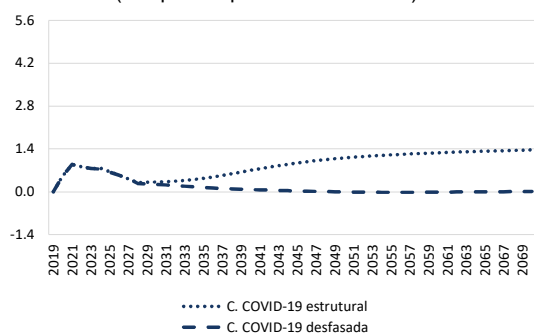
Fonte: Country Fiche, March 2021, GPEARI/MF, ASF e GEP/MTSS.

As projeções para os diferentes cenários alternativos mostram que a manutenção do rácio de benefício implica um acréscimo de despesa com pensões de 5,6 p.p. do PIB em 2070. Neste cenário assume-se que o rácio de benefício das pensões de velhice do sistema contributivo não pode diminuir mais que 90% do valor do ano base, o que ocorre a partir de 2038 no cenário base, altura em que Portugal se posiciona na quarta posição no *ranking* dos países da UE com o maior rácio de benefício das pensões públicas. Este cenário salienta a importância da regra de atualização das pensões do regime contributivo, dado que no cenário base, a partir de 2029, se assume que as pensões do regime não contributivo são atualizadas de acordo com o crescimento dos salários.

O cenário de sensibilidade que assume que a idade normal de reforma se mantém inalterada, impõe maior despesa em todo o horizonte, atingindo um acréscimo máximo face ao cenário base de 0,8 p.p. em 2053.

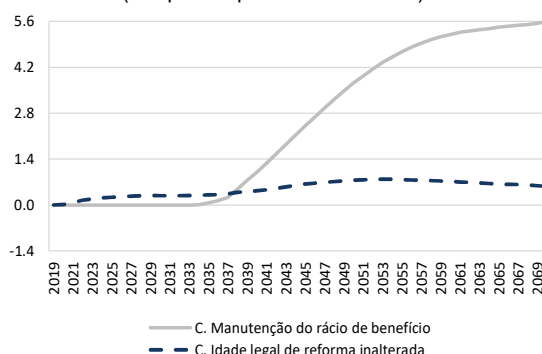
O cenário que assume que a crise pandémica tenha consequências cíclicas mais pronunciadas que no cenário base apresenta um crescimento mais acentuado da despesa de pensões em percentagem do PIB em 2020 e 2021 (+0,5 p.p. e +0,9 p.p.), efeito que se vai diluindo até 2042. No cenário que assume, para além do efeito cíclico referido, um efeito estrutural com consequências a longo prazo no nível do produto potencial, a despesa com pensões deverá ser sempre superior ao da despesa do cenário base, atingindo um diferencial de +1,4 p.p. do PIB em 2070. O cenário de sensibilidade risco TFP, que assume a convergência da TFP para 0,8% em 2070 (em vez de 1%), tem um efeito incremental em termos de despesa com pensões a partir de 2040, atingindo mais 0,7 p.p. do PIB em 2070. O cenário que assume um comportamento otimista da TFP (convergência para 1,2% em 2070) tem um efeito quase simétrico ao cenário risco TFP, cifrando-se o decréscimo da despesa com pensões em 0,8 p.p. do PIB em 2070 em comparação com o cenário base. Uma taxa de emprego dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 74 anos superior em 0,2 p.p. face à do cenário base resulta numa menor despesa com pensões, principalmente nos anos em que este grupo tem maior representatividade na população total (2029 a 2055, variando entre -0,3 p.p. e -0,8 p.p.).

Gráfico 30: Cenários alternativos COVID-19
(Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: Country Fiche, March 2021, GPEARI/MF, ASF e GEP/MTSS.

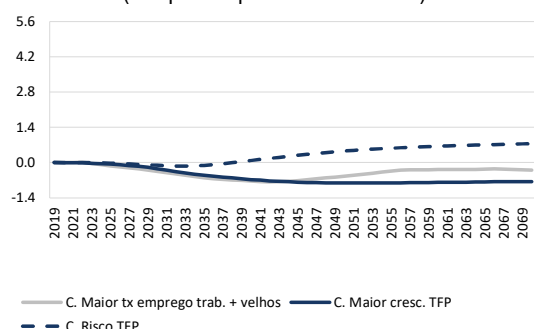
Gráfico 31: Cenários alternativos Alternativas de política
(Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: Country Fiche, March 2021, GPEARI/MF, ASF e GEP/MTSS.

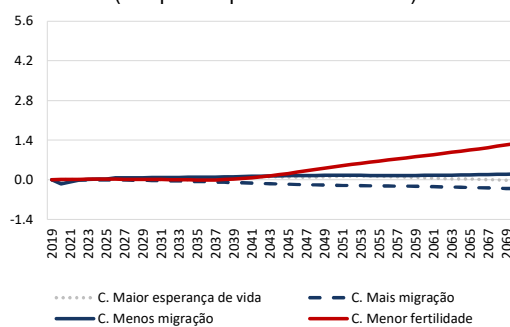
Dos cenários de sensibilidade demográficos, nomeadamente o cenário que projeta uma esperança de vida em mais 2 anos em 2070 que no cenário central, os cenários simétricos que assumem um fluxo líquido de migração superior ou inferior em 33% no horizonte total da projeção e um cenário que assume uma taxa de fertilidade inferior em 20% entre 2019 e 2070, é de referir o impacto do cenário que assume uma menor taxa de fertilidade. Este cenário tem um efeito visível no início da década de quarenta e que se vai agravando até 2070, quando a despesa é superior à do cenário base em 1,3 p.p. do PIB. Os restantes cenários têm um efeito que varia entre: i) cenário mais migração, 0 e -0,3 p.p.; ii) cenário maior esperança de vida, entre 0 e 0,1 p.p.; e, iii) cenário menos migração, entre -0,1 p.p. e 0,2 p.p. do PIB.

Gráfico 32: Cenários alternativos Macroeconómicos
(Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: Country Fiche, March 2021, GPEARI/MF, ASF e GEP/MTSS

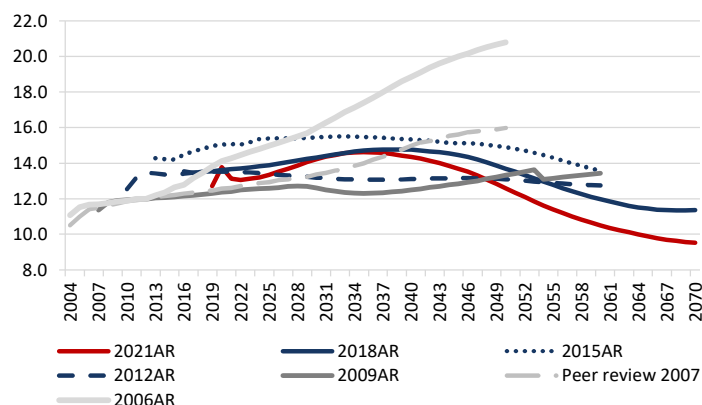
Gráfico 33: Cenários alternativos Demográficos
(Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: Country Fiche, March 2021, GPEARI/MF, ASF e GEP/MTSS

Em termos das diferentes projeções realizadas ao longo do tempo, os três primeiros exercícios (2006AR, Peer review 2007 e 2009AR), com horizontes temporais mais curtos, mostram tendências crescentes da despesa, ainda que entre exercícios as taxas de crescimento tenham vindo a diminuir. Nos últimos exercícios (2021AR e 2018AR), a despesa apresenta, numa primeira fase, um aumento e, posteriormente, uma diminuição.

Gráfico 34: Despesa com pensões em Portugal – comparação entre exercícios
(Em pontos percentuais do PIB)



Nota: As projeções do 2009AR, Peer review 2007 e 2006AR foram realizadas a preços do ano base (2007 no 2009AR e 2004 nos restantes).

Fonte: Country Fiche, March 2021; Country Fiche, January 2018; Country Fiche, January 2015; Country Fiche, November 2011, Country Fiche, December 2008, Country Fiche, October 2007.

Para a melhoria dos resultados apresentados ao longo do tempo têm contribuído, essencialmente, as alterações das hipóteses macroeconómicas e demográficas e as alterações de política.

Quadro 6: Decomposição das diferenças da despesa com pensões em Portugal - ano base versus final
(Em pontos percentuais do PIB)

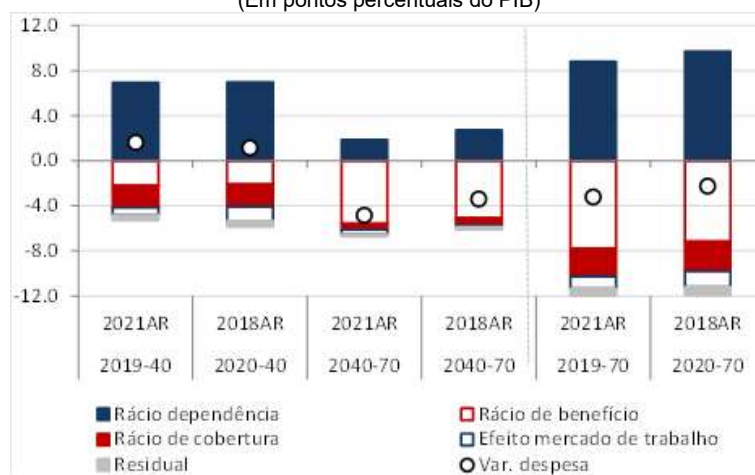
	Relatório _{t-1}	Alteração das hipóteses	Melhoria do modelo/cobertura	Intepetação de pol. invariantes	Alterações de política	Relatório _t	Relatório _{t-1} - Relatório _t
2021AR-2018AR⁽¹⁾	-2.2	-1.4	-0.1	0.0	0.5	-3.2	-1.0
2018AR-2015AR⁽²⁾	-0.9	-2.2	1.3	0.0	0.2	-1.6	-0.7
2015AR-2012AR⁽³⁾	-0.7	0.3	0.0	0.0	-0.4	-0.7	0.0
2012AR-2009AR⁽⁴⁾	1.5	-1.3	0.0	0.0	0.0	0.2	-1.3
2009AR-Peer review 2007⁽⁵⁾	5.0	-2.5	0.0	0.0	0.0	2.4	-2.6
Peer review 2007-2006AR⁽⁵⁾	9.3	0.0	-0.7	0.0	-3.6	5.0	-4.3

Nota: (1) Diferenças entre 2019 e 2070; (2) Diferenças entre 2016 e 2060; (3) entre 2013 e 2060; (4) entre 2010 e 2060; (5) entre 2005 e 2050.

Fonte: Country Fiche, January 2021; Country Fiche, January 2018; Country Fiche, January 2015; Country Fiche, November 2011, Country Fiche, December 2008, Country Fiche, October 2007.

Face às projeções do 2018AR, a melhoria do rácio de dependência, com maior incidência a partir de 2040, explica a maior diminuição da despesa no horizonte da projeção. As diferenças entre os restantes fatores (rácio de cobertura, benefício, efeito mercado de trabalho e efeito residual) quase que se anulam entre si, sendo que o rácio de benefício, igualmente com maior impacto a partir de 2040, contribuiu mais para a redução da despesa no 2021AR, enquanto o efeito do mercado de trabalho, em particular até 2040, contribui menos para a redução da despesa com pensões.

Gráfico 35 Comparação dos contributos para a variação da despesa pública com pensões – 2021AR e 2018 AR
(Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: Country Fiche, March 2021; Country Fiche, January 2018.

The impact of ICT investments on economic growth – Literature review¹

Jena Santi²
Joan Jose³
Sílvia Fonte-Santa⁴

Abstract

This paper presents a survey about the effects of information and communication technologies on productivity and economic growth.

The literature suggests that information and communication technologies investment has been an important source of economic and productivity growth at the aggregate, industry and firm level.

Keywords: Information and Communication Technologies, Economic Growth, Productivity

JEL Classification: O33, O43, L86, L96

1. Introduction

Since Solow's 'Productivity Paradox' remark (1987), where the economist stated that computers could be found everywhere except in productivity statistics, that researchers have been trying to establish a link between information and communication technology (ICT) and economic growth. Furthermore, the exponential growth of technology in recent decades has also stimulated a lot of research on this topic.

ICT are used to create, transmit, share, store or exchange information through a combination of complementary technologies such as the Internet, computers, live broadcasting technologies (television, radio and webcasting), recorded broadcasting technologies (audio and video players, podcasting and storage devices) and telephony (fixed or mobile, satellite, etc.).

In general, literature shows that information and communication technologies, through multiple transmission channels, have been a key driver of innovation, technological change, and socio-economic development in recent decades (OECD, 2017; Toader *et al.*, 2018). Developments in the ICT sector also have led to significant changes in production methods and employment patterns.

ICTs allow communication to be more efficient, reduce transaction costs, make market transactions more efficient and, in addition, improve the organizational efficiency and marginal productivity of skilled labour. These effects must be visible in the productivity of companies producing ICT, but also in companies using ICT (Stanley *et al.*, 2018).

This paper aims to summarize the main conclusions that the literature presents on this topic.

¹ The views expressed in this article are those of the authors and do not necessarily reflect the views of their respective institutions.

² <https://orcid.org/0000-0003-2007-2805>

³ joan.jose@student.uclouvain.be

⁴ GPEARI – Ministry of Finance

2. Impact of ICT investments

Among the rapidly growing number of studies regarding this subject, it is possible to divide the research approach of the surveyed literatures based on the scope of the study, method and data used. On the one hand, several papers make use of country level data and utilize growth accounting methodology or cointegration techniques to analyse the extent of ICTs contribution to economic growth (macro-level studies). On the other hand, some empirical work also focuses on firm level data to investigate the effects of ICT investments on firm characteristics and productivity.

We present the literature review on the impact of ICT investments considering these different approaches.

2.1. Macro-level Studies

2.1.1. Causality analysis with country level data

Researchers have been focused on examining the causal relationship between ICT investments and economic growth. Veeramacheneni *et al.* (2008) applied ECM (extracellular matrix) to India and ten Latin American economies and found a bi-directional causality between ICT investments and economic development in two thirds of the countries considered, as well as that ICT-led growth in eight out of ten cases considered. While a similar study conducted in Eastern Europe found only a unidirectional causality running from IT investments to economic growth (Dvorjnik and Sabolić, 2007), contrary to the results found in China at national level where the unidirectional causality runs the in the opposite direction (Shiu and Lam, 2008). Shiu and Lam (2008), apply the dynamic panel data model to 22 provinces over the period between 1978 and 2004 and found causality from telecommunications development to real Gross Domestic Product (GDP) in provinces in the affluent eastern region.

2.1.2. Growth accounting analysis: industry and country level data

Throughout the rapidly growing number of studies relating to this subject, some utilize growth accounting methods using country level data. The majority of the results from this method estimate contributions of ICT capital to growth between 0.1 and 1.0 percentage points.

According to Oliner and Sichel (2000), between 1996-1999, ICT accounted for 1.5 pp of the 2.6% growth rate per year in labour productivity in the US business sector. The author states that the increase in productivity in the USA resulted mainly from the substantial increase in productivity of the ICTs sector since productivity growth in the rest of the economy remained slow.

In addition, O'Mahony and Vecchi (2005), based on an econometric analysis and using aggregate industry data for the United States and the United Kingdom to assess the impact of ICT on production growth in the US and UK industries, showed a positive return on ICT capital on production growth.

Likewise, using annual data from 192 countries over the period 1990–2007, Gruber and Kouroupis (2011) found that investment in telecommunications infrastructure contributed 0.20 percentage points to economic growth in high-income countries in 1990–2007. This impact is smaller for countries with a low mobile penetration, usually low income countries.

Spiezia (2012), based on an econometric approach to estimate the contribution of three types of investments in ICT (computer, software and communication) in 26 industries (the entire business sector) in 18 OECD countries in the period 1995–2007, showed that the average contribution of ICTs varied between 0.4 (Australia) and 1.0 (Japan) percentage points, depending on the country. According to the results in most countries, except Finland and Japan, investments in computer equipment were responsible for more than 50% of the total ICT

contribution. In Finland, investments in communication equipment exceeded those in computing, and in Japan, investments in software were the most dynamic component of investments in ICT.

Additionally, there is evidence to suggest that the effect of ICT on growth enlarges over time (Cardona *et al.*, 2013; Tambe and Hitt, 2012). Within this strand of study researchers also use industry level data to show that productivity accelerated after the mid-1990s and that the gains from IT are relatively greater for IT intensive industries than others (Stiroh, 2002). Using industry level data from the United States (US), Stiroh (2002) compares productivity in industries from the period of 1993-99 to the period of 1973-93 and the results give evidence of productivity acceleration of 2.4 percentage points in ICT dominated industries in the 1990s.

In this context, investments in ICT have long been emphasized as a crucial element for technological change and growth (Schumpeter, 1942; Brynjolfsson and McAfee, 2014). In fact, one of the main drivers of growth in the US after 1995 was due to investments in ICT (Jorgenson *et al.*, 2008) with the US having an average productivity growth of 2.8% between 1996 and 2000. Hence, ICT based firms are viewed as essential to economic development.

Similarly, macro level research employing industry level data from Europe and the US are used to compare the heterogeneous relationship between ICT and economic growth of the two economies based on growth accounting. Studies have shown econometrically significant contributions of ICT capital to economic growth after the 1990s. Inklaar *et al.* (2005) revealed that ICT contributions of the US were much greater than the EU's during the period of 1979-2000. For the period of 1979 and 1995, only 2.5% of aggregate value added four economies of the EU (France, Germany, the Netherlands and the UK) was due to ICT capital, whereas in the US it was 3.4%. Likewise, the gap doubled in percentage points for the period of 1995 to 2000. Furthermore, during these two periods, the ICT share in value added in ICT-using industries made up more than 7.5% of value-added in the US whereas in the EU4 it was below 6%. The same authors also showed that there was substantial sectorial and cross-country heterogeneity with respect to contribution of ICT to labour productivity in developed economies. Similar results are confirmed for EU economies through the work of O'Mahony and Timmer (2009).

2.1.3. Leapfrogging hypothesis analysis: country level data

In addition to this, ICT has the potential to support and accelerate the development in emerging economies. Steinmueller (2008) demonstrates that investments made by developing nations into the ICT sector could allow these nations to promote the strategy of 'leapfrogging', that is, through the growth of the ICT sector nations could bypass the process of human capital accumulation and fixed investments and close the gap in productivity and output that separate developing and developed economies. The validity of this hypothesis depends on the ability and effort of the workforce in emerging economies to absorb the ICT capabilities (Henry *et al.*, 2009). In contrast to these findings, Niebel (2018) questions the 'leapfrogging' hypothesis by indicating that developing and emerging countries are not gaining more from investment in ICT than developed economies. The economist proposes an augmented Cobb-Douglas production function model to test the impact of ICT of developing, emerging and developed economies. The results reveal the same estimate of 0.048 for emerging and developed categories, implying that a 1% in ICT capital leads to 0.048% increase in output. Nonetheless, even though the estimate for developing nations resulted in a higher 0.077 it could not be proven with statistical significance that the estimates for the three subgroups are different. Likewise, when comparing developing and developed nations, data from 1985 to 1993 shows that developing countries were lagging behind developed countries in reaping ICT-led growth effects (Dewan and Kraemer, 2000).

The importance of ICTs should be even more emphasised since they are key enablers of innovation and speed up the process of knowledge creation within the economy. This is since ICTs

allow firms to reduce transaction costs and increase productivity due to ICT-related spillovers or network effects. For these reasons, in most OECD economies information industries account for the largest share of Business Expenditure on Research and Development (BERD), accounting for around 25% of total BERD. In addition, BERDs in the ICT sector represent about 0.8% to 1.9% of GDP. (OECD, 2017) Furthermore, academic work has shown that there needs to be an effective and well-structured innovation system such that the economy can acquire and use its knowledge base (Moncada-Peternò-Castello *et al.*, 2010).

2.2. Micro-level Studies

At the same time, micro level empirical studies investigate the relationship between ICT investments, productivity and examine the growth of firms conditional on the effects of firm size, age, sector, *etc.*

According to Van Reenen *et al.* (2010), the most firm-level studies reveal a positive and significant association of ICT with productivity.

Moreover, an Italian study using firm level data found that ICT investments have a positive effect on both productivity and technical efficiency on manufacturing firms. The study uses firm revenues as the dependent variable and utilizes a translog model. The empirical result suggests that higher ICT investments reduce firm inefficiency and the distance of the firm from its production frontier. From the different varieties of the model, the estimates varied between 0.014 and 0.101. Results also confirmed that firms that employ more educated workers increase their productivity more than others. This result could also emphasize that it is not only necessary to invest in ICT capital but also essential for the workforce to have the skills and adequacy to benefit from it. (Castiglione and Infante, 2014)

In addition to this, it is possible to focus on the effects firms have through digitalization and computerization. Over the course of time, computers have come to be known as general-purpose technology due to their ability to perform a wide range of tasks. Besides, the primary contribution of ICT technologies is to make new production methods possible, and firms gain the most from this process when combining it with complementary investments such as new work systems, organizational redesign and business process reengineering (Brynjolfsson and Hitt, 2003).

2.2.1. Influence of firm characteristics

Using micro-level data from S&P's Compustat database, Brynjolfsson and Hitt (2003) show that, in the short term, the contributions of computers are approximately equal to their costs. Therefore, computers contribute to the growth of production, but not to the growth of productivity in the short term. Nonetheless, over a longer period, digitalization assists in the growth of firm's multifactor productivity. This finding supports the conjecture that investments in ICT positively affect firms' productivity when firms complement this investment with other long term production process changes. For instance, in parallel to investments in ICT, firms could be required to make organizational changes which take more time to complete so that investments are fully maximized. Organizational changes could include decentralization of the decision-making process, job training and redesigning the business process, *etc.* (Brynjolfsson and Hitt, 2003).

Furthermore, it is important to note that the period analysed by the authors was between 1987 and 1994. During the 1980s, the world economy did not enjoy extraordinary growth as was witnessed during the late 1990s which exhibited a surge in productivity and output. Therefore, it could be a possibility that this growth was fuelled by the tremendous investments made in computerization and digitization in the early 1990s.

Likewise, researchers, in order to better understand the effect of ICT, are also interested in studying the determinants of ICT adoption throughout firms (see Hall and Khan, 2003).

The firm size is one of the most prevalent determinants in the literature. Several authors consider that large companies are more likely to adopt new technologies because they have more benefits in this adoption and because the availability of funds is greater and, therefore, they have greater capacity to respond to possible risks arising from the adoption of the new technology. (Bayo-Moriones and Lera-López, 2007; Hall and Khan, 2003). However, a study in Spain with 337 firms found significant evidence that larger firms tend to invest less in the digitization process (Bayo-Moriones and Lera-López, 2007). The researchers make use of a tobit regression model for the purpose of the study. Moreover, the authors find strong evidence supporting that firms employing high skilled workers and having exposure to international markets tend to adopt and invest in more ICT processes. Therefore, firms that are part of multinational organizations are more likely to adopt computerization. On the other hand, firms operating in the agricultural sector are less likely to adopt ICT processes.

Haller and Siedschlag (2011), in their study on the determinants of ICT diffusion at the company level, found that the speed of ICT diffusion is influenced by firm size, age, skill intensity, exposure to foreign markets and proximity to early adopters of ICT in the same industry and region. In addition, they conclude that small companies use ICT more intensively than medium-sized companies, although larger companies are more likely to adopt these technologies before small ones.

Khalifa (2016) concludes that firm size, strategic choices and affiliation to a multi-unit firm are determining variables in the adoption of Communication Technologies, but, on the other hand, age, competition and sector activity are not determinants.

3. Conclusion

This article presents a summary of the literature on the impact of ICT investments, dividing the analysis into studies at the macro level and studies at the micro level.

Overall, research shows that cross-country heterogeneity exists among economies for contributions towards ICT. Among firms, the effect of computerization can vary according to several factors, such as the size, age, sector and time horizon (short vs. long term) of the benefit to firms. Nonetheless, based on the gathered comprehensive literature survey, the majority of the authors agree that investments into ICT and digitalization of firms generate a positive impact on productivity leading to increases in output growth.

Since the impacts of the ICT revolution are palpable in all economies, it seems appropriate for governments to focus their policies on digitalization to foster and guide these changes so that all sectors can reap its benefits. Based on the empirical evidence obtained, numerous policy advice has been suggested by researchers. According to Jorgenson and Vu (2016), a comprehensive ICT framework should include appropriate adjustments so that policies are designed to manage and support new types of business practices in order to maximize public welfare and to be internationally competitive. Likewise, policymakers should not be alone in developing ICT policies engaging with all the relevant stakeholders, particularly taking into account the educational market, to maximize public welfare. Besides, due to the rapid technological growth in recent years it is important that policies are frequently updated to incorporate new technological developments such as 5G and Artificial Intelligence, *etc.* Lastly, it is crucial that relevant infrastructures are properly maintained so that the digital system is resilient to cyber-attacks which could otherwise yield negative consequences for firms (Vu *et al.*, 2020).

4. References

Abramova, N., & Grishchenko, N. (2020). ICTSs, Labor Productivity and Employment: Sustainability in Industries in Russia. *Procedia Manufacturing*, 43(2020), pp. 299-305.

- Arvanitis, S., & Loukis, E. N. (2009). Information and communication technologies, human capital, workplace organization and labour productivity: A comparative study based on firm-level data for Greece and Switzerland. *Information Economics and Policy*, 21(1), pp. 43-61.
- Bayo-Moriones, A., & Lera-López, F. (2007). A firm-level analysis of determinants of ICT adoption in Spain. *Technovation*, 27(6-7), pp. 352-366.
- Brynjolfsson, E., & Hitt, L. (2003). Computing Productivity: Firm-Level Evidence. *The Review of Economics and Statistics*, 85(4), pp. 793-808.
- Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2014). The second machine age: Work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies.
- Canarella, G., & Miller, S. M. (2018). The determinants of growth in the U.S. information and communication technology (ICT) industry: A firm-level analysis. *Economic Modelling*, 70(2018), pp. 259-271.
- Cardona, M., Kretschmer, T., & Strobel, T. (2013). ICT and productivity: conclusions from the empirical literature. *Information Economics and Policy*, pp. 109-125.
- Castiglione, C., & Infante, D. (2014). ICTs and time-span in technical efficiency gains. A stochastic frontier approach over a panel of Italian manufacturing firms. *Economic Modelling*, 41(C), pp. 55-65.
- Christensen, M. (2015). The Economic Impact of Increasing Public Support to ICT R&D: A Modelling Approach. Publications Office of the European Union.
- Cincera, M., Delanote, J., Mohnen, P., Santos, A., & Weiss, C. (2020). Intangible investments and productivity performance. *GEE Paper*, 145.
- De Prato, G., López Cobo, M., & Simon, J. P. (2017). Dynamics of ICTs: assessing investments in R&D. 14th Asia-Pacific Regional Conference of the International Telecommunications Society (ITS): Mapping ICT into Transformation for the Next Information Society.
- Dechezleprêtre, A., Einiö, E., Martin, R., Nguyen, K.-T., & Reenen, J. V. (2016). Do tax incentives for research increase firm innovation? An RD design for R&D. National Bureau of Economic Research.
- Dewan, S., & Kraemer, K. L. (2000). Information Technology and Productivity: Evidence from Country-Level Data. *Management Science*, 46(4), pp. 548-562.
- Dumitrescu, E. I., & Hurlin, C. (2012). Testing for Granger non-causality in heterogeneous panels. *Economic Modelling*, 29(4), pp. 1450-1460.
- Dvornik, D., & Sabolić, D. (2007). Telecommunication liberalization and economic development in European countries in transition. *Technology in Society*, 29(4), pp. 378-387.
- Edquist, H., & Henrekson, M. (2017). Do R&D and ICT affect total factor productivity growth differently? *Telecommunications Policy*, 41(2), pp. 106-119.
- Edquist, H., & Henrekson, M. (2017). Swedish lessons: How important are ICT and R&D to economic growth? *Structural Change and Economic Dynamics*, 41(C), pp. 1-12.
- Ezell, S., & Andes, S. (2010). ICT R&D Policies: An International Perspective. *IEEE Internet Computing*.
- García-Muñiz, A. S., & Vicente, M. R. (2014). ICT technologies in Europe: A study of technological diffusion and economic growth under network theory. *Telecommunications Policy*, 38(4), pp. 360-370.
- Goodridge, P., Haskel, J., & Edquist, H. (2019). The economic contribution of the "C" in ICT: Evidence from OECD countries. *Journal of Comparative Economics*, 47(4), pp. 867-880.

- Gruber, H., & Koutroumpis, P. (2011). Mobile telecommunications and the impact on economic development. *Economic Policy*, 26(67), pp. 387–426.
- Hall, B. H., & Khan, B. (2003). Adoption of New Technology. NBER Working Papers 9730, National Bureau of Economic Research, Inc.
- Haller, S. A., & Siedschlag, I. (2011). Determinants of ICT adoption: evidence from firmlevel data. *Applied Economics*, 43(26), pp. 3775-3788.
- Hempell, T. (2005). What's spurious, what's real? Measuring the productivity impacts of ICT at the firm-level. *Empirical Economics*, 30, pp. 427–464.
- Henry, M., Kneller, R., & Milner, C. (2009). Trade, technology transfer and national efficiency in developing countries. *European Economic Review*, 53(2), pp. 237-254.
- Hong, J. P., Byun, J. E., & Kim, P. R. (2016). Structural changes and growth factors of the ICT industry in Korea: 1995–2009. *Telecommunications Policy*, 40(5), pp. 502-513.
- Hong, J.-p. (2017). Causal relationship between ICT R&D investment and economic growth in Korea. *Technological Forecasting and Social Change*, 116(C), pp. 70-75.
- Hwang, J., & Lee, Y. (2010). External knowledge search, innovative performance and productivity in the Korean ICT sector. *Telecommunications Policy*, 34(10), pp. 562-571.
- Hyytinen, A., & Pajarinen, M. (2005). Financing of Technology-Intensive Small Business: Some Evidence on the Uniqueness of the ICT Industry. *Information Economics and Policy*, 17(1), pp. 115-132.
- Im, K. S., Pesaran, M., & Shin, Y. (2003). Testing for unit roots in heterogeneous panels. *Journal of Econometrics*, 115(1), pp. 53-74.
- Inklaar, R., O'Mahony, M., & Timmer, M. (2005). ICT and Europe's productivity performance: industry-level growth account comparisons with the United States. *Review of Income and Wealth*, 51(4), pp. 505-536.
- Jorgenson, D. W., & Vu, K. M. (2016). The ICT revolution, world economic growth, and policy issues. *Telecommunications Policy*, 40(5), pp. 383-397.
- Jorgenson, D. W., Ho, M. S., & Stiroh, K. J. (2008). A Retrospective Look at the U.S. Productivity Growth Resurgence. *Journal of Economic Perspectives*, 22(1), pp. 3-24.
- Khalifa, A. B. (2016). Determinants of information and communication technologies adoption by Tunisian firms. *Journal of Innovation Economics & Management*, 2(20), pp. 151-177.
- Koutroumpis, P., Leiponen, A., & Thomas, L. D. (2020). Small is big in ICT: The impact of R&D on productivity. *Telecommunications Policy*, 44(1).
- Li, Q., & Wu, Y. (2020). Intangible capital, ICT and sector growth in China. *Telecommunications Policy*, 44(1).
- Lopez, L., & Weber, S. (2017). Testing for Granger Causality in Panel Data. *The Stata Journal*, 17(4), pp. 972–984.
- Mamede, R. P., & Silva, P. A. (2020). O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2020 - Valorizar as Políticas Públicas. ISCTE.
- Mansfield, E. (1981). Composition of R and D Expenditures: Relationship to Size of Firm, Concentration, and Innovative Output. *The Review of Economics and Statistics*, 63(4), pp. 610-615.

- Maryska, M., Doucek, P., & Kunstova, R. (2012). The Importance of ICT Sector and ICT University Education for the Economic Development. *Social and Behavioral Sciences*, 55, pp. 1060 – 1068.
- Mas, M., Guevara, J. F., Robledo, J. C., Cardona, M., Lopez-Cobo, M., Righi, R., & Samoil, S. (2019). The 2019 PREDICT Key Facts Report - An analysis of ICT R&D in the EU and beyond. JRC Working Papers.
- Moncada-Paternò-Castello, P., Ciupagea, C., Smith, K., Tübke, A., & Tubbs, M. (2010). Does Europe perform too little corporate R&D? A comparison of EU and non-EU corporate R&D performance. *Research Policy*, 39(2010), pp. 523–536.
- Niebel, T. (2018). ICT and economic growth – Comparing developing, emerging and developed countries. *World Development*, 104(C), pp. 197-211.
- OECD. (2017). OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2017: The digital transformation. OECD Publishing.
- Oliner, S. D., & Sichel, D. E. (2000). The Resurgence of Growth in the Late 1990s: Is Information Technology the Story? *Journal of Economic Perspectives*, 14(4), pp. 3-22.
- O'Mahony, M., & Timmer, M. P. (2009). Output, Input and Productivity Measures at the Industry Level: The EU KLEMS Database. *The Economic Journal*, 119(538), pp. F374-F403.
- O'Mahony, M., & Vecchi, M. (2005). Quantifying the Impact of ICT Capital on Output Growth: A Heterogeneous Dynamic Panel Approach. 72(288), pp. 615-633.
- Pedroni, P. (1999). Critical values for cointegration tests in heterogeneous panels with multiple regressors. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 61(S1), pp. 631–653.
- Pedroni, P. (2004). Panel cointegration: Asymptotic and finite sample properties of pooled time series tests with an application to the PPP hypothesis. *Econometric Theory*, 20(3), pp. 597–625.
- Pesaran, H., Shin, Y., & Smith, R. P. (1997). Pooled Estimation of Long Run Relationships in Dynamic Heterogeneous Panels. *Cambridge Working Papers in Economics*.
- Pieri, F., Vecchi, M., & Venturini, F. (2018). Modelling the joint impact of R&D and ICT on productivity: A frontier. *Research Policy*, 47(9), pp. 1842-1852.
- Rohman, I. K. (2013). The globalization and stagnation of the ICT sectors in European countries: An input-output analysis. *Telecommunications Policy*, 37(4), pp. 387-399.
- Romer, P. M. (1990). Endogenous Technological Change. *Journal of Political Economy*, 98(5), pp. S71-S102.
- Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalism, Socialism, and Democracy*. University of Illinois at Urbana-Champaign's Academy for Entrepreneurial Leadership Historical Research Reference in Entrepreneurship.
- Shiu, A., & Lam, P. L. (2008). Causal Relationship between Telecommunications and Economic Growth in China and its Regions. *Regional Studies*, 45(2), pp. 705-718.
- Solow, R. M. (1957). Technical Change and the Aggregate Production Function. *The Review of Economics and Statistics*, 39(3), pp. 312-320.
- Spiezia, V. (2012). ICT investments and productivity: Measuring the contribution of ICTS to growth. *OECD Journal: Economic Studies*, 2012(1), pp. 199-211.
- Stanley, T. D., Doucouliagos, H., & Steel, P. (2018). Does ICT generate economic growth? A meta-regression analysis. *Journal of Economic Surveys*, 32(2), pp. 705-726.

- Steinmueller, W. E. (2008). ICTs and the possibilities for leapfrogging by developing countries. *International Labour Review*, 140(2), pp. 193-210.
- Stiroh, K. J. (2002). Information Technology and the U.S. Productivity Revival: What Do the Industry Data Say? *American Economic Review*, 95(5), pp. 1559-1576.
- Tambe, P., & Hitt, L. M. (2012). The Productivity of Information Technology Investments: New Evidence from IT Labor Data. *Information Systems Research*, 23(3), pp. 599-617.
- Toader, E., Firtescu, B. N., Roman, A., & Anton, S. G. (2018). Impact of Information and Communication Technology Infrastructure on Economic Growth: An Empirical Assessment for the EU Countries. *Sustainability*, 10(10).
- Van Reenen, J., Bloom, N., Draca, M., Kretschmer, T., Sadun, R., Overman, H., & Schankerman, M. (2010). The Economic Impact of ICT. Final Report, London: Centre for Economic Performance,.
- Veeramacheneni, B., Vogel, R., & Ekanayake, E. (2008). Information technology, FDI and economic growth: an india case study. *Southwestern Economic Review*, 35(1), pp. 95-112.
- Vicente, P. N., Lucas, M., & Carlos, V. (2018). Digital innovation in higher education: A questionnaire to Portuguese universities and polytechnic institutes. *GEE paper*, 143.
- Vu, K., Hanafizadeh, P., & Bohlin, E. (2020). ICT as a driver of economic growth: A survey of the literature and directions for future research. *Telecommunications Policy*, 44(2).

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Plano de Recuperação e Resiliência – Regime excecional de execução orçamental	Aprovou o decreto-lei que estabelece o regime excecional de execução orçamental e de simplificação de procedimentos dos projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, de modo a agilizar a concretização das medidas de política ou dos investimentos em causa, de forma célere e transparente.
Conselho de Ministros de 27 de maio de 2021	
Transposição de Diretiva – Regime Jurídico da Concorrência	Aprovou a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva (UE) 2019/1, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno.
Conselho de Ministros de 20 de maio de 2021	
Transposição de Diretiva – Lei do Cibercrime	Aprovou a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/713, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário e que substitui a Decisão-Quadro 2001/413/JAI do Conselho.
Conselho de Ministros de 20 de maio de 2021	
Proposta de alteração da Lei-Quadro das Fundações	Aprovou a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que altera a Lei-Quadro das Fundações.
Conselho de Ministros de 20 de maio de 2021	
Plano Reativar o Turismo Construir o Futuro – Estratégia para o Turismo 2027	Aprovou a resolução que aprova o Plano Reativar o Turismo Construir o Futuro, que estabelece o plano para estimular a economia e a atividade turística.
Conselho de Ministros de 20 de maio de 2021	
Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria – Código dos Valores Mobiliários	Aprovou a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que procede à revisão do Código dos Valores Mobiliários e outra legislação do setor financeiro prosseguindo objetivos de maior harmonização e simplificação regulatória.
Conselho de Ministros de 13 de maio de 2021	
Sistema de Mobilidade do Mondego – Programa do XXII Governo	Autorizou a realização de despesa associada aos investimentos com a operação do Sistema de Mobilidade do Mondego (metrobus elétrico), em complemento do investimento em infraestruturas, já anteriormente aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2019, de 31 de janeiro.
Conselho de Ministros de 6 de maio de 2021	
Políticas, instrumentos financeiros e desenvolvimentos económicos – Programa do XXII Governo –	Aprovou a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, dando cumprimento ao disposto no Programa do Governo. Os seus princípios orientadores têm um alinhamento internacional o que garante não só a continuidade nacional das grandes tendências globais, como permitirá um maior alinhamento das políticas, dos instrumentos financeiros. e

Iniciativa	Sumário
Estratégia Nacional para os anos 2021-2030	dos desenvolvimentos económicos entre Portugal, a União Europeia e os principais mercados internacionais.
Conselho de Ministros de 6 de maio de 2021	
Cidadania digital – Programa do XXII Governo	Aprovou na generalidade, o decreto-lei que cria uma tarifa social de acesso a serviços de internet em banda larga, a disponibilizar por todas as empresas que oferecem este tipo de serviços. O diploma elimina situações de discriminação no acesso e na utilização de serviços públicos disponíveis online, dando seguimento à prioridade de promoção da cidadania digital definida no Programa do XXII Governo.
Conselho de Ministros de 6 de maio de 2021	

2. Seleção de Medidas Legislativas

Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Assunto/Diploma	Descrição
Programa «IVAucher» Decreto Regulamentar n.º 2-A/2021 - Diário da República n.º 104/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-05-28	Define o âmbito e as condições específicas de funcionamento do programa «IVAucher».
Licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro Despacho n.º 5418-C/2021 - Diário da República n.º 104/2021, 4º Suplemento, Série II de 2021-05-28	Prorroga a permissão do embarque, desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro em portos localizados em território nacional continental, com exceção de passageiros cuja origem ou destino sejam países para os quais só se admite a realização de viagens essenciais.
Isenção de IVA – Transmissões e aquisições intracomunitárias Lei n.º 33/2021 - Diário da República n.º 104/2021, Série I de 2021-05-28	Prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado para as transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19.
Fundo de Resolução Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2021 - Diário da República n.º 103/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-05-27	Autoriza as alterações ao acordo-quadro, celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução a 2 de outubro de 2017, e respetivos contratos de financiamento, necessárias à concessão de um empréstimo ao Fundo de Resolução pelo setor bancário de montante até € 475 milhões
Regras em matéria de tráfego aéreo, fronteiras terrestres, marítimas e fluviais Despacho n.º 5187-A/2021 - Diário da República n.º 99/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-05-21	Altera a lista dos países a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos e fronteiras terrestres, marítimas e fluviais.
Retribuição Mínima Mensal Garantida – Medida excecional de compensação da RMMG Decreto-Lei n.º 37/2021 - Diário da República n.º 99/2021, Série I de 2021-05-21	Cria uma medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida.
Licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro Despacho n.º 4957-B/2021 - Diário da República n.º 94/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-05-14	Permite o embarque, desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro em portos localizados em território nacional continental, com exceção de passageiros cuja origem ou destino sejam países para os quais só se admite a realização de viagens essenciais.
Declaração de situação de calamidade Resolução do Conselho de Ministros n.º 59-B/2021 - Diário da República n.º 94/2021, 4º Suplemento, Série I de 2021-05-14	Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Assunto/Diploma	Descrição
Incentivo à normalização da atividade empresarial – Apoio simplificado para microempresas Portaria n.º 102-A/2021 - Diário da República n.º 94/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-05-14	Regulamenta o novo incentivo à normalização da atividade empresarial, previsto no Decreto-Lei n.º 23-A/2021, de 24 de março, e o apoio simplificado para microempresas à manutenção dos postos de trabalho, previsto no Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de julho.
Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - INCoDe.2030 Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2021 - Diário da República n.º 94/2021, Série I de 2021-05-14	Revê e aprova os princípios orientadores do programa «Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - INCoDe.2030».
Garantia pessoal do Estado ao Fundo de Contragarantia Mútuo – Apoio às empresas nacionais Despacho n.º 4799/2021 - Diário da República n.º 93/2021, Série II de 2021-05-13	Concessão de uma garantia pessoal do Estado ao Fundo de Contragarantia Mútuo, no montante de EUR 148 500 000, no âmbito do apoio às empresas nacionais decorrente da pandemia da doença COVID-19.
Regime do apoio extraordinário à retoma progressiva em empresas em situação de crise Decreto-Lei n.º 32/2021 - Diário da República n.º 92/2021, Série I de 2021-05-12	Altera o regime do apoio extraordinário à retoma progressiva em empresas em situação de crise empresarial com redução temporária do período normal de trabalho.
– Instrumentos de desenvolvimento económico Resolução da Assembleia da República n.º 135/2021 - Diário da República n.º 87/2021, Série I de 2021-05-05	Recomenda ao Governo que dê continuidade ao apoio à produção cultural e à criação artística como instrumento de desenvolvimento económico e de diferenciação turística do Algarve.
Código do IRS – Código do IRC – Declaração modelo 30 Portaria n.º 98/2021- Diário da República n.º 87/2021, Série I de 2021-05-05	Aprova a declaração modelo 30.
Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021 - Diário da República n.º 86/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-05-04	Cria a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal».
Plano de Recuperação e Resiliência – Modelo de governação dos fundos europeus Decreto-Lei n.º 29-B/2021 - Diário da República n.º 86/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-05-04	Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.
Implementação de cinco projetos rodoviários Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-A/2021Diário da República n.º 85/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-05-03	Autoriza a Infraestruturas de Portugal, S. A., a desenvolver os procedimentos tendentes à implementação de cinco projetos rodoviários.
Proibição do desembarque e licenças para terra Despacho n.º 4473-B/2021 - Diário da República n.º 84/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-04-30	Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.
Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2021 - Diário da República n.º 84/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-30	Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Outras Medidas

Assunto / Diploma	Sumário
Isenção de IRC e de IRS Lei n.º 33-A/2021 - Diário da República n.º 104/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-05-28	Regime fiscal temporário das entidades organizadoras da final da competição UEFA Champions League 2020-2021.
Altera o acordo-quadro celebrado com o Fundo de Resolução Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2021 - Diário da República n.º 103/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-05-27	Autoriza a alteração ao acordo-quadro celebrado com o Fundo de Resolução, bem como aos contratos de financiamento celebrados entre o Estado e o Fundo de Resolução.
Transposição de Diretiva – Reconhecimento de qualificações profissionais Lei n.º 31/2021 - Diário da República n.º 100/2021, Série I de 2021-05-24	Procede à simplificação dos procedimentos associados ao reconhecimento das qualificações profissionais, transpondo a Diretiva 2005/36/CE, de 7 de setembro de 2005, e procedendo à alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março.
Remuneração mínima mensal garantida – medida excecional de compensação Decreto-Lei n.º 37/2021 - Diário da República n.º 99/2021, Série I de 2021-05-21	Cria uma medida excecional de compensação para os empregadores face ao aumento do valor da remuneração mínima mensal garantida, através da atribuição de um subsídio pecuniário.
Código dos Contratos Públicos – Código de Processo nos Tribunais Administrativos Lei n.º 30/2021 - Diário da República n.º 99/2021, Série I de 2021-05-21	Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro.
Iniciativas europeias em computação avançada Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2021 - Diário da República n.º 95/2021, Série I de 2021-05-17	Promove o envolvimento de Portugal nas iniciativas europeias em computação avançada.
Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital Lei n.º 27/2021 - Diário da República n.º 95/2021, Série I de 2021-05-17	Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital.
Execução de Regulamento (UE) – Legislação de proteção dos consumidores Lei n.º 26/2021 - Diário da República n.º 95/2021, Série I de 2021-05-17	Autoriza o Governo a estabelecer as normas que asseguram a execução do Regulamento (UE) 2017/2394 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2017, relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de proteção dos consumidores.
Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 – INCoDe.2030 Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2021 - Diário da República n.º 94/2021, Série I de 2021-05-14	Revê e aprova os princípios do programa Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 – INCoDe.2030, que pretende posicionar Portugal no grupo dos principais países europeus em termos de competências digitais, conforme definido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, e melhorar a posição geral no âmbito do Índice de Economia e Sociedade Digital da UE (DESI).
Processo de alienação das ações da Efacec Power Solutions, SGPS, S. A. Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2021 - Diário da República n.º 94/2021, Série I de 2021-05-14	Seleciona os potenciais investidores a participar na segunda fase do processo de alienação das ações representativas de 71,73 % do capital social da Efacec Power Solutions, SGPS, S. A.
Alienação de ações da sociedade Banco Caixa Geral - Brasil, S. A. Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2021 - Diário da República n.º 94/2021, Série I de 2021-05-14	Determina o relançamento do processo de alienação das ações representativas da totalidade do capital social da sociedade Banco Caixa Geral - Brasil, S. A.
Políticas de pessoal e de emprego da Administração Pública Despacho n.º 4763-C/2021 - Diário da República n.º 91/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-05-11	Determina os departamentos responsáveis pelo apoio à formulação das políticas de pessoal e de emprego da Administração Pública e da modernização administrativa cujos dirigentes máximos integram o conselho estratégico do Instituto Nacional de Administração, I. P.

Assunto / Diploma	Sumário
Designação de representante fiscal Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 150/2021-XXII, de 2021-04-30	Saída do Reino Unido da UE (Brexit) – designação de representante fiscal (revoga o Despacho SEAAF n.º 514/2020-XXII, de 23/12).

Lista de Acrónimos

Sigla	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
ADSE, I.P.	Instituto de Proteção e Assistência na Doença – Instituto Público de Gestão Participada
AL	Administração Local
AR	Administração Regional
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>
BT	Bilhetes do Tesouro
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CE	Comissão Europeia
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia
DGO	Direção-geral do Orçamento
DGTF	Direção-geral do Tesouro e Finanças
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSEE	<i>Institut National de la Statistique et des Études Économiques</i>
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISV	Imposto sobre Veículos
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado

Sigla	Descrição
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto Interno Bruto
SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SS	Segurança Social
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.